

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Campus São Paulo

VANESSA ZINDERSKI GUIRADO

**A PÓS-MODERNIDADE E O
PAPEL DO PROFESSOR**

São Paulo

2011

VANESSA ZINDERSKI GUIRADO

**A PÓS-MODERNIDADE E O
PAPEL DO PROFESSOR**

**Trabalho de Conclusão do Curso de
Formação de Professores com ênfase no
Magistério Superior do Instituto Federal de
Educação, Ciência e Tecnologia de São
Paulo - *Campus* São Paulo, para obtenção
do título de pós-graduação.**

Professora Orientadora: Ms. Maria Patrícia Cândido Hetti

São Paulo

2011

VANESSA ZINDERSKI GUIRADO

A PÓS-MODERNIDADE E O PAPEL DO PROFESSOR

Trabalho de Conclusão do Curso de Formação de Professores com ênfase no Magistério Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo - *Campus* São Paulo, para obtenção do título de pós-graduação.

Professora Orientadora: Ms. Maria Patrícia Cândido Hetti

Data da defesa: 21 de junho de 2011.

Resultado: Aprovada.

COMISSÃO EXAMINADORA

Professora Mestre Maria Patrícia Cândido Hetti
IFSP – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Professora Mestre Alda Roberta Torres
IFSP – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Professora Mestre Andréia Monteiro Uglar
IFSP – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

São Paulo, 21 de junho de 2011

Agradecimentos

A todas as pessoas que entraram em minha vida, deixaram um pouco delas e levaram um pouco de mim, que me ensinaram, criticaram, ajudaram e me transformaram no que sou e que tornaram possível a experiência de mais esta jornada, que me possibilitaram ver tudo o que vi, ler tudo o que li, sentir tudo o que senti e escrever tudo o que escrevi.

Dedicatória

Aos meus pais, sempre.

Não há fatos eternos, como não há verdades absolutas.

As convicções são inimigas mais perigosas da verdade do que as mentiras.

Quem luta com monstros deve velar por que, ao fazê-lo, não se transforme também em monstro.

Torna-te aquilo que és.

Friedrich Nietzsche

Resumo

Falar de pós-modernidade é falar da condição humana atual e de todas as implicações sociais, políticas e econômicas que encontramos em nossa sociedade, afinal, hoje as coisas estão tão intrínsecas que só a partir de um levantamento histórico e bibliográfico que podemos identificar como chegamos onde chegamos e os motivos pelos quais nos encontramos em tal condição. Segundo Jean-François Lyotard, em seu livro “A condição pós-moderna”, o termo Pós-modernidade é aplicado para designar uma série de mudanças ocorridas nas ciências, nas artes e nas sociedades desde pelo menos o final da década de 1950, portanto, o trabalho “A pós-modernidade e o papel do professor” procura mostrar as principais características da condição pós-moderna e as suas implicações e modificações, diretas e indiretas, em nossa sociedade e, principalmente, no trabalho do professor universitário. Para tanto, foi empregado o método de pesquisa bibliográfica, apoiada em textos e obras de autores contemporâneos para ajudar a traçar as influências provocadas nos mecanismos de nossa sociedade, a relevância da condição pós-modernidade em nosso dia-a-dia, o capitalismo enquanto gerador de máquinas de consumo, as modificações mercadológicas ocorridas, as tendências tecnológicas, as novas relações criadas no âmbito da sociedade, as novas características nelas encontradas, as questões éticas e a crise de identidade que apresentamos e, conseqüentemente, as tendências na educação e na formação de professores, levando a refletir acerca de quanto a sociedade pós-moderna implica na vida do homem.

Palavra-chave: pós-modernidade, educação, políticas educacionais, formação de professores.

Abstract

Speaking of post-modernity is about the human condition today and all the social, political and economic conditions that we find in our society, after all, now things are so intrinsic to each other only from a historical and bibliographical we can identify how we got where we are and the reasons why we are in such condition. According to Jean-Francois Lyotard, in his book "The Postmodern Condition", the term Post-modernity is applied to designate a series of changes in the sciences, arts and societies at least since the late 1950s, so The job "Post-modernity and the role of the teacher" tries to show the main features of the postmodern condition and its implications and modifications, direct and indirect, in our society, and especially the work of the professor. To this end, we employed the method of literature review, supported by texts and works of contemporary authors to help trace the influences brought to the mechanisms of our society, the relevance of postmodern condition in our day-to-day capitalism as generating machinery of consumption, changes occurred marketing, technology trends, new relationships created within the company, the new features found in it, the ethical and identity crisis that is present and, consequently, the trends in education and training teachers, leading to reflect on how the post-modern society implies the man's life.

Keyword: postmodernism, education, educational policies, teacher training.

Sumário

Introdução.....	10
Capítulo 1	
A pós-modernidade.....	17
1. A crise de identidade.....	48
2. As culturas nacionais, a Globalização e o Neoliberalismo....	52
2.1. As culturas nacionais.....	54
2.2. A globalização.....	54
2.3. O neoliberalismo.....	57
Capítulo 2	
A ética pós-moderna.....	60
Capítulo 3	
Retrospectiva histórica da Educação no Brasil.....	69
Capítulo 4	
A formação do professor universitário na pós-modernidade.....	93
Capítulo 5	
A pós-modernidade e o papel do Professor.....	118
Capítulo 6	
Considerações Finais.....	127
Bibliografia Básica.....	133
Bibliografia Complementar.....	136
Lista de Tabelas e Gráficos.....	138

Introdução

Foi, portanto, sob forte perturbação intelectual e emocional que me defrontei com algo que, para mim, pareceu uma realidade: a descoberta de que pertença a uma *geração perdida*, um conjunto de intelectuais que enfrentou os seus papéis e, em sentido concreto, cumpriu suas tarefas. Mas, nem por isso, chegou a atingir os seus objetivos e a ver o seu talento aproveitado pela sociedade. (FERNANDES, Florestan. **A Sociologia no Brasil**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1980.)

Quando nos deparamos com o mundo em que vivemos hoje e tomamos consciência de tudo o que nos cerca e de todas as coisas que a humanidade sempre teve como sendo referenciais de coisas boas e, que a princípio, devem ser seguidas e mantidas, com certeza entraremos em um grande conflito, afinal, hoje, temos tudo do melhor e do pior mesclado e misturado ao mesmo tempo, mostrando que os anos de existência e luta da humanidade por um mundo melhor, não foram, como muitos nos querem fazer pensar, um desenvolvimento positivo.

Que tivemos desenvolvimento, isto é inegável, podemos comprovar isto nos avanços tecnológicos e científicos, porém, o termo desenvolvimento pode adquirir um duplo sentido, visto que ele pode ser usado tanto no sentido positivo, quanto no negativo e nada melhor do que a sociedade pós-moderna para nos mostrar ambos os sentidos ao mesmo tempo, por exemplo, na guerra do Iraque, todos pudemos assistir, das poltronas de nossas casas, os alvos serem atingidos no momento exato em que o ataque americano estava sendo feito, ou seja, para que tivéssemos estas ações, notícias e imagens em tempo real com certeza houve um grande desenvolvimento de toda a tecnologia de lançamento de mísseis, de visão noturna, de táticas de guerra, de informações via satélite e toda uma rede de mecanismos que proporcionou vermos uma guerra como se estivéssemos dentro de um game.

Porém, mesmo tendo um inegável desenvolvimento tecnológico para que tudo aquilo fosse feito, não creio que destruir um país, matar centenas de pessoas e acabar com a soberania local baseados em dados forjados e tendo como principal argumento oferecido pelo ex-presidente norte-americano George W. Bush, pelo ex-primeiro-ministro britânico Tony

Blair e os seus apoiantes de que o Iraque estava desenvolvendo armas de destruição maciça seja algo bom. Não quero dizer com isto, como no caso do Iraque e Saddam Hussein, que ter um ditador sedento de sangue no poder seja algo bom, pelo contrário, nenhuma ditadura ou forma de repressão contra o ser humano é boa. A questão é que em troca de salvar litros e litros de petróleo e manter as jazidas em mãos de aliados americanos não é motivo para se ter uma guerra, como também não há o que justifique os atentados terroristas sofridos em solo americano após a guerra do Iraque. E com certeza não há quem possa considerar após todos estes fatos que tivemos um desenvolvimento positivo, afinal, se olharmos apenas para as tecnologias, o saldo é positivo, agora se olharmos para as atrocidades humanas, o saldo é bem negativo.

Portanto, com base em nossa história, partimos que os desenvolvimentos positivos podem ser identificados no progredir das novas tecnologias, no avanço da medicina, na reconfiguração mundial gerada pela globalização, na junção de nações em blocos econômicos e na certeza de que mesmo sendo seres individualistas, fazemos parte de um todo. Em seu sentido positivo, o desenvolvimento produz coisas belíssimas e que podem ser usadas em prol de toda a humanidade, quando, por exemplo, utilizamos a tecnologia via satélite para identificar onde e quando haverão fenômenos da natureza, como tufões, terremotos, maremotos, a mesma tecnologia que serve para identificar, também serve para divulgar a informação de que ocorrerá um fenômeno natural e, assim, ajudar a evacuar áreas e a salvar pessoas. A tecnologia do raio laser, que foi tão usada na guerra do Iraque, é a mesma que conseguiu gerar uma nova arma no combate de pedras nos rins e câncer.

Quanto ao desenvolvimento negativo, ele talvez ainda seja mais visível, prova disto é a falta de personalidade e completa massificação da sociedade, a perda da moral, do respeito ao próximo, dos bons costumes, da ética, a falta de religião ou a sua crença cega e medievalista, a desumanização do humano e aceitação, praticamente dogma, de que todos viramos números e somos absolutamente substituíveis, por exemplo, nas guerras é quando mais vemos forjado a que vem o homem, pois nelas os que são bons fazem de tudo para tentar manter a integridade das vidas humanas e os maus provam o quanto desprezíveis podem ser os seres humanos. A Segunda Guerra Mundial foi um período de enorme desenvolvimento tecnológico, científico e médico, porém os níveis de crueldade humana foram igualmente impressionantes. Durante este período a tecnologia bélica evoluiu muito rapidamente, tanto que foi crucial para determinar o próprio rumo da guerra. Algumas das principais tecnologias foram usadas pela primeira vez durante os conflitos, tais como as bombas nucleares, o radar, sistemas de comunicação por micro-ondas, o fuzil, os mísseis balísticos e os processadores

analógicos de dados, que poderiam ser chamados de pais dos computadores atuais. Enormes avanços foram feitos em aeronaves, navios, submarinos e tanques, ao ponto de muitos dos modelos usados no início da guerra se tornarem obsoletos até chegar o fim da guerra, e um novo tipo de navio foi adicionado aos avanços, o navio de desembarque anfíbio usado nas manobras do Dia D, bem como foi testada em *loco* uma das piores armas de todos os tempos, a bomba atômica, ou seja, ficou comprovado o avanço tecnológico feito às custas de milhares e milhares de vidas humanas. Na área médica, após o término da guerra tivemos apresentados ao mundo uma série de experiências desenvolvidas em seres humanos dentro dos campos de concentração, tais experiências tentavam simular situações extremas no intuito de verificar quais eram os limites humanos. Milhares de pessoas foram submetidas ao raio X, câmaras de gás, hipotermia e tortura para verificar os resultados dos testes, pior é que muitos destes resultados ajudaram as futuras gerações no aperfeiçoamento do raio X, por exemplo. Mais uma vez, vimos toda a capacidade humana sendo colocada em prática, porém é humanamente impossível achar que a morte e aniquilação de centenas de cidades e milhares de pessoas é justificável, se houve um desenvolvimento nesta época foi o desenvolvimento da bestialidade, da intolerância, da discórdia, da aberração e tudo isto é muito negativo.

Outro exemplo, agora mais dócil, a máquina de calcular foi um invento fantástico e contribuiu para a maior agilidade na feitura das contas, porém com o seu uso constante, inclusive nas escolas, vemos hoje crianças que não sabem mais fazer uma conta de somar se não tiverem o auxílio da calculadora, tornando-os preguiçosos e dependentes. Ou seja, com o desenvolvimento da sociedade foram sendo inventadas tecnologias e sistemas que a partir do uso deturpado acabaram gerando um tipo de desenvolvimento que não pode ser considerado positivo, pois, como já disse anteriormente, ele é positivo se analisarmos a tecnologia envolvida, mas se olharmos para as implicações no caráter humano, ou no uso inadequado destas inovações, veremos que houve um desenvolvimento negativo, pois ou ele leva ao surgimento do mal, personificado no homem, ou leva à aniquilação do humano no ser humano.

O homem pós-moderno, mais do que nunca, é a junção das dúvidas e incertezas de um mundo aparentemente planejado, afinal, nunca tivemos tantas certezas, tanto acesso às informações, tantas inovações científicas e tecnológicas e, no entanto, nunca chegamos tão perto de sermos considerados nulos absolutos, pois quanto mais temos em sabedoria e domínio destas inovações, ou fingimos ter mais incertezas, criamos e mais, nos anulamos pela banalização do todo, afinal, teoricamente, todos podem ter acesso irrestrito a tudo e, com certeza, a maior maldição da pós-modernidade é exatamente saber que se pode ter acesso a

praticamente tudo e, ao mesmo tempo, não saber o que se procurar ou os reais porquês desta procura.

A consciência do ser parece cada vez mais difícil, visto que não é mais o homem comum que vai em busca do seu eu, a sociedade se incumbem de mostrar a cada um o seu lugar e já estipula o papel que cada um possui dentro dela. As regras sociais ditam o que vestimos, para onde vamos e como vamos, o que devemos pensar e o que seria correto para fazer parte de determinado nicho social, o que comemos e bebemos, dita até que tipo de corpo devemos ter.

A crise do homem moderno é saber que mesmo depois de aparentemente termos quebrado todas as regras, elas se reestruturam novamente, afinal, mesmo para se ter a noção de vazio, precisamos da percepção do cheio. Mesmo para ser contra algo, temos que ter a noção do outro e saber os porquês de nossa contrariedade.

O grande tendão de Aquiles, por assim dizer, no pós-moderno é a chamada crise de identidade e a especialidade da sociedade atual é gerar este tipo de crise e nada mais comum do que isto afinal, desde que o mundo é mundo, os papéis sociais sempre foram algo bem definido, porém, com o passar dos séculos, tiveram início uma série de movimentos que culminariam com o desenvolvimento da modernidade, dentre estes podemos destacar o Humanismo Renascentista (entre fins do século XIII e meados do século XVII) que colocou o Homem no centro do universo, seguido do surgimento das Reformas Religiosas e do Protestantismo (século XVI) que libertaram o indivíduo das instituições religiosas e colocaram o homem em ligação direta com Deus, e posteriormente do Iluminismo (século XVIII) que colocaram o homem no centro de tudo, o homem passou a ser um ser racional, científico, totalmente liberto do dogma e da intolerância, dotado do poder de direcionar a sua vida e tendo toda a sua história pela frente, e, neste ponto, aquela sociedade estável não tinha mais como existir nos padrões em que era conhecida, pois com o Iluminismo tornava-se inegável que todas as estruturas anteriores haviam sofrido severos pontos de ruptura, o homem se via agora com um indivíduo dono de suas vontades e com base nestas rupturas é que surgiu o sujeito moderno, intrínseco na dúvida acerca do deslocamento de Deus do centro do universo e do novo paradigma do homem como centro de tudo. Como Hélio Alves de Oliveira diz em sua dissertação de Mestrado **O vazio e a vontade de sentido: Uma análise da religiosidade pós-moderna:**

Se o homem não perdeu a fé, ela não mais está centrada em Deus. A fé tem outro objeto que é o próprio homem. É o paradigma que mudou e com sua mudança conduziu o homem à “estaca zero”, abrindo caminho para um tempo marcado pelo otimismo. Com a mudança de paradigma, mudou também o sentido de explicação da

vida. (OLIVEIRA, Hélio Alves de. **O vazio e a vontade de sentido: uma análise da religiosidade pós-moderna** / Hélio Alves de Oliveira. Belo Horizonte, 2010.)

A partir do princípio do homem como centro de tudo passamos a vivenciar os problemas que podem ser provocados pela falta de um modelo, pois enquanto Deus era o centro, por mais que ele fosse inatingível, ele era o modelo perfeito, porém, quando o homem assume o papel de centro do universo acabamos por mostrar também a dubiedade existente em sua essência, pois o homem vive na constante luta entre o que é certo e o que é errado, daí temos a queda do herói moderno, vista em nossa literatura. Logicamente que uma mudança deste tipo de magnitude não ocorreu tão rapidamente, afinal, era uma mudança completa de paradigma e, bem como, uma mudança no sentido que o homem tinha em sua vida, afinal, tudo o que era tido como imutável e servia de base para a sociedade, agora não passava de sombras e pó.

Também na literatura temos exemplos desta dicotomia bem exposta, pois o herói medieval sempre fazia tudo de acordo com a ética e com os bons costumes, o herói moderno, assim como a sua sociedade, possui a ética e os costumes que lhe são convenientes, podemos identificar estas características em **Macunaíma** de Mário de Andrade, ou em **Fausto** de Johann Wolfgang von Goethe, ou ainda, partindo para o cinema, vemos o exemplo de queda e arrependimento de Darth Vader em **Star Wars**, ou no dilema existencial de Deckard em **Blade Runner: O Caçador de Andróides**, ou o distúrbio personalizado em Tyler Durden em **Clube da Luta**. Esta crise de modelos e, conseqüentemente, crise de identidade leva toda a dúvida e ao transtorno que vemos no homem pós-moderno, pois ele está se equilibrando entre o ser tudo e o não ser nada.

É neste contexto turvo e ordenadamente caótico que este trabalho inicia a sua explanação acerca de educação e do papel do professor na pós-modernidade. Por um lado, o que nos impressiona é que em um mundo com mudanças tão constantes e ininterruptas, as velhas tradições escolares ainda imperam e são as bases para a formação dos professores atuais. A dicotomia existente entre as práticas educacionais e o mundo para o qual o professor tem a difícil tarefa de formar cidadãos é algo minimamente contrário ao bom senso e à razão, como também é incabível que com base em tais regras tão obsoletas possa se imaginar que o professor poderia ultrapassar as barreiras impostas por nossa sociedade. Afinal, se há uma área em que todo o desenvolvimento humano parece definitivamente atrelado apenas aos livros, esta é a área da educação. Todas as inovações científicas e tecnológicas aparecem apenas ilustradas nos livros dos professores, enquanto os alunos, sejam eles de qualquer classe social, apresentam outro tipo de realidade, configurando uma distância cada vez maior

entre o que é realizado em sala de aula e o que temos posto no mundo real. As novas inovações científicas e tecnologias deveriam ser melhor aproveitadas dentro da sala de aula, afinal, é algo inacreditável que nos cursos de licenciatura ainda não haja uma disciplina de informática, pois hoje, vivemos na era do computador, das notícias sendo passadas para todo o mundo apenas a um toque no teclado de “enviar”. A educação não deve ter as novas tecnologias disponíveis apenas aos cursos específicos que lidam com o seu desenvolvimento, se há uma tecnologia ela deve ser distribuída de forma adequada para atender a todos os seguimentos educacionais.

Os cursos de formação de professores habitualmente apresentam uma formação clássica, baseada apenas no manuseio dos livros, o que é impressionante se pensarmos que tudo hoje pode ser feito com a ajuda do computador e dos mais diversos recursos áudio-visuais. Agora, como esperar que o recém formado enfrente uma sala de aula olhando apenas para um livro e não tendo domínio de outros recursos e, o que é pior, muitas vezes não tendo consciência da realidade dos alunos e que tipo de recurso poderia ser mais bem empregado naquela turma? Não quero dizer com isto que o futuro professor e o aluno dos cursos de licenciatura não tenham culpa, pois como duas das maiores e mais bem empregadas regras de mercado dizem: tudo é uma questão da oferta e da procura e o cliente tem sempre razão. Certo, se tudo é uma questão de oferta e procura, por que os futuros professores não procuram o melhor? Ou eles também estão empenhados na prática do governo de “formar”, não interessa como? E como estes futuros professores se deixam tão vilmente convencer de que a aceitação é a única alternativa? E como os alunos, pais, sociedade aceitam a total banalização da educação como se ela fosse uma completa festa onde todos estão apenas para se divertir? Que sociedade podemos esperar deste tipo de atitude por parte de todos?

E se levarmos em conta que os cortes governamentais encontram-se sempre na saúde e na educação, poderíamos dizer que não basta apenas uma classe reclamar que tudo continuará a mesma coisa, eu poderia até concordar com esta alegação se a classe em questão não fosse a classe formadora; nós professores, antes de tudo, somos formadores de opinião e, enquanto formadores, temos por obrigação contestar e formar também contestadores, e não pela simples prática de ser do contra, mas pela prática da diferenciação entre o que é certo e o que é errado a se fazer. E se existe hoje o contexto educacional que temos, nada mais certo do que contestar e tentar achar uma alternativa para que as futuras gerações e a sociedade como um todo, deixe de ser apenas mais um número no registro geral, para ser um cidadão que faz a diferença.

Este trabalho tem a intenção de verificar as modificações que a pós-modernidade provocou no trabalho do professor. Para tanto, será utilizado o método de pesquisa bibliográfica, sendo adotados obras e textos de autores contemporâneos para, com base neles, traçar as influências que o mundo pós-moderno provoca nos mecanismos de nossa sociedade, as tendências de nossa sociedade e, conseqüentemente, as tendências na educação e na formação de professores, bem como as novas relações no âmbito da sociedade.

O trabalho será dividido em capítulos e sub-capítulos iniciando por esta breve introdução que tem por intenção apenas fazer um esboço das problemáticas que enfrentaremos, seguindo pelo Capítulo 1, que tratará inicialmente da pós-modernidade, apontando as suas problemáticas como a crise de identidade, as culturas nacionais, a Globalização e o Neoliberalismo. No Capítulo 2, será apresentado o tema da ética pós-moderna e as suas implicações. O Capítulo 3 versará acerca do papel do professor, fazendo uso de uma retrospectiva histórica da Educação no Brasil. O Capítulo 4 entrará na questão da formação do professor pós-moderno. O Capítulo 5 tratará propriamente no nosso objeto de trabalho, que é o a pós-modernidade e o papel do professor. Temos então as Considerações Finais no Capítulo 6 e a Bibliografia.

Capítulo 1

A pós-modernidade

O homem sensato adapta-se ao mundo. O homem insensato insiste em tentar adaptar o mundo a si. Sendo assim, qualquer progresso depende do homem insensato.
(George Bernard Shaw)

A pós-modernidade mostra que nas mais diversas áreas de conhecimento temos os abismos postos como chagas, podemos identificá-los na política, na religião, nos valores culturais e sociais, na arquitetura, nas artes cênicas, na pintura e na literatura, enfim em todos os meios de expressão e desenvolvimento humano vemos a dicotomia que a pós-modernidade gera em nós mesmos e na sociedade a qual representamos. E verificando o passado, em nenhuma outra época da história da humanidade identificamos tão claramente o caos tal qual presenciamos no hoje. Obviamente, em nenhuma outra época apresentamos uma crise de identidade tão feroz como a que se instalou entre nós. Os papéis hoje não são tão bem definidos e o ser humano não é mais um ser uno e indivisível, muito pelo contrário, ele está completamente esfacelado, fragmentado, dividido em vários eus, assumindo diversos papéis simultâneos dentro da sociedade. Todo o distúrbio advindo com a pós-modernidade, teve seu início já dentro da modernidade, sendo Baudelaire o primeiro a identificar o termo, como vemos abaixo:

O termo 'modernidade' foi lançado por Baudelaire no artigo *Le peintre de la vie moderne*, escrito na sua maior parte em 1860 e publicado em 1863. O termo teve um sucesso inicial limitado aos ambientes literários e artísticos da segunda metade do século XIX; teve depois um reaparecimento e uma larga difusão a seguir à Segunda Guerra Mundial. (LE GOFF, Jacques Le Goff, Antigo/Moderno. **Enciclopédia Einaudi**, Lisboa, IN-CM, 1997 (reed.), vol.1 - Memória-História, p.370-392.)

O termo Pós-modernidade é aplicado para designar as mudanças ocorridas nas ciências, nas artes e nas sociedades desde pelo menos o final da década de 1950, segundo Jean-François Lyotard. Consequentemente, fica aparente que o conceito de pós-modernidade está diretamente ligado a uma tradição vinculada à modernidade, portanto, não há como pensar em um sentido de pós-modernidade sem que seja feita uma relação com o conceito anterior de modernidade.

Com o passar dos anos e o desenvolvimento dos meios de comunicação, da telefonia, do microcomputador, das transmissões via satélite, da internet e de todos os meios de difusão cultural, temos hoje, todo um turbilhão de informações e interferências sendo lançadas diariamente na moda, no cinema, na música e em nosso cotidiano, além de todas as modificações e inovações advindas da tecnociência, que seria a junção da ciência com a tecnologia, e desde que o moderno é moderno e o mesmo deu lugar ao pós-moderno, as sociedades recebem todas estas mudanças engargantadas, sem que ao certo alguém pare para refletir acerca destas modificações, ou pelo menos suspeite se vivemos um momento de profunda ascendência e revigoramento humano e cultural ou apenas assistimos de camarote a mais completa e absurda decadência da sociedade.

Se tomarmos o conceito da palavra modernidade, teremos que ela representa algo que é moderno, que inova, que avança, que se adapta aos usos ou necessidades modernas, logo, o que representa o moderno de hoje, com certeza não representará o moderno de amanhã, prova disto são os inúmeros modelos de computadores lançados ano após ano e as suas inúmeras versões de sistemas operacionais, outra prova seria a série de celulares que invadem os mercados mensalmente e que dia-a-dia conseguem fazer mais funções, apresentam uma capacidade infinitamente maior de armazenamento de dados do que os seus precursores, além de serem bem menores e possuírem um design mais arrojado. Dito isto, podemos constatar que a noção do que vem a ser moderno, acaba passando por alterações muito mais rápidas do que os termos representativos do que veio a ser o medieval, o barroco, o romântico, o clássico, o neoclássico, o realismo ou neo-realismo, por exemplo, e até mesmo do próprio moderno, se pararmos para pensar que o moderno está sempre em constante transformação.

Portanto, acabamos empregando o termo modernidade para sintetizar o momento atual em que vivemos e todo o estado mental e intelectual do homem tipicamente moderno, que possui a compulsão pelo progresso e a obsessão por ganhar tempo sempre e fazer as coisas cada vez mais rápidas, vivendo a máxima da produção em massa e do just in time ao extremo, levando a sociedade em um movimento geral de frenesi elétrico, tais como trovões rasgando o céu.

Mas toda a força revelada pelo termo modernidade é gerada graças à sua associação com um sentimento contemporâneo que é nada mais do que uma sensação de que vivemos em tempos totalmente novos, porém a cada mudança de paradigma, ou queda de um conceito pré-existente para a aclamação de um conceito novo, há sempre esta máxima de que estamos convivendo com algo totalmente novo, sem nos lembrarmos de que se houve um desenvolvimento é porque o mesmo baseou-se em todo o desenvolvimento antecessor, como

também nos esquecemos de que toda a euforia do novo também é um pensamento tipicamente histórico, pois todas as vezes em que uma mudança ocorreu na sociedade, desde que o mundo é mundo, recorremos ao pensamento de que tudo é novo e nos banhamos nesta sensação de que vivemos em tempos totalmente novos, lógico que é sempre algo revigorante acreditar que tudo é novo, mas o que de fato ocorre é um processo de desenvolvimento contínuo, onde algo considerado antigo, tem os seus conceitos aproveitados como base de algo novo, sendo que este aproveitamento de conceitos pode ser tanto para uma confirmação, como para uma negativa, seguindo, portanto, sempre rumo ao desenvolvimento, por exemplo, em 1533, o matemático e astrônomo polonês Nicolau Copérnico publicou sua grande obra acerca das Revoluções dos Corpos Celestes, onde defendeu a teoria de que a Terra se move em torno do Sol e não o contrário, essa teoria seria defendida e desenvolvida por Galileu Galilei e seu contemporâneo Johannes Kepler, que descreveu a trajetória elíptica dos planetas, mais tarde, síntese desse trabalho deu origem à Teoria da Gravitação Universal, formulada pelo físico inglês Isaac Newton. Pelos exemplos, podemos comprovar a máxima de que nada se constrói, pois tudo é uma reciclagem e aprimoramento do que nos precedeu.

A sociedade pós-moderna engendra que a história contemporânea é a fonte de nossa significação, que nós somos frutos do moderno e que estamos refletidos no ambiente que nos envolve e nos forma, de que não somos a contínua evolução do nosso passado, de que a modernidade é uma consciência nova acerca de tudo. E chega a ser irônica a forma como a modernidade nos mostra o quanto tudo ao nosso redor é novo, pois as técnicas de convencimento atualmente empregadas em nossas sociedades fazem com que desde a infância sejamos persuadidos a acreditar que vivemos um momento inovador, elas nos convencem de que algo é imprescindível em nossas vidas e fazem com que queiramos este algo novo de qualquer jeito, daí temos algo que poderia ser chamado de bestial do consumismo: modernos, ou melhor, pós-modernos, pasmem e bestifiquem-se com a nova tecnologia descoberta, vendam as suas almas e participem de nossa festa. E é neste frenesi, neste turbilhão composto pela vida moderna que os Estados andam governando, é ao seu balanço que empresas andam empresariando, bem como é assim que o homem comum vem levando a sua vida e nas palavras de Marshall Berman em seu livro **Tudo que é sólido desmancha no ar**:

O turbilhão da vida moderna tem sido alimentado por muitas fontes: grandes descobertas nas ciências físicas, com a mudança da nossa imagem do universo e do lugar que ocupamos nele; a industrialização da produção, que transforma conhecimento científico em tecnologia, cria novos ambientes humanos e destrói os antigos, acelera o próprio ritmo de vida, gera novas formas de poder corporativo e de luta de classes; descomunal explosão demográfica, que penaliza milhões de pessoas arrancadas de seu habitat ancestral, empurrando-as pelos caminhos do

mundo em direção a novas vidas; rápido e muitas vezes catastrófico crescimento urbano; sistemas de comunicação de massa, dinâmicos em seu desenvolvimento, que embrulham e amarram, no mesmo pacote, os mais variados indivíduos e sociedades; Estados nacionais cada vez mais poderosos, burocraticamente estruturados e geridos, que lutam com obstinação para expandir seu poder; movimentos sociais de massa e de nações, desafiando seus governantes políticos ou econômicos, lutando por obter algum controle sobre suas vidas; enfim, dirigindo e manipulando todas as pessoas e instituições, um mercado capitalista mundial, drasticamente flutuante, em permanente expansão. No século XX, os processos sociais que dão vida a esse turbilhão, mantendo-o num perpétuo estado de vir-a-ser, vêm a chamar-se "modernização". (BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.)

E o frenesi consumista é apenas um dos pontos de partida para revelar a grande problemática dos nossos tempos que é a crise moral gerada pela crise do pensamento iluminista. Como já foi dito na introdução, o grande tendão de Aquiles pós-moderno é a chamada crise de identidade gerada inicialmente com as Reformas Religiosas e o surgimento do Protestantismo, afinal, o Protestantismo colocou, de certa forma, um fim na visão proprietária que a Igreja Católica impunha acerca de Deus, seguida a crise gerada pelo papel que o homem assumiu dentro do Humanismo Renascentista e posteriormente do Iluminismo, de fato tais crises permitiram que o homem se emancipasse de toda a cultura, sociedade e tradição da Idade Média, porém toda nova perspectiva abre precedente para outras novas perspectivas e na busca de sua valorização enquanto ser humano, o homem foi se desumanizando e a negação da figura de Deus como centro de tudo acabou gerando a própria negação do homem, pois enquanto Deus era o centro, a sociedade tinha um modelo virtuoso bem definido do que deveríamos ser e seguir, a partir do momento em que o homem é o centro, temos um modelo falho, composto de acertos e erros, portanto, damos a oportunidade de toda sociedade e indivíduo seguir tanto o bem, quanto o mal. Hoje, não existe mais aquela sociedade estável, afinal, ela sofreu o severo golpe do martelo e os pontos de ruptura são chagas presentes atualmente, tais rupturas é que forjaram o sujeito moderno, imerso na dúvida que o consome acerca de seu papel no mundo, o homem como centro de tudo e dono do universo clama pela existência de um Deus descentrado que seja piedoso e o resgate de seu abismo, colocando-o novamente no rumo certo.

As sociedades pós-modernas vêm em sua busca frenética de uma identidade, cada vez mais minando valores e costumes, como se eles fossem os errados e culpados pela sua falta de identidade e centralidade. Por exemplo, é comum ouvirmos hoje que a família é uma instituição falida, porém os reflexos deste discurso são presenciados nas escolas quando vemos crianças que não possuem as noções de afeto familiar e, conseqüentemente, como fruto de sua revolta passam a dispor de todo o seu tempo para a máquina, tais como televisores,

microcomputadores, games e celulares, porém as máquinas não educam, não ensinam, não transmitem valores e não expressam carinho, afinal, elas são máquinas programadas para mostrar e fazer o que for comandado por quem a usa no momento. Temos então uma geração criada à sombra de bits e pixels, uma geração que vive a sua vida na frente do computador ou ainda pior, vive a sua vida dentro de um “second life” como se aquilo fosse o real, que vê no facebook e my space a representação verdadeira de sua vida, sem tomarem conhecimento de que as suas vidas estão passando despercebidas e sendo jogadas fora, tela adentro.

Temos posto em nossa sociedade a desumanização dos sentidos e sentimentos, pois tudo se torna efêmero a um simples toque na tecla de “del” ou “logoff”, pois as relações humanas são agora intermediadas por uma tela de computador. A impressão é que o amor deixou de ser amor, e palavras como amizade, companheirismo, fidelidade, compreensão, compaixão não passam de um bando de palavras no dicionário, aquele mesmo dicionário que as novas gerações possivelmente nem sabem para que serve, visto que elas dificilmente terão o interesse de consultar um dicionário já que vivem cada vez mais conectados em suas supostas vidas virtuais, afinal, uma vez que existe o “Google” e sabedores de que fazendo uma busca com esta ferramenta, podemos achar praticamente tudo, a competição com meios mais tradicionais torna-se menos atrativa.

No século XX, nossa terceira e última fase, o processo de modernização se expande a ponto de abarcar virtualmente o mundo todo, e a cultura mundial do modernismo em desenvolvimento atinge espetaculares triunfos na arte e no pensamento. Por outro lado, à medida que se expande, o público moderno se multiplica em uma multidão de fragmentos, que falam linguagens incomensuravelmente confidenciais; a idéia de modernidade, concebida em inúmeros e fragmentários caminhos, perde muito de sua nitidez, ressonância e profundidade e perde sua capacidade de organizar e dar sentido à vida das pessoas. Em consequência disso, encontramos hoje em meio a uma era moderna que perdeu contato com as raízes de sua própria modernidade. (BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007)

Prova de tudo isto é a banalização de todos os mecanismos de ética e moral que servem para sustentar as sociedades tal qual a conhecemos, bem como manter os seres humanos, humanos. A pós-modernidade está conseguindo transformar todos os Dr. Jekyll em Mr. Hyde (Strange Case of Dr. Jekyll and Sr. Hyde é o título original de uma novela escrita pelo autor escocês Robert Louis Stevenson, publicado pela primeira vez em 1886). Cada vez mais há um sentido niilista na pós-modernidade, pois à medida que ela apresenta uma ausência de valores reais, cada vez mais ela passa a acreditar que nada mais vale a pena.

Podemos também dizer que a sociedade pós-moderna apresenta-se muito bem representada no **O Mito da Caverna** narrado por Platão no livro VII do **Republica**, pois esta

narrativa nos mostra que o medo do desconhecido e de novas descobertas faz com que não vejamos o que pode estar a nossa frente e a sociedade atual está fazendo exatamente isto, afinal, todos estão tão presos aos seus monitores que não vêem que a vida real corre solta lá fora. Todos estão tão vorazes em vestir a roupa de marca, em usar o cabelo do momento, em ter o corpo que dizem que é o legal, que não perceberam que são apenas joguetes nas mãos das sombras do consumismo, do capitalismo, da luxúria, escravos de seus monitores e teclados.

Tal como no mito, na vida real há dois mundos: um é o visível que é aquele em que a maioria da humanidade está presa, condicionada pelo anoitecer e amanhecer da caverna, acreditando que as sombras formadas pela entrada de luz são a realidade; e o outro é o inteligível, que é conhecido apenas pelos que conseguiram superar a ignorância em que se encontravam e que ao romper com os ferros que os prendiam ao subterrâneo, ergueram-se para a esfera da luz em busca das experiências verdadeiras do mundo exterior. O visível é o império dos sentidos, captado pelo olhar e dominado pela subjetividade, é o emaranhado de signos e mensagens que são enviadas diariamente para as nossas mentes, é o território do homem comum preso às coisas do cotidiano; o inteligível é o reino da inteligência percebido pela razão, é o caminho do homem sábio que busca a objetividade, é o desvendar e o poder de ler nas entrelinhas de todas as informações que nos são passadas, é o escolher que caminho seguir diante dos mais diversos horizontes que podem haver à nossa frente.

A caverna são as imagens e signos supervalorizados que gritam aos quatro ventos que somos livres, quando na realidade estamos cada vez mais presos à necessidade de seguir o que a moda e a tecnologia ditam. Tendo os meios de comunicação como “o grande pastor”, tais imagens e mensagens nos são enviadas, projetando a ilusão de que aquilo o que nos está sendo mostrado é exatamente o que nós queremos, porém, a força das mensagens são tão fortes e a intensidade delas é tão grande, que a maioria dos seres humanos não pára para refletir se aquela idéia de ideal é o que eles realmente querem. Daí temos as tendências de moda, de mercado, de vida, temos a supervalorização do irreal e fútil, temos a reprodução das correntes que nos prendem à manipulação em massa, temos a alienação.

A alienação humana parece tão forte hoje, há uma completa desreferencialização do real e dessubstancialização do sujeito de tal forma que a vida que as pessoas identificam como real é vivida dentro da realidade virtual, em seu perfil do facebook, é nele que as pessoas projetam a superimagem delas mesmas, contando apenas as coisas boas, as aventuras, as viagens, as realizações, como se tudo fosse perfeito e tudo feito perfeitamente para preencher o vazio existente em suas almas, por não saberem quem realmente são e o que realmente

querem. Como bêbados totalmente embriagados, as pessoas se entregam às vidas pseudo perfeitas, criadas dentro de seus ambientes virtuais, e tornam-se cada vez menos humanas, viciadas com a falsa idéia de perfeição plantada em suas mentes desde a mais tenra idade, o ser humano corre atrás do próprio rabo sem saber que a vida gira ao redor dele sem parar.

Quem consegue sair da caverna e ter ciência de todas as influências que sofremos, muitas vezes é visto como um alienado ou subversivo, pelo simples fato de saber diferenciar as suas escolhas e saber identificar a linguagem subliminar que há por trás de todas as coisas, podendo escolher a qual dono ele seguirá conscientemente, conhecedor dos prós e contras e dono da certeza de que, enquanto humanos, somos falhos, portanto imperfeitos, tal qual tudo o que nos rodeia.

Como no filme Matrix (The Matrix – 1999 – USA), nós devemos escolher se iremos tomar a pílula azul, que nos mantêm na ignorância acerca da nossa realidade, ou a pílula vermelha, que abrirá os nossos olhos definitivamente para a realidade a nossa volta. O personagem central desta trama de ficção é o Sr. Anderson, que é conhecido em Matrix pelo nome de Neo, que é um anagrama de “one”, no filme é oferecida para ele a opção de se manter na sua vida cotidiana e em total desconhecimento da realidade, ou optar por conhecer a realidade e aprender o que é Matrix. Decidindo descobrir o que é Matrix, ele toma uma droga, a “pílula vermelha”, destinada a abrir a sua percepção ao real e conectá-lo à Matrix. Acordando desorientado e para sua completa surpresa, fraco, sem pêlos, e nu em uma cápsula de líquido ligado a muitos fios como se fosse uma bateria para a Matrix. Como para as Máquinas os seres humanos despertos, ou seja, conscientes de sua realidade, não possuem utilidade, ele é automaticamente descartado e enviado para o esgoto para ser transformado em nutrientes aos bebês humanos em desenvolvimento, é neste ponto que Neo é resgatado e conduzido à rebelião por Morpheus e Trinity.

Como dizem “a arte imita a vida” e nada mais pós-moderno do que sermos baterias para as máquinas, afinal, se repararmos em nossas vidas cotidianas, nós não conseguimos mais viver sem os nossos i-phone, i-pad, e-mail, blackberry, smartphone, bluetooth, gps, pendrive, mp3 e suas variações, i-books, notebook e tantas outras invenções e tecnologias, e viramos tão escravos delas que parece que nós as servimos ao invés de ser o contrário. O grande problema é que a pílula azul é bem mais fácil e conveniente de ser tomada, ela não causa dor ou mudanças bruscas, ela não exige uma tomada de consciência e posicionamento acerca de tudo. Já a pílula vermelha provoca o refletir e contestar, faz com que tomemos consciência de todos os signos e mensagens que nos rodeiam e sejamos capazes de escolher de forma lúcida o que nos serve ou não.

Quanto mais a pós-modernidade apresenta uma ausência total e real de valores, mais ela se apresenta como uma expressão do niilismo. A sociedade, tal qual a conhecemos hoje, apresenta uma entrega absoluta ao imediatismo, ou seja, parece que somente o presente existe, e esta vivência tão imediatista leva à busca ininterrupta ao prazer, ao consumo e ao individualismo. E se a palavra chave é o hoje, o agora, o já, logicamente foram criados mecanismos para manter a atenção da grande massa ao imediatismo, e daí vemos um mundo super-criado pelos signos, signos estes reforçados em todos os meios de comunicação em massa, nos levando a crer que eles são a representação da verdade. Tornamo-nos então os mais completos manipulados e compramos algo não pelo seu poder de uso, mas em função do status que tal coisa nos proporciona. Passamos a identificar as pessoas não como elas são e sim pelo que elas vestem. O parque de diversões pós-moderno é a produção e o próprio consumo, afinal, a tecnologia existe para aumentar o desempenho. Com um melhor desempenho, acabamos facilitando a nossa vida e, conseqüentemente, geramos um nível melhor de qualidade, proporcionando a economia de tempo e dinheiro.

Temos hoje a mostra do que Zygmunt Bauman trata em **Modernidade Líquida**, afinal, esta nova sociedade que está sendo apresentada hoje de forma tão diferente daquela que a precedeu, não é mais uma sociedade produtora, onde os indivíduos habitualmente consomem aquilo que diz respeito às suas necessidades básicas, portanto, bastando para o seu convívio e sobrevivência apenas aqueles itens que são realmente úteis e possuem uma finalidade. A sociedade da Modernidade Líquida não se contenta com o que é básico e apenas supre as suas necessidades, afinal as suas necessidades são redimensionadas a toda hora, a sua vida está organizada em torno do consumo e voltada para ele, o indivíduo é guiado por desejos e vontades praticamente ilimitados. Se por um lado, na sociedade produtora tudo o que era considerado supérfluo era tido como pecado e exagero, já na sociedade consumidora, a extravagância é praticamente lei, pois o supérfluo de hoje fará parte das necessidades de amanhã.

E todo este desempenho, qualidade e economia de tempo e dinheiro servem de justificativa para vendermos as nossas almas em troca de sustentar a fúria tecnológica, afinal, é por isso que há tecnologia em nossas vidas e em nosso cotidiano. Todo este bombardeio tecnológico e informativo, provocado pela enorme quantidade de signos que recebemos, acabam provocando modificações culturais, políticas, sociais, econômicas, etc. Por exemplo, a mídia, a moda e a publicidade e propaganda, de uma forma geral, enchem de erotismo e projetam as mais diversas fantasias em nosso dia-a-dia como se fossem algo real e indispensável, provocando no público alvo o desejo, muitas vezes incontrolável, de posse,

levando ao círculo vicioso de: informação – erotização – desejo – posse – informação, e no instante que é gerada mais uma nova informação já temos o novo futuro objeto de desejo do nosso público alvo, escolhido por aqueles que controlam a informação.

Todo este bombardeio de informações, juntamente toda a facilidade tecnológica acaba por alienar o indivíduo, conseqüentemente, ele possui uma maior probabilidade de se tornar despolitizado, de ter uma menor participação social, propensão a não apresentar preocupação com temas relevantes e a pessoa não apresenta mais algum tipo de característica marcante, pois ela pode interagir entre vários ambientes distintos, por exemplo, pode ser ultra consumista e achar as idéias socialistas o máximo, pode ser vegetariano e achar normal que matem animais, pode ser um juiz e adorar jogar games que matam homens da lei, pode ser um homem comum e ter um “second life” onde possa se apresentar como um gênio ou um pop star, ou seja, somos tudo, porém nem sabemos ao certo o que somos. Bauman em **Modernidade Líquida** ainda compara este aparente mundo cheio de possibilidades com uma mesa de bufê apresentando inúmeras possibilidades, fazendo com que os consumidores sejam obrigados a fazer escolhas, tornando inevitável a tarefa de dispensar algumas opções e focar nas prioridades, portanto, o que poderíamos chamar de infelicidade dos consumidores não está pautada na falta de opções, pelo contrário ela surge, na verdade, do excesso de opções a serem escolhidas e da necessidade de se desfazer de algumas delas em virtude do que é prioritário, ou seja, na modernidade líquida, tudo acaba sendo resumido ao prazer imediato, ao consumo exacerbado e a proliferação do supérfluo como necessário.

Na pós-modernidade tomamos o termo entropia emprestado da termodinâmica, e uma das idéias envolvidas no conceito de entropia é que a natureza tende da ordem para a desordem em sistemas isolados, ou seja, fazendo um paralelo significa que nas sociedades pós-modernas tudo migra em direção ao caos e a um tipo novo de ordem, não há valores solidificados, bem como não há propriamente uma ordem estipulada das coisas. A entropia na forma se dá por meio da destruição do romance e a entropia no conteúdo se dá pela destruição do mundo e dos valores.

Talvez, uma das maiores características pós-moderna seja exatamente a necessidade de rompimento com o passado, mesmo porque por mais que tentemos, não há como romper definitivamente com o passado, uma vez que sempre somos o reflexo de algo que pré-existiu anteriormente. Temos posta uma sociedade que vive sem referência ao passado e sem projeto para o futuro. Não vemos mais ideologias, vemos apenas modismos. Temos um indivíduo feito que nem uma colcha de retalhos, indefinido, confuso, plural, cheio em si próprio e vazio em sua essência, criado sob os dogmas de objetos e informações totalmente descartáveis. Esta

falta de referência no passado remonta ao pensamento de Nietzsche, quando o mesmo enfatiza o profundo caos da vida moderna e a impossibilidade de lidar com o moderno e com o pensamento racional.

David Harvey, em seu livro **Condição pós-moderna**, traça uma linha analiticamente histórica de pensamento, onde o autor apresenta a pós-modernidade em relação à modernidade, ou seja, a pós-modernidade é pautada na modernidade, conseqüentemente, a pós-modernidade é tratada por ele como uma etapa da própria modernidade. Para tanto, Harvey coloca-se fora da condição pós-moderna para desenvolver o seu discurso baseado na seqüência histórica.

Porém, antes de analisar e seguir com a obra de Harvey, creio ser pertinente também citar a obra **A Estrutura das revoluções científicas** de Thomas Kuhn visto que esta obra é tida como um verdadeiro divisor de águas na história das ciências, devido ao desenvolvimento de uma teoria acerca do paradigma como algo que circunscreve o que o cientista observa e problematiza, e a consideração de que diferentes paradigmas científicos são imensuráveis.

Comparativamente, a pós-modernidade apresenta-se como algo tão complexo, fragmentado, híbrido, que também acaba sendo imensurável e todo este conjunto de circunstâncias que a compõem acabam reestruturando as dimensões de compreensão do mundo e germinando novos paradigmas dentro de nossa sociedade, por exemplo, o papel que as universidades apresentam hoje em nossa sociedade parecem ser um grande paradigma existencial e ficamos com a impressão de que ela, enquanto instituição de ensino, instituição social e parte, portanto, fundamental em nossa sociedade, encontra-se sem saber que rumos tomar e a que mestre seguir, se ao Estado, se ao Capitalismo ou se a Educação e, como Sérgio E. M. Castanho já deixa claro no título de seu texto **A universidade entre o sim, o não e o talvez**, acabamos sendo espectadores da encruzilhada em que se encontra o ensino superior, que se encontra sem uma configuração de sua real representação em nossa sociedade, em busca de respostas que possam guiar o seu futuro além de um sim, um não ou um talvez. E neste aspecto, ainda segundo Thomas Kuhn, as crises são uma pré-condição necessária para o desenvolvimento de novas teorias, sendo assim, e tendo em mente que entre as características básicas das universidades, podemos destacar a criticidade, a criatividade e a intencionalidade, partindo do princípio que estas características citadas são grandes provocadores de crises, quem sabe em meio a todas as crises existentes hoje no cenário das instituições de ensino superior, não estejamos mais próximos de encontrar as soluções educacionais que tanto almejamos.

Apenas com base no que já foi dito, poderíamos afirmar que a formulação de

paradigmas e a quebra dos mesmos é algo constante no curso da humanidade. Vemos exemplos práticos acontecendo desde a descoberta do fogo, passando pela Revolução Industrial e chegando ao projeto genoma. Como exemplo prático podemos pegar o século XVIII, que foi marcado por um grande salto tecnológico, conhecido por Revolução Industrial, neste período as máquinas à vapor deram uma nova dimensão aos transportes por meios dos barcos e locomotivas movidos a carvão, foi também neste período que foi inventada uma lançadeira volante para as máquinas de tear, o que proporcionou o desenvolvimento dos grandes teares, revolucionando o modo de produção. Também neste período, com a aplicação da força motriz às máquinas fabris, é inevitável que a mecanização se difunda na indústria têxtil e na mineração, forçando as fábricas a produzir em série e, em virtude da necessidade cada vez maior das fábricas, surge a indústria pesada, além do avanço tecnológico, como principais conseqüências deste processo, temos a divisão do trabalho, a produção em série e a urbanização. A partir da Revolução Industrial há uma grande quebra de paradigma no que tange às relações de trabalho, por exemplo, pois antes desta existia a figura do artesão como o principal produtor de artigos específicos, com o advento da produção em série, os trabalhadores perderam o controle sobre o processo produtivo, as fábricas passam a ser as principais produtoras destes artigos e isto ficou bem claro na mudança que houve do tear manual para o máquina de tear mecânica. Em questões políticas e econômicas, segundo Karl Marx, o capitalismo seria um produto da Revolução Industrial e não a sua causa, e esta fez parte das chamadas Revoluções Burguesas do século XVIII, que ainda contou com os movimentos de Independência dos Estados Unidos e a Revolução Francesa que, influenciada pelos princípios iluministas, acaba assinalando a transição da Idade Moderna para a Idade Contemporânea e marcando de vez a passagem do capitalismo comercial para o capitalismo industrial.

Thomas Kuhn em seu livro **A Estrutura das revoluções científicas** concebe uma abordagem das ciências a partir da compreensão da prática e do desenvolvimento científico como sendo algo equivalente ao de qualquer outra instituição social, ou seja, ele parte da perspectiva de que tudo acontece em virtude do fruto de negociações e acordos entre grupos de interesse. Dessa forma, em vez de uma comparação das teorias, visando à análise, ou da coerência, ou de sua abrangência e alcance, o foco é voltado para entender o sucesso das explicações científicas como algo vinculado à sociedade, à política e ao meio na qual tais explicações são produzidas, mantidas e alteradas, partindo deste pré-suposto, temos que paradigmas ocorrem em qualquer área que envolva o desenvolvimento humano.

A teoria central de Kuhn diz que o conhecimento científico não cresce de modo cumulativo e contínuo, aliás, é exatamente ao contrário, o seu crescimento é descontínuo, opera por saltos qualitativos que não podem ser justificados em função de critérios de validação do conhecimento científico, como, por exemplo, ocorreu na Revolução Industrial, ou durante a 2ª Guerra Mundial, onde há visivelmente um salto qualitativo no desenvolvimento de novas tecnologias. A sua justificação reside em fatores externos, que nada têm a ver com a racionalidade científica e que, aos olhos da ciência tradicional, contaminam a própria prática científica. Kuhn ressalta a importância dos fatores subjetivos e sociológicos na organização do trabalho científico, desmistificando a velha imagem na qual a ciência foi sendo consolidada desde o século XVIII e que tende a identificar a cientificidade apenas com a racionalidade. Sua obra desencadeou uma completa mudança na filosofia da ciência e inaugurou um discurso inovador, que privilegiava os aspectos históricos e sociológicos na análise da prática científica, não restringindo-se apenas aos aspectos lógico-metodológicos que ainda encontramos dentro dos discursos epistemológicos.

As teorias tidas como obsoletas não devem ser consideradas como acientíficas só por terem sido descartadas, afinal, todo início de uma nova teoria tem por base os pressupostos das teorias anteriores que causaram estranhamento e, desta forma, levaram à busca de novas perguntas e respostas, gerando um novo modelo de busca e, conseqüentemente, de paradigma.

Os saltos qualitativos anunciados por Kuhn ocorrem, concomitantemente, nos períodos de grandes crises e é também durante estes períodos que vemos um salto de desenvolvimento científico, em que são questionados e postos em questionamento os princípios, as teorias, os conceitos básicos e as metodologias, que até então orientavam toda a investigação e toda a prática científica, e é o conjunto de todos esses princípios que constituem o que Kuhn denomina como sendo o paradigma.

Portanto, o paradigma é visto como um norteador, porém, mesmo quando um novo paradigma aparece, o velho não deixa de existir porque houve o surgimento deste novo paradigma, afinal, o processo de modificação e de descoberta passa pelo velho paradigma sendo modificado, analisado e rompido. Um determinado paradigma pode ter tipos de interpretações diferentes aos olhos das várias áreas da ciência. Exatamente por isto, uma descoberta científica pode ser uma mudança de paradigma dentro de uma determinada área e, ao mesmo tempo, não representar nada para uma área que não use o aspecto modificado do determinado paradigma dentro de seus estudos. Sendo assim, temos que um paradigma pode estar fragmentado em várias áreas do conhecimento e sendo analisado por diversos pontos de vista ao mesmo tempo.

Kuhn divide o conceito de paradigma em dois sentidos fundamentais, sendo que, o primeiro tem um sentido mais restrito e o segundo adquire um sentido mais global. No primeiro, o paradigma kuhniano refere-se a tudo que é partilhado por uma comunidade científica, sendo que fica definido que uma comunidade científica é caracterizada pela prática de uma determinada especialidade científica, por uma formação teórica comum, pela circulação abundante de informação no interior do grupo e pela unanimidade de juízo no que seja pertinente aos assuntos científicos. O paradigma, neste sentido, é o conjunto de conceitos que são utilizados para significar um conjunto de realizações científicas concretas capazes de fornecer modelos dos quais nascem as tradições coerentes e específicas da pesquisa científica, sendo assim, a descrição de Newton do movimento dos planetas, ou seja, a Lei da Gravitação Universal, ou a descrição de Franklin da garrafa de Leyden são, respectivamente, exemplos de paradigmas para as áreas da ciência onde atuam. Porém, temos que esclarecer que Kuhn também designa estes modelos concretos como modelos exemplares. Já no segundo, o paradigma serve como um tipo de exemplar, ele atua como um conjunto de soluções de problemas concretos, uma realização científica concreta que fornece os instrumentos conceituais e instrumentais para a solução de problemas. O paradigma é, neste sentido, uma concepção de mundo que, engloba um conjunto de teorias, instrumentos, conceitos e métodos de investigação. É exatamente este sentido global do paradigma o que nos interessa, pois todas as modificações econômicas, sociais e políticas que proporcionaram o desenvolvimento da pós-modernidade formam uma concepção de mundo e englobam todo um conjunto de teorias, instrumentos, conceitos e métodos que ajudaram a compor os paradigmas modernos.

O sustentáculo do paradigma é a ciência normal, pois é dentro da sua prática que o mesmo se desenvolve e prolifera. O paradigma com base na ciência normal ainda é dividido pelo autor em 3 tipos de categorias fundamentais organizadas segundo a determinação do fato significativo, que é comprovada pela aprovação da comunidade científica e faz com que o paradigma seja difundido e tomado como norteador dos estudos e experimentos desenvolvidos; harmonização dos fatos com a teoria - nesta fase - o paradigma coloca os problemas a serem resolvidos e todo tipo de esforço é direcionado para a solução do problema proposto pelo paradigma, daí temos a especialização dentro de determinadas áreas, visto que, a existência e determinação de um paradigma faz com que as pessoas norteiem os seus trabalhos para ele e isto deixa espaço para a descoberta de novos aparelhos medidores, telescópios, técnicas laboratoriais, métodos de desenvolvimento e todo tipo de trabalho mediador, fazendo com que muitos cientistas tenham reputação, não pelas suas descobertas, e sim pela precisão, segurança, profundidade e alcance dos métodos que desenvolveram para

comprovar fatos que, muitas vezes, já era do conhecimento da comunidade científica e tudo isto para confirmar o paradigma existente; articulação da teoria, unir e articular o paradigma com os problemas antes só sinalizados. Os trabalhos norteados à sombra de um paradigma só podem ser conduzidos dentro deste caminho, pois de outra forma, seria o abandono do paradigma e isto implicaria em deixar de praticar a ciência que ele define, implicando em uma revolução científica, ou a chamada ciência revolucionária.

O desenvolvimento da ciência processa-se, portanto, em duas fases: a fase da ciência normal e a fase da ciência revolucionária. A ciência normal é a ciência dos períodos nos quais o paradigma é aceito com unanimidade e sem qualquer tipo de contestação, no seio da comunidade científica. O paradigma vai indicando à comunidade o que é interessante investigar, como proceder com essa investigação, impondo um sentido determinado ao trabalho realizado pelos investigadores e limitando os aspectos considerados relevantes dentro da investigação científica. O grupo fica limitado a resolver um conjunto de incongruências que o paradigma fornece, toda a investigação é realizada com base no paradigma aceito pela comunidade. Nesta fase da ciência normal, o cientista não procura questionar ou investigar aspectos que extravasam o próprio paradigma, devemos e podemos dizer que, neste momento, a curiosidade não é propriamente uma característica do cientista, ficando este, apenas, limitado a resolver dificuldades tidas como de menor importância e que vão, de certa forma, permitindo a sua manutenção de atividade e possibilitam simultaneamente revelar a sua engenhosidade e a sua capacidade na resolução dos chamados “quebra-cabeça” apresentados.

Desta forma, o paradigma que o cientista adquiriu durante a sua formação profissional acaba sendo o fornecedor das regras, perguntas e respostas das suas futuras experiências, descrevendo os métodos a serem utilizados e indicando o caminho e o objetivo a ser atingido. Isto acaba significando, que as regras fornecidas pelo paradigma e o próprio paradigma em si, não podem ser questionados, visto que, o paradigma é o sentido de toda a investigação e o próprio “quebra-cabeça” a investigar não existiria sem ele. A própria comunidade, na sua prática quotidiana, vai reforçando a adesão ao paradigma vigente a todo o momento e, até mesmo em virtude disto, vemos a profunda resistência manifestada pela mesma comunidade científica toda vez que é vislumbrada uma mudança de paradigma, afinal, esta comunidade encontra-se na sua zona de conforto e não quer provocar nenhum abalo que a faça ter que buscar uma nova estabilidade, por fim constatamos que o cientista é humano, e como qualquer ser humano, ele busca a proteção, a segurança e a estabilidade. Todas estas condições, são fornecidas ao cientista pelo paradigma, sendo assim, a comunidade científica está defendendo nessa resistência o seu modo de vida, tal qual as sociedades o fizeram quando

tiveram os seus meios de vidas afrontados, os seus sistemas políticos contestados, ou os seus costumes contrariados.

A ciência revolucionária surge do efeito cumulativo do processo de erros e incongruências da ciência normal, que a certo momento é tal que faz com que o paradigma atual entre numa fase de crise. Esta experiência de crise pode ser partilhada por toda uma comunidade de cientistas e, somado a isto, pode acontecer que o número de incongruências seja cada vez mais significativo e a dificuldade em solucioná-las aumente consideravelmente, ou até mesmo que, os cientistas tenham a sua frente incongruências que sejam impossíveis de ser solucionadas com base no paradigma adotado. Uma vez incapaz de dar solução aos problemas, o paradigma existente começa a revelar-se como uma das fontes, senão, a fonte principal dos problemas e das incongruências, e o universo científico que lhe correspondia, acaba por se converter aos poucos num complexo sistema de erros onde nada pode ser pensado corretamente e é, neste momento, que vemos o velho paradigma sendo modificado e um outro “novo” paradigma sendo constituído no horizonte científico e o processo em que ele surge e se impõe constitui a revolução científica e a sua ciência é a denominada ciência revolucionária. Mais uma vez, tal qual na ciência, o fluxo de desenvolvimento da humanidade age de forma similar, por exemplo, nos movimentos literários, toda vez que uma nova escola surge há uma enorme contestação da antiga escola em relação à nova, por sua vez, a nova escola faz com que seus trabalhos sejam apresentados e levados ao público para provar que o que dizem faz sentido, até conseguirem se impor e dominar a cena literária por um determinado período. E o mesmo acontece com tudo em nossa história, basta vermos a queda do sistema feudal e a ascensão da burguesia, a substituição do trabalho manual pela linha de produção, da transformação do mercantilismo em capitalismo e das várias reviravoltas do capitalismo, ou seja, como já foi dito, o paradigma serve como um tipo de exemplar, ele atua como um conjunto de soluções de problemas concretos, uma realização científica concreta que fornece os instrumentos conceituais e instrumentais para a solução de problemas e é neste sentido que ele apresenta uma concepção de mundo que engloba um conjunto de teorias, instrumentos, conceitos e métodos que servem como fonte de mudança e redirecionamento da sociedade, especificamente no que tange às questões históricas, tais mudanças são chamadas de dialética.

O novo paradigma irá redefinir os problemas e as incongruências até então insolúveis, dando uma solução convincente, e é neste sentido que ele passa a se impor junto à comunidade científica. Essa substituição não ocorre rapidamente e o período de crise é caracterizado pela transição de um paradigma a outro, porém, este processo pode ser bastante

longo, sendo que, já que cada um dos paradigmas estabelece as condições de cientificidade do conhecimento produzido no seu âmbito, e essas condições podem ser consideradas insuficientes, pelos defensores do velho paradigma, temos então que é travada uma luta entre os cientistas revolucionários e os cientistas claramente comprometidos e educados à luz do paradigma anterior que fazem de tudo para impedir a sua substituição.

Neste período, fica praticamente impossível estabelecer o diálogo entre os cientistas defensores de um e de outro paradigmas, já que existe uma clara incompatibilidade entre os mesmos, utilizando a linguagem kuhniana, os paradigmas são incomensuráveis, afinal, estamos diante de duas visões radicalmente diferentes do mundo, com regras distintas e padrões de trabalho diferentes, o que torna impossível tornar compatível os dois paradigmas. Porém, é importante lembrar que os resultados obtidos com base na ciência normal são significativos, visto que, eles contribuem para aumentar o alcance e a precisão com os quais o paradigma adotado pode ser aplicado.

Este período de crise, acaba por evidenciar claramente que o espírito crítico e a audácia na procura da verdade não são características do mundo científico, ao contrário, o cientista, juntamente com o homem comum, possui todas as características que fazem dele um ser humano, portanto, ele não passa a vida colocando em prova tudo aquilo que aprendeu, pelo contrário, defende esse patrimônio adquirido de um modo insistente e procura resistir as mudanças bruscas que acarretem uma redefinição radical do trabalho até então realizado, porém enquanto seres adaptáveis, uma vez a mudança ocorrida, ela é trabalhada dentro da sociedade e incorporada.

As revoluções e as trocas de paradigmas são ininterruptas e cíclicas, prova disto é que, ao mesmo tempo que o novo paradigma vai sendo superado, ele passa a ser aceito sem discussão e as gerações futuras de cientistas que nascem e estudam permeados por este novo paradigma vão sendo treinadas para aceitar que o novo paradigma resolverá definitivamente os problemas fundamentais apresentados por ele. Sendo assim, da fase da ciência revolucionária passamos novamente à fase da ciência normal. Eis aí mais um ponto que devemos prestar muita importância no que diz respeito à modernidade e à pós-modernidade, para quem nasce em meio ao turbilhão de idéias e mensagens, já nasce plugado e ligado aos seus computadores e sistemas operacionais é muito fácil a adaptação, porém existe uma grande massa que foi criada de outra forma e que vê em tudo o que é posto com olhos bem distintos do ar de modernidade e liberdade que supostamente esta nova vida tem. O que parece é que os plugs já estão tão grudados aos novos seres humanos que eles não conseguem ver a prisão tecnológica onde ele se encontra, pois uma das premissas básicas da humanidade

é que se você conseguiu algum conforto, você terá que pagar por ele e o pagamento atual é feito às custas de não saber mais o que é vida ou o que tem valor real.

Podemos concluir que a grande inovação do discurso kuhniano no domínio da filosofia da ciência é a afirmação de que o desenvolvimento científico não é cumulativo e que a escolha entre paradigmas alternativos não se fundamenta em aspectos teóricos de cientificidade, mas em fatores históricos, sociológicos e subjetivos, ou seja, numa certa subjetividade, que acaba por ter um papel decisivo e de sustentáculo na imposição de determinadas teorias em detrimento de outras. Tal imposição, não é devida ao mérito científico das teorias, o processo de imposição de um novo paradigma é um processo retórico, um processo de persuasão em que participam todos os setores da sociedade científica. É necessário estudar as relações dentro dos grupos e entre os grupos, sobretudo as relações de autoridade científica e de dependência entre as áreas e, também, estudar a comunidade científica em que se integram esses diferentes grupos, o processo de formação profissional dos cientistas, o treinamento, a socialização do mesmo dentro da profissão, a organização do trabalho científico, enfim, todos os fatores relevantes, pois é aí que consiste a base sociológica da teoria de Kuhn.

A neutralidade e a objetividade da ciência, características que desde sempre o conhecimento científico reclamou e que nos levava a distinguir esse saber das chamadas ciências humanas ou sociais, são claramente postas em cheque pela teoria dos paradigmas, operando uma profunda ruptura na filosofia das ciências pelo destaque que é dado à matriz histórica na compreensão de tais processos e fenômenos.

David Harvey, em seu livro **Condição pós-moderna** parte da premissa que a condição pós-moderna é uma seqüência do modernismo e que ela surgiu como uma forma de contestação da modernidade, até criar forma própria e ser identificada como pós-modernidade. Com base nos argumentos históricos, o autor situa, o que podemos chamar de condição pós-moderna, fazendo com que a sua compreensão só seja possível através do acompanhamento desta seqüência histórica e da comparação de uma etapa seqüencial com as etapas seqüenciais anteriormente citadas.

É exatamente neste ponto que o trabalho desenvolvido por Kuhn parece entrar em consonância com o de Harvey, pois no curso do desenvolvimento da humanidade e do próprio homem, enquanto indivíduo, acabamos baseando as nossas vidas em paradigmas estipulados pelas condições que vivemos e que a mudança de paradigma, habitualmente, não é algo fácil, pois enquanto humanos sempre tentamos nos apoiar em nossa zona de conforto, porém à medida que um novo paradigma ganha poder e é incorporado pela sociedade onde ele se

apresenta, acaba sendo aceito por todos. No mundo pós-moderno, os paradigmas transpõem os limites pátrios em virtude da Globalização, por exemplo, a questão do genoma é um grande paradigma para a nossa sociedade, pois por mais que tais pesquisas possam oferecer enormes benefícios para a humanidade, afinal, os responsáveis pelo projeto acreditavam que a descoberta da posição de cada gene, além de sua composição, seria valiosa para o diagnóstico e a cura de muitas doenças, como cancro, obesidade, diabetes, doenças auto-imunes e hipertensão e, mesmo parecendo algo muito benéfico e sendo inegável que a cura de tais doenças seria ótimo para a sociedade, há muitas críticas feitas para este projeto e elas alertavam para o perigo do uso indevido das informações genéticas, além das questões religiosas que vêem neste tipo de projeto uma interferência na obra de Deus.

Durante o curso do livro, Harvey não cita propriamente uma zona de conforto, porém ela fica muito nítida em várias passagens, como também são nítidas as quebras de paradigmas ocorridas. O próprio fato de a pós-modernidade abandonar todo o sentido de continuidade e memória histórica, ao mesmo tempo em que desenvolve uma incrível capacidade de absorver tudo o que classifica como aspecto presente, mesmo que este seja um padrão clássico, prova a maleabilidade dela criar uma zona de conforto mesmo frente à contrariedade existente entre abandono e absorção. E o próprio ato de abandonar o sentido de continuidade e absorver o que há dentro da continuidade como sendo ao presente, para recriá-las ao seu modo já gera uma quebra de paradigma, afinal, é uma grande proeza conseguir diariamente ser consumida em fogo e vir a ser Fênix.

Talvez uma das questões mais paradigmáticas existentes dentro da pós-modernidade seja a questão do tempo e, as ações representadas no ato de abandono e absorção provocando a conseqüente perda da temporalidade e a busca do impacto instantâneo, gerando, paralelamente, uma perda de profundidade, porém, as mudanças que o passar do tempo provoca são vistas e refletidas no espaço, com as modificações ocorridas na sociedade e em seu ambiente de convívio, bem como das formas de se fazer algo, por exemplo, os pintores, os escultores, os poetas e os escritores tentam comunicar certos valores por meio da construção de uma forma espacial em sua obra, ou seja, é como se o tempo ao qual eles pertencem ficasse retido no ato da construção de determinada obra, juntamente com os conceitos e valores daquela época específica, é como se o tempo fosse congelado em sua obra.

Na primeira parte do livro de Harvey - Passagem da modernidade à pós-modernidade na cultura contemporânea - o autor inicia a sua explanação indicando as supostas propriedades da pós-modernidade e, ao fazê-lo, constatamos que as principais características apresentadas podem ser encontradas dentro da própria modernidade e, nada mais natural, afinal, tal qual a

sua precursora, a pós-modernidade está baseada no desenvolvimento histórico-geográfico, nos processos de produção cultural e na transformação ideológica por meio de signos e imagens. E logo na introdução desta primeira parte temos a seguinte afirmação retirada, pelo autor, de Jonathan Raban, que nos serve de alerta frente aos diversos “eus” existentes dentro de todos e de tudo o que há em nossa sociedade atual.

E se havia algo de libertador na possibilidade de representar muitos papéis distintos, também havia alguma coisa estressante e profundamente desestabilizadora em ação. (HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.)

Mais à frente, temos presente a afirmação de Baudelaire acerca da modernidade: a modernidade é o transitório, o fugidio, o contingente, é uma metade da arte, sendo a outra o eterno e imutável, neste pequeno trecho vemos não apenas posta toda a singularidade da modernidade, como também a da pós-modernidade, afinal, no processo de transição de uma para a outra, nunca antes estivemos tão face a face com o transitório e o fugaz. As próprias representações dos diversos “eus” existentes dentro de nós prova tal situação, pois aparentemente nada parece mais fugidio do que a representação de múltiplos “eus” em um mesmo ser. Nas palavras de Baudelaire, temos postos os dois pólos que regem tudo o que tem referência com a experiência humana, conseqüentemente, também a experiência da modernidade é regida por esta pragmática, pois enquanto humanos buscamos a segurança, estabilidade, um relacionamento, um emprego, ou seja, buscamos algo que pareça imutável, porém a condição pós-moderna em que nos encontramos, na verdade, acaba nos levando exatamente no sentido contrário, pois tudo está baseado no fugaz, na supremacia da imagem, na máscara posta na face da realidade, dizemos que buscamos o amor, por exemplo, mas nunca vimos tantos casais separados, o que pode ser comprovada pela estatística de separações e divórcios do IBGE realizada em 2009 e publicada no site do Instituto em 12 de novembro de 2010, onde foram registrados 177,6 mil processos judiciais ou escrituras públicas de divórcios, dos quais 139,8 mil foram concedidos sem recurso. As separações totalizaram 100 mil processos ou escrituras, sendo 94,2 mil concedidas sem recurso ou realizadas nos tabelionatos cujos cônjuges tinham 20 anos ou mais de idade. Na mesma estatística pode ser verificado que enquanto a taxa de separações, que apresenta como referência a análise feita por base em mil habitantes, a partir dos 20 anos de idade, se manteve estável em relação a 2008 (0,8%), a taxa de divórcios, que emprega como referência a mesma análise relativa as separações, decresceu de 1,5% a 1,4%. Porém, analisando a série mantida pelo IBGE desde 1984, observa-se que o patamar da taxa geral de divórcios é mais alto que nos anos iniciais da série histórica. Houve aumento significativo em 1989, após a alteração da

lei, em 1988, que reduziu os prazos mínimos para iniciar os processos. Os dados apresentados nos mostram que estamos sendo colocados diariamente dentro do transitório, afinal, o que os filmes Hollywoodianos vendem nas telas é a busca de um amor eterno, enquanto a realidade mostra outra coisa.

E se temos que a pós-modernidade é uma seqüência da modernidade, logo, nada mais normal que a transitoriedade e a fugacidade existentes na segunda, acompanhem o desenvolvimento da primeira, ainda segundo Baudelaire, isto faz com que a pós-modernidade seja incapaz de apresentar algo inteiramente novo, se comparada à condição moderna, portanto está aí posto que, ao invés de uma ruptura, houve uma continuidade, porém se há uma continuidade não ocorreu propriamente uma mudança de paradigma e sim uma transformação dentro de um paradigma já existente desde a modernidade. Dito isto, podemos nos perguntar por que tanta controvérsia ou contestação? Afinal, se estamos mesmo em um fluxo contínuo, a continuidade em si poderia se incumbir de nos dar a serenidade necessária para seguir em frente sem tantas aflições ou a necessidade de transitoriedade. Ao mesmo tempo, lendo as colocações de Harvey, temos a impressão que o problema por trás da questão é que a modernidade em si não chegou a ser totalmente absorvida pela nossa sociedade, o que poderia ser explicado, dado ao seu ritmo frenético e ininterrupto, portanto, temos que a modernidade foi se instalando e se remontando até desembocar no que hoje conhecemos pelo nome de pós-modernidade, ou seja, tomando emprestado o pensamento de Le Corbusier, o mesmo suposto equilíbrio que ambas tentam manter é ele mesmo puramente efêmero, pois para ser mantido ele precisa ser perpetuamente reestruturado.

Para endossar o que está sendo apresentado, Harvey utiliza a descrição de Marshall Berman para exemplificar a condição humana, sendo ela:

Ser moderno é encontrar-se num ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, transformação de si e do mundo – e, ao mesmo tempo, que ameaça destruir tudo o que temos, tudo o sabemos, tudo o que somos. Os ambientes e experiências modernos cruzam todas as fronteiras da geografia e da etnicidade, da classe e da nacionalidade, da religião e da ideologia; nesse sentido, pode-se dizer que a modernidade une toda a humanidade. Mas trata-se de uma unidade paradoxal, uma unidade da desunidade; ela nos arroja num redemoinho de perpétua desintegração e renovação, de luta e contradição, de ambigüidade e angústia. Ser moderno é ser parte de um universo em que, como disse Marx, “tudo o que é sólido desmancha no ar. (HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.)

E se paramos para observar as nossas vidas e a condição humana atual, encontraremos exatamente esta contrariedade toda exposta, onde a busca incessante da emancipação humana acaba por nos direcionar em um sistema de opressão universal, sempre

em nome da liberdade. Cada vez mais buscamos ser o humano que vemos nos anúncios das revistas, que vemos nos filmes Hollywoodianos, sem nos atentarmos que por mais que “a arte imite a vida”, ela não passa de uma mera representação da realidade. E buscando estas representações acabamos nos enjaulando em um mundo formado apenas de imagens, onde a forma possui mais valor do que a essência, onde, por exemplo, estar bem vestido representa mais do que ser uma pessoa íntegra. No frenesi ininterrupto de nos tornarmos humanos representativamente perfeitos, acabamos nos desumanizando e criando monstros que seguem apenas o fugaz existente dentro de seus cárceres de vidro. Há uma colocação feita com base em Nietzsche, onde Harvey diz que:

Era como se Nietzsche mergulhasse por inteiro no outro lado da formulação de Baudelaire para mostrar que o moderno não era senão uma energia vital, a vontade de viver e de poder, nadando num mar de desordem, anarquia, destruição, alienação individual e desespero. (HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.)

Na colocação feita, temos que tudo o que nos rodeia, enquanto seres humanos, é cíclico e atemporal, pois a observação feita por Nietzsche para o pensamento modernista, também é totalmente válida para a pós-modernidade. Vemos hoje, mais do que nunca, toda uma energia vital sendo lançada à desordem e alienação do indivíduo, com base em imagens e representações de uma suposta realidade, tornando-nos fantoches de nossas fantasias e desejos. Lançando-nos a trilhar caminhos que nos direcionam apenas ao consumo de imagens, mensagens, objetos, desejos, pessoas, tudo passa a ser tão fugaz e fragmentado, que nada mais parece ter um verdadeiro valor.

Harvey segue com suas colocações e mais uma vez cita Nietzsche e este aparece como um tipo de profeta, prevendo a efemeridade das coisas e o quanto as aparências se tornariam mais importantes do que o valor real das coisas. Qualquer semelhança com nossa realidade atual não é mera coincidência. Se a modernidade tem que destruir para então poder criar, a única maneira restante de representação das verdades eternas seria o próprio processo de destruição que fosse capaz de, ao final dele, destruir ele mesmo estas próprias verdades.

Na medida em que Nietzsche dera início ao posicionamento da estética acima da ciência, da racionalidade e da política, a exploração da experiência estética – “Além do bem e do mal” – tornou-se um poderoso meio para o estabelecimento de uma nova mitologia quanto àquilo a que o eterno e imutável poderia referir-se em meio a toda a efemeridade, fragmentação e caos patente da vida moderna. Isso deu um novo papel e imprimiu um novo ímpeto ao modernismo cultural. (HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.)

As fragmentações a que fomos inseridos apresentam-se com tal magnitude que até o

valor monetário do dinheiro, que aparentemente sempre se mostrou tão real, passa do tangível para uma representação do valor a ele atribuído, prova disto ocorreu ainda antes do advento do modernismo, onde em 1848, um grande teste evidenciou que a reivindicação de unidade e universalidade do projeto iluminista não era algo possível, pois neste ano ocorreu a primeira crise de sobre-acumulação do capitalismo, crise financeira que foi resolvida com a expansão do mercado financeiro criando um volume de capital fictício, ou seja, criou-se uma especulação sem referência a um valor tangível, como consequência desta tomada de ação, temos que o dinheiro deixa de ser representação fiel do valor a ele vinculado. Nos dias atuais, isto fica ainda mais evidenciado na figura dos cartões de crédito, pois a sociedade se ilude com a idéia de consumo e acaba comprando tudo o que é oferecido como objeto de desejo atual, acontece isto em questões de moda, de estética, de padrões de vida e em meio ao mar de consumo a sua frente, os indivíduos ultrapassam os seus limites e gastam mais do que ganham, e na afetação baseada apenas em supostas necessidades, acabam esquecendo-se que os cartões de crédito atuam como representação de um valor monetário, porém, este valor não é necessariamente tangível, prova disto são os dados apresentados na Folha de São Paulo, no Caderno de Economia, do dia 07 de maio de 2009, onde com base em informações cedidas pela SEAE - Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, temos que, se consideradas apenas as operações em que o valor da fatura não é pago integralmente e, em decorrência disto o usuário do cartão paga juros, o nível de inadimplência está em 28% e se for considerado o total das operações efetuadas, tal taxa está em 10%. A alienação provocada pelo dinheiro de plástico associada ao consumismo exacerbado faz com que alguns indivíduos percam o valor real do que possuem e podem gastar.

Harvey segue a sua argumentação dizendo que determinadas crises no sistema de acumulação estavam sempre acompanhadas por mudanças na experiência e nos significados sociais, nas artes e nas filosofias. As duas grandes guerras mundiais, em especial a 2ª Guerra Mundial é colocada como sendo o maior evento da história da destruição criativa do capitalismo e inegavelmente ela o é, prova disto são os inúmeros avanços tecnológicos gerados durante ela. O modernismo do entre guerras torna-se o período fecundo para que o homem recrie as suas formas de interagir com o espaço, o local enquanto portador de essências culturais, redimensione a estética aplicada à política e, mais uma vez trave a luta entre a razão e o mito, ou seja, Harvey acaba nos mostrando que a crise moral do nosso tempo nada mais é do que uma crise da filosofia iluminista. É exatamente neste curto período, depois de 1848 até a Segunda Guerra Mundial que temos grandes contestações e que vemos o mundo da representação e do conhecimento passar por transformações fundamentais e tais mudanças

certamente foram afetadas pela perda da fé no fluxo inevitável do progresso e pela fixidez do pensamento iluminista.

O autor ainda coloca que mesmo frente ao que parece um niilismo inevitável, o capitalismo consegue trabalhar com as diversidades, criando o mercado das diferenças e transformando-as em mercadorias, ou seja, estamos acostumados a consumir uma enorme variedade em tudo o que compramos, alimentos, bebidas, filmes, músicas, viagens, roupas, etc, porém o que parece algo aparentemente feito sob medida para nos satisfazer, nada mais é do que uma acomodação de mercado, onde a natureza da competência obriga as empresas a suprir um mercado de mundos fragmentados. E tal fragmentação, para o mercado é algo fantástico, pois onde existia anteriormente apenas um produto, agora podem existir vários. Porém, por mais que as propagandas de marketing queiram dizer que temos o poder de escolha nas mãos, na realidade temos a escolha feita por grupos empresariais que escolhem e determinam diariamente o que iremos comer, beber, vestir, ouvir e ser. Parece que quanto mais caminhamos rumo à liberdade, mais somos sufocados pelo preço dela, custos estes transformados em grilhões que nos arrastam para a nossa doce vida pós-moderna de suor e sangue em nome do progresso.

Temos então que na segunda metade do século XX, a pós-modernidade se estabelece de vez, e retomando o conceito de salto qualitativo de Thomas Kuhn, podemos dizer que foi também durante este período que vemos um grande salto, pois durante a Guerra Fria, nome designado para nomear um conflito de ordem política, militar, tecnológica, econômica, social e ideológica ocorrido entre os Estados Unidos e a extinta União Soviética e suas zonas de influência, que durou de 1945, final da Segunda Guerra Mundial, até 1991 e a efetiva extinção da União Soviética que vemos a germinação do processo de Globalização e de um dos seus mais poderosos instrumentos, a Internet. Tanto uma, como a outra levam as relações políticas, econômicas, militares, tecnológicas, ideológicas e sociais a um inegável salto qualitativo, se pegarmos a questão tecnológica como exemplo, constatamos que quando os Mainframes foram desenvolvidos, era inimaginável conceber que em tão curto espaço de tempo teríamos computadores pessoais em nossas casas e que, a partir deles, poderíamos pesquisar informações armazenadas em banco de dados do outro lado do mundo em questão de segundos.

Harvey coloca que foi entre 1968 e 1972, que a pós-modernidade emerge como um movimento já maduro, mesmo que ainda ela apareça de forma incoerente, visto que, nos anos 60 temos latente os movimentos antimodernos. E neste ponto, temos que convir que chega a ser engraçado que o pós-modernismo tenha ganhado corpo exatamente em meio a um

turbilhão de movimentos que privilegiavam as minorias, tais como os movimentos feministas e os movimentos negros, pois constatando os fatos do ângulo capitalista, estavam aí surgindo novos grupos de consumo para itens específicos e em contra-partida também estavam sendo criados grupos que eram contra estes grupos minoritários e que iriam formar um outro grupo de consumidores conceituados como tradicionais, abrindo novamente um outro novo nicho de mercado para produtos antes tidos como ultrapassados e que voltavam às lojas sob o ar de tradição. E não há como não nos questionarmos até onde o pós-modernismo apresenta uma verdadeira nova situação, se comparada com o modernismo e, partindo desta colocação, volto a reiterar que parece não ter havido uma quebra de um paradigma e sim a reestruturação do mesmo paradigma dentro de um processo que impôs uma nova realidade e, conseqüentemente, uma nova sociedade com um tipo diferente e fragmentário de pensamento. E tal qual ocorria no modernismo, também a pós-modernidade tem que destruir para criar e a única maneira de representar verdades eternas é por meio de um processo de destruição passível que, ao final do mesmo, ele possa destruir as mesmas verdades postuladas, vemos muito isto na área médica, onde, por exemplo, diariamente são criadas teorias acerca de determinados alimentos ou complementos alimentares, como se eles fossem o milagre capaz de melhorar completamente a vida do ser humano, porém, após um frenesi consumista em relação ao determinado produto, são lançadas pesquisas que desmistificam uma boa parte dos benefícios inicialmente apresentados.

O pós-modernismo, por exemplo, representa uma ruptura radical com o modernismo ou é apenas uma revolta no interior deste último contra certa forma de “alto modernismo” representa, digamos, na arquitetura de Mies van der Rohe e nas superfícies vazias da pintura expressionista abstrata minimalista? ... Terá ele um potencial revolucionário em virtude de sua oposição a todas as formas de metanarrativa (incluindo o marxismo, o freudismo e todas as modalidades de razão iluminista) e da sua estreita atenção a “outros mundos” e “outras vozes” que há muito estavam silenciado (mulheres, gays, negros, povos colonizados com sua história própria)? Ou não passa da comercialização e domesticação do modernismo e de uma redução das aspirações já prejudicadas desde a um ecletismo de mercado “vale tudo”, marcado pelo *laissez-faire*? (HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.)

Neste ponto, Harvey contribui ainda lançando em nossas mentes algumas perguntas que, de certa forma, habitam o nosso subconsciente e se apresentam totalmente inseridas no contexto pós-moderno, afinal, onde são discutidos os perigos de polarizarmos idéias e tomarmos posicionamentos tão derradeiros, realmente, é algo muito complicado polarizar quando temos algo nas mãos que clama por um tipo totalizante de liberdade nunca antes visto pelo homem e que fala com propriedade das vozes minoritárias como se soubesse do assunto. Atualmente, temos presente em nossa sociedade mostras cada vez mais comuns de um tipo de

polarização extremista e totalmente contrária aos direitos de liberdade do indivíduo na forma de *Bullyings*.

Temos então que, mesmo frente a toda ubiquidade pós-moderna, vemos os confrontamentos sendo expostos, como por exemplo, no caso acima citado entre a liberdade e a prática do *Bullying*, o engraçado é que se refletirmos acerca do que nos é colocado pela sociedade e confrontá-lo com a realidade de nosso dia-a-dia faz com que tenhamos certeza que é impossível não aceitarmos a fragmentação, a pluralidade e a autenticidade das inúmeras vozes que hoje nos cercam, afinal, estamos de tal forma inseridos nestas relações que tentar modificá-las ou cortá-las, seria como encerrar qualquer tipo de comunicação e, portanto, estaríamos exercendo o mando apenas e isto é algo inadmissível. E por outro lado, por mais que pareça incoerente não aceitar as fragmentações e as pluralidades de nossa sociedade, é exatamente pela exacerbação do “eu” e do individualismo na pós-modernidade que tais confrontos parecem inevitáveis, pois ao coroar o individualismo como máxima, isto gera indivíduos sem limites no que diz respeito ao seu “eu” e aos seus desejos, opiniões e formas de manifestação, ou seja, isto faz com que o indivíduo seja incapaz de agir diante do confronto advindo entre a contrariedade de uma situação apresentada e daquilo que ele toma como sendo certo e, portanto, sem condições de trabalhar com uma forma de pensamento racional, se esta for contrária ao seu “eu”, porém, quem é incapaz de lidar com as contrariedades, também acaba sendo incapaz de saber o que é liberdade, afinal, a liberdade não tem lado, ela apresenta-se igual para todos. E como o próprio Harvey coloca:

O fato mais espantoso sobre o pós-modernismo: sua total aceitação do efêmero, do fragmentário, do descontínuo e do caótico que formulam uma metade do conceito baudelairiano de modernidade. Mas o pós-modernismo responde a isso de uma maneira bem particular; ele não tenta transcendê-lo, opor-se a ele e sequer definir os elementos “eterno e imutáveis” que poderiam estar contidos nele. O pós-modernismo nada, e até se espoja, nas fragmentárias e caóticas correntes da mudança, como se fosse tudo o que existisse. ... Portanto, na medida em que não tenta legitimar-se pela referência ao passado, o pós-modernismo tipicamente remonta à ala de pensamento, a Nietzsche em particular, que enfatiza o profundo caos da vida moderna e a impossibilidade de lidar com ele com o pensamento racional. (HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.)

E o problema não acaba no embate entre individualismo e a liberdade, ele vai além, afinal, vivemos em sociedade e, para tanto, temos que dialogar e achar um ponto de consenso para que possamos manter a ordem existente nesta sociedade e, novamente a pós-modernidade mostra que, em nome do diálogo, ao tentar aceitar a fragmentação, o pluralismo e a autenticidade de outras vozes e outros mundos, acabamos sendo direcionados para o problema da comunicação e dos meios de exercer o poder através do comando e da influência

político-econômica, por exemplo, as reuniões do G8 são uma prova clara de como a suposta aceitação das fragmentações e do diálogo, acabam por gerar problemas, afinal, as reuniões deste grupo composto pelos Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália, Canadá e Rússia, sendo eles países que se dizem nações democráticas, discutem questões de alcance internacional, porém, parece algo incoerente discutir questões de alcance internacional, sendo que não há nestas reuniões a representação de todos os países do mundo. Entre as maiores críticas feitas ao G8 estão a de que o grupo é culpado pelos problemas de pobreza na África; pela política de comércio empregada nos países em desenvolvimento; são também ferozmente criticados na questão do aquecimento global, devido a não implementação de soluções eficazes quanto à emissão de monóxido de carbono; bem como no que diz respeito ao problema da AIDS, devido as severas políticas de patentes de medicações; além das acusações relacionadas a outros problemas decorrentes da Globalização.

Um outro problema pós-moderno é que agora todo tipo de conhecimento pode ser codificado de todas as maneiras possíveis, porém, a real problemática não está em poder codificar tudo, como também não está tão presente na codificação em si e sim como esta codificação será usada para manipular e ludibriar as massas, prova disto, por exemplo, são os exemplos nazista na Alemanha e fascista na Itália, as mensagens eram codificadas para criar um determinado estímulo naquelas comunidades e este estímulo foi trabalhado para cegá-las quanto a todo o resto que acontecia ao seu redor, independentemente de ética, moral ou conceito de humanidade e civilização. Também podemos constatar as distorções provocadas na simbologia e nas imagens quando verificamos o posicionamento da mulher dentro da sociedade moderna e pós-moderna, pois por mais que ela tenha modificado a sua situação frente à sociedade, ela continua pautada nos moldes e padrões masculinos, não desenvolvendo, portanto, um estereótipo que possa ser identificado como propriamente feminino.

E em meio a tantos problemas relacionados às fragmentações da sociedade, de comunicação, de codificação, temos lançada a idéia do desconstrucionismo e esta acaba surgindo como um poderoso estímulo para os conceitos pós-modernos, afinal, o desconstrucionismo, por se tratar de um conceito que identifica um texto dentro de outro, identificando cada texto como que entrelaçado intertextualmente com os outros, trata de trabalhar o que atualmente chamamos de interdisciplinaridade, porém quando o conceito surgiu esta interdisciplinaridade, tal como hoje, foi utilizada como uma grande arma de articulação, pois ao mesmo tempo em que ela conecta tudo, ela desconecta tudo de uma origem, pois se a sua premissa básica é de que um “texto” está dentro de outro e assim

subseqüentemente, quer dizer que tudo está em tudo e nada também está, porém ao mesmo tempo ela vem com a idéia das várias possibilidades de interpretação que podemos dar ao texto, criando a participação do coletivo, do popular e gerando a democratização dos valores culturais e, conseqüentemente, dos valores mercadológicos, ou seja, temos aí a apresentação de um discurso tipicamente pós-moderno, revelando que a superficialidade da identificação de um momento presente basta, ao invés do aprofundamento e descoberta do que há por trás das superficialidades momentâneas. Temos desta forma a perda de profundidade.

A pós-modernidade abandona todo o sentido de continuidade e memória histórica enquanto desenvolve uma incrível capacidade de pilhar a história e absorver tudo o que nela classifica como sendo um aspecto presente.

E um dos pontos chave do pós-modernismo é a busca incessante da manutenção do frenético consumismo, bem como a manutenção de uma cultura que o sustente, e nesta questão, mas uma vez temos a prova de que o que é antigo, ou considerado velho, ou seja, algo que já ficou na história, em nome do consumismo pode ser novamente visto com bons olhos em algum momento presente e temos aí a pós-modernidade executando uma pilhagem, afinal, nada impede que um conceito, uma forma de se vestir ou um modelo estético, por exemplo, sejam reaproveitados e modificados para serem apresentados como novos outra vez, podemos classificar esta ação como um tipo de colagem ou montagem e nada mais adequado para nos mostrar isto do que a moda, afinal, ela é a indústria que mais recicla estilos que já caíram em desuso, como também é ela a que mais articuladamente projeta desejos em nossa mente criada para o consumo.

Visto desta forma, é realmente ridículo e infantil tentarmos colocar a culpa de todo o frenesi consumista em que vivemos nos meios de comunicação em massa, como a televisão, o rádio ou a Internet, afinal, eles são apenas mecanismos que o capitalismo utiliza para invadir os nossos pensamentos e nos inflamar em um ânsia de desejos consumistas. A publicidade e o marketing são as artes oficiais do capitalismo criadas para invadir e povoar nossas pequenas mentes, fazendo com que não sejamos mais capazes de distinguir entre o que é necessário e, o que é que realmente queremos, pois podemos até querer algo e este algo ser totalmente desnecessário, enquanto não soubermos distinguir necessidade de desejo, continuaremos recebendo as mensagens subliminares das propagandas como néctar dos deuses, os quais não conseguiremos viver sem. E acerca disto, Harvey coloca que:

Apontar a potência dessa força na moldagem da cultura como modo total de vida não é, no entanto, cair necessariamente num determinismo tecnológico simplista do tipo “a televisão gerou o pós-modernismo”. Porque a televisão é ela mesma um produto do capitalismo avançado e, como tal, tem de ser vista no contexto da

promoção de uma cultura do consumismo. Isso dirige a nossa atenção para a produção de necessidades e desejos, para a mobilização do desejo e da fantasia, para a política da distração como parte do impulso para manter nos mercados de consumo uma demanda capaz de conservar a lucratividade da produção capitalista. ... Assim, “somos testemunhas das contínuas batalhas intestinas e mudanças espasmódicas na moda, na exibição simultânea de todos os estilos passados em suas infinitas mutações e na contínua circulação de elites intelectuais diversas e contraditórias, o que assinala o reino do culto da criatividade em todas as áreas do comportamento, uma receptividade não crítica sem precedentes à Arte, uma tolerância que, no final, equivale à indiferença. (HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.)

Temos, portanto, que no cerne do pensamento pós-moderno, encontramos preocupações relacionadas com o significante e não com o significado, isto implica que a forma possui mais importância que o conteúdo e, tal constatação, serve para endossar as afirmações já feitas anteriormente acerca da fúria consumista que envolve o capitalismo e das artimanhas usadas por seus mecanismos para criar uma sociedade completamente alienada e manipulável, a ponto de se tornarem totalmente fúteis em nome de um monte de “baboseiras” das quais eles não precisam. Tal estado de alienação é constantemente retrabalhado, afinal, é a partir da ininterrupta criação de desejos, caprichos e fantasias que é possível a manutenção do sistema capitalista em nossa sociedade, pior é que estamos tão doutrinados a seguir os impulsos sugeridos pelas artimanhas deste sistema, que acabamos não refletindo acerca deles e nos lançamos em sua direção como se esta fosse a única escolha a ser seguida.

A massificação das imagens e mensagens que recebemos é tão forte que se nos colocamos contrários a alguma delas, acabamos sendo identificados como um elemento estranho dentro de nosso ambiente de convívio, quando na realidade o que parece realmente estranho é a massificação da sociedade, como se todos os indivíduos que a compõem tivessem que ter as mesmas formas e necessidades e, tal movimento de massificação é tão presente, que ele extrapola até mesmo a questão da fragmentação, um exemplo disto é a disseminação da cultura gay, afinal, se formos pensar em representação, deveríamos ter também apresentados os mais diversos tipos de cultura, como por exemplo, uma cultura heterossexual, porém o que vemos estampada nas novelas, nas revistas e na própria parada gay hoje é um desfile das mais diversas fragmentações, apoiando um movimento que representa apenas uma das várias vozes nela encontradas e, este tipo de super exposição, acaba fazendo com que todos sejam praticamente obrigados a ter uma opinião acerca do assunto, no entanto, se a sua opinião for contrária ao que supostamente foi colocado em foco como sendo a atitude correta nesta massificação, você é taxado de preconceituoso, retrógrado, discriminador, sem que seja levada em conta a opinião do indivíduo, afinal, até onde conste, todos temos direitos de expressão e se a contrariedade de um indivíduo acerca de uma questão tão polêmica quanto o

homossexualismo, não for algo que agrida o próximo, que então, seja louvada a contrariedade e a manutenção das fragmentações mesmo diante da massificação da sociedade.

As preocupações pós-modernas com o significante e não com o significado, com o meio (o dinheiro) e não com a mensagem (o trabalho social), com a ênfase na ficção e não na função, nos signos em vez das coisas, antes na estética do que na ética, sugerem um reforço e não uma transformação, do papel do dinheiro descrito por Marx.” ... “Em consequência, os produtores têm um permanente interesse em cultivar “o excesso e a intemperança” nos outros, em alimentar “apetites imaginários” a ponto de as idéias sobre o que constitui a necessidade social serem substituídas pela “fantasia, pelo capricho e pelo impulso. ... Além disso, o próprio dinheiro, como representação suprema do poder social na sociedade capitalista, se torna objeto da luxúria, de ambição e de desejo. Mas também nesse plano deparamos com duplos sentidos. O dinheiro confere o privilégio de exercer poder sobre outros – podemos comprar seu tempo de trabalho ou os serviços que oferecem, e até criar relações sistemáticas de domínio de classes exploradas apenas com o controle sobre o poder do dinheiro. Na verdade, o dinheiro funde o político e o econômico numa genuína economia política de avassaladoras relações de poder” ... “O dinheiro é um “grande nivelador e cínico”, um poderoso solapador das relações sociais fixas e um grande “democratizador”. Como poder social passível de ser detido por pessoas individuais, ele forma a base de uma liberdade individual muito ampla, uma liberdade que pode ser empregada no nosso desenvolvimento como indivíduos livre-pensadores, sem referência aos outros. (HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.)

E voltando a falar da fúria consumista, não há como não citar da questão do valor que o ícone máximo do capitalismo exerce em nossa sociedade, afinal, toda esta condição privilegiada que o dinheiro conseguiu no mundo pós-moderno, deve-se em virtude da afirmação do capitalismo como sistema econômico, o que implica dizer que o fordismo enquanto sistema de produção ajudou o capitalismo a se firmar e a criar os mecanismos necessários para a sua manutenção, pois uma vez que a força de trabalho tem preço, isto implica que todos de alguma forma trocarão a sua força de trabalho, o seu intelecto, o seu tempo e até as suas condições de vida por dinheiro. A transformação do dinheiro em objeto de desejo, capaz de realizar qualquer outro tipo de desejo, faz com que ele seja uma referência única sem precedentes, se analisarmos a vida que levamos hoje, podemos até dizer que a “felicidade” tem preço, que o “amor”, a “lealdade”, a “ética”, a “saúde”, enfim, tudo pode e tem um preço, visto que temos pessoas dispostas a apreçar tudo o que existe, inclusive sentimentos e valores subjetivos, e temos também pessoas dispostas a venderem tudo o que possuem, quiçá, até mesmo as suas almas em troca do vil metal. Porém, pela mesma sistemática, cada um enquanto indivíduo pode colocar um valor justo a qualquer coisa que julgue seu, ou seja, ao mesmo tempo que fomos submetidos as correntes do dinheiro, supostamente, também temos a liberdade de escolhermos o preço justo.

A compra de força de trabalho com dinheiro dá ao capitalista certos direitos de dispor do trabalho dos outros sem considerar necessariamente o que estes possam

pensar, precisar ou sentir. ... O mundo da classe trabalhadora torna-se o mundo do "outro", tornado necessariamente opaco e potencialmente não conhecível em virtude do fetichismo da troca de mercado. (HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.)

Ao verificarmos os acontecimentos históricos, inegavelmente constatamos que a pós-modernidade coincide com a crise do sistema fordista. Conceitualmente, o fordismo era um novo tipo de organização da força de trabalho, porém, ao verificar todo o seu alcance dentro da sociedade, constatamos que ele era na realidade um novo estilo de vida, caracterizado pela produção e consumo de massas, pela especialização do trabalho e altos salários visando a criação de um público consumista disposto a comprar tudo o que fosse produzido e colocado em evidência por meio de propagandas – símbolos e imagens – como sendo a necessidade básica real do cidadão. Nesta configuração de mundo, o Estado que assume a responsabilidade sobre amplos setores de serviços.

Já a condição pós-moderna faz com que o trabalhador fique alienado quanto ao todo que envolve o desenvolvimento total de um produto, conseqüentemente, isto faz com que o trabalhador se transforme apenas em um fragmento que pode ser substituído a qualquer momento, fazendo com que ele se submeta às regras de mercado e acabe desvalorizando cada vez mais a sua força de trabalho em virtude da concorrência. Para o empregador, a concorrência entre os trabalhadores é ótima e a instabilidade é algo desejado por eles, pois faz com que a produtividade cresça. Por fim, todos os meios de desenvolvimento da produção acabam se tornando meio de domínio e exploração dos trabalhadores ao redor de todo o mundo e o nosso tempo de vida acaba sendo revertido em tempo de trabalho, ou seja, como a música do Titãs já diz: Pois tudo tem que virar óleo para por na máquina do Estado.

O mesmo molde de camisa pode ser produzido por fábricas de larga escala na Índia, pelo sistema cooperativo da 'Terceira Itália', por exploradores em Nova York e Londres ou por sistemas de trabalho familiar em Hong Kong. O ecleticismo de práticas de trabalho parece quase tão marcado, em nosso tempo, quanto o ecleticismo de filosofias e gostos pós-modernos. ... A luta pela manutenção da lucratividade apressa os capitalistas a explorarem todo tipo de novas possibilidades. São abertas novas linhas de produto, o que significa a criação de novos desejos e necessidades nos outros, enfatizando o cultivo de apetites imaginários e o papel da fantasia, do capricho e do impulso. O resultado é a exacerbação da insegurança e da instabilidade, na medida em que massas de capital e de trabalho vão sendo transferidas entre linhas de produção, deixando setores inteiros devastados, enquanto o fluxo perpétuo de desejos, gostos e necessidades do consumidor se torna um foco permanente de incerteza e de luta. Abrem-se necessariamente novos espaços quando os capitalistas procuram novos mercados, novas fontes de matérias-primas, uma nova força de trabalho e locais novos e mais lucrativos para operações de produção. O impulso de realocação para locais mais vantajosos (o movimento geográfico do capital e do trabalho) revoluciona periodicamente a divisão territorial e internacional do trabalho, acrescentando à insegurança uma dimensão geográfica vital. A resultante transformação da experiência do espaço e do lugar é acompanhada por revoluções na dimensão do tempo, na medida em que os capitalistas tentam reduzir

o tempo de giro do seu capital a um “pisar de olhos”. (HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.)

E alinhando-se com a Escola de Regulação, Harvey coloca muita ênfase no papel que as relações de produção têm na transição de um sistema de acumulação para outro, por exemplo, o sistema financeiro e a política monetária dos Estados Unidos criam um processo inflacionário ao injetar capital fictício para sustentar o crescimento econômico. As tentativas de 1973 para reduzir a inflação expõem os excessos sobre a capacidade real das economias ocidentais. A alta dos preços do petróleo significou a aceleração de uma crise que é de sobreacumulação. A deflação que se seguiu no período 1973-1975 provocou a intensificação da concorrência do capital, o que levou a um maior controle da força de trabalho. As conseqüências foram o desemprego e condições de trabalho mais flexíveis, com alta rotatividade do emprego e sem a segurança dos contratos durante o fordismo, da divisão da produção de um determinado produto em unidades de produção descentralizadas, que em relação ao sistema fordista permitem um encurtamento do tempo de retorno do capital, motivo pelo qual essa organização flexível da produção se torna mais competitiva. Isso origina novas formas de organização do trabalho, mas também reinterpretação de novas formas de organização produtiva.

A acumulação flexível é uma particular e, talvez, nova combinação de velhos elementos dentro da lógica dominante da acumulação do capital. As características do capitalismo apontadas por Karl Marx continuam sendo vigentes e Marx continua sendo a principal fonte de onde são tirados os conceitos usados pelo próprio Harvey.

Em resumo, o capitalismo é um sistema social que internaliza regras que garantem que ele permaneça uma força permanentemente revolucionária e disruptiva em sua própria história mundial. Se, portanto, “a única coisa segura sobre a modernidade é a insegurança”, não é difícil ver de onde vem essa insegurança. (HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.)

E onde entra a educação em tudo isto? A educação entra como mais um produto que está sendo colocado à venda, com um diferencial que o valor agregado a este produto está cada vez mais desvalorizado, bem como as instituições que atuam nesta área e também os profissionais que com educação trabalham, ou seja, a educação parou de ter uma motivação puramente educacional, para ter uma motivação, mais do que nunca, capitalista, prova disto é a imensidão de novos cursos, muitos deles de curta duração, que são abertos em nome da diversidade que ocorre na sociedade, porém eles escondem a real justificativa que é o aligeiramento educacional na busca do lucro.

As colocações de Harvey acerca do capitalismo e da pós-modernidade nos são tão

próximas, que não parece que elas foram tiradas com base em todo um processo e, sim do nosso próprio cotidiano e, se analisarmos, é exatamente isto, pois aí está o retrato escrito do que já vem acontecendo no mundo há muito tempo. O incrível é que o capitalismo e a sua personificação no “dinheiro” é algo tão adaptável e feroz que ele consegue se recriar e transformar sem nunca se extinguir.

1. **A crise de identidade**

Inevitavelmente, ao falarmos em pós-modernidade, uma das primeiras coisas que nos vêm à cabeça é a crise de identidade do homem pós-moderno e nada mais justo de assim ser, afinal, desde que o mundo é mundo, as pessoas foram doutrinadas a cumprir as suas funções, funções estas sempre impostas por outrem, fosse, ou a igreja, ou o senhor feudal, ou os imperadores, ou o senhor de engenho, ou os ditadores, ou os militares, ou as novas regras da revolução industrial, ou as grandes corporações, ou a televisão, ou a internet, desde que o homem é homem sempre houve alguém para dizer o lugar que se deve ocupar dentro de uma sociedade. Com o homem pós-moderno acontece o mesmo tipo de doutrinação, porém há uma diferença de forma, pois o Capitalismo é que dita as regras na pós-modernidade, logo, estas mesmas regras geram uma instabilidade, afinal, enquanto elemento adaptável e reestruturável, no Capitalismo, a sua forma doutrinária é o consumo, seja de produtos, serviços, pessoas, o que importa é a transitoriedade das coisas, o efêmero, o fugaz, o que importa, por exemplo, é passar dias acampado na frente de um estádio para poder expor como um troféu a presença em um show de rock da modinha.

Como vimos anteriormente neste mesmo capítulo, o Capitalismo trava uma verdadeira batalha pela manutenção da lucratividade às custas da exploração de todo tipo de novas possibilidades e, para tanto, empregam todos os esforços na abertura de novas linhas de produto, implicando na criação de novos desejos, necessidades, caprichos e impulsos, que não existiam anteriormente à implantação do novo produto ou objeto de desejo. Como resultado deste processo, temos a exacerbação da insegurança e da instabilidade, enquanto a manutenção do fluxo perpétuo de desejos e necessidades do consumidor acaba se tornando um foco permanente de incerteza e de luta e em um cenário como este, seria inevitável não estarmos em crise, afinal, diariamente nos são informados novos códigos de moda, de postura, de trabalho e nós, enquanto marionetes do vil metal, colocamos as nossas máscaras para continuar atuando em nossa sociedade, porém, a colocação de papéis cada vez mais numerosos em nossas vidas, faz com que estejamos presentes em todos e não sejamos

nenhum, temos uma real perda de profundidade de relações humanas e interações. Logo, o poder doutrinário que a pós-modernidade nos transmite são os grilhões do consumismo, as facetas da fragmentação, a instauração da completa instabilidade e a formação de uma crise contínua e tudo em nome do seu instrumento doutrinante, o dinheiro.

Com a pós-modernidade, surge a crise de identidade, não em virtude do lugar que se deve ocupar dentro de nossa sociedade, mas quantos lugares devem ser ocupados, pois o homem moderno é a junção do pai, trabalhador, marido, amante, jogador de futebol, amigo, e para cada uma destas “n” identidades, existem “n” regras de conduta. Com a definição da existência do que vem a ser o sujeito descentrado, podemos partir para a problemática pós-moderna e os seus mecanismos, conhecidos por processo de Globalização e Neoliberalismo.

Se fizermos uma retomada histórica baseada nas três concepções de identidade vistas no livro **A identidade cultural na pós-modernidade**, de Stuart Hall, temos: o sujeito iluminista, ele é íntegro, centrado, unificado, dotado de razão, de consciência e de ação, analogicamente, parece transmitir o que podemos chamar de sujeito ético, pois a ética converge para a formação do ser humano integral, o núcleo que compõem este sujeito nasce e se desenvolve com ele, porém permanecendo sempre o mesmo, o centro de seu “eu” é a identidade do indivíduo; o sujeito sociológico que reflete a complexidade existente no mundo moderno, porém possui consciência que o núcleo interior do sujeito baseia-se na relação com o outro e nas trocas de valores e culturas, tem a sua identidade formada a partir da interação entre o seu “eu” e a sociedade, mantém relações com outros mesmo em face da complexidade dos tempos em que se vive, porém este consegue manter o seu “eu”, ou seja, mantém a sua essência mesmo sendo social; o sujeito pós-moderno, nasce da crise gerada entre os sujeitos iluminista e sociológico, pois um possui a crise em sua essência e o outro em sua interação, ele é a junção das crises internas e externas, gerando a incompreensão do eu e das múltiplas facetas do todo, o sujeito pós-moderno assume identidades diferentes em diferentes momentos, portanto, não apresenta uma identidade fixa e as suas identidades não são unificadas em um “eu” coerente, como também não apresenta uma definição histórica do seu ser, possui deslocamento com pluralidade de centros de poder, recompondo a estrutura a ser seguida, de acordo com o sujeito apresentado em cada situação, dotado de identidades contraditórias baseadas em classe econômica, social, gênero, etnias, formação, etc, e, logicamente, ao passo que os próprios sistemas de significação e representação da sociedade são multiplicados, o sujeito também defronta-se com as múltiplas identidades advindas deste processo e das quais ele faz uso, pelo menos momentaneamente, de acordo com a situação apresentada.

Para entender melhor o sujeito pós-moderno, precisamos primeiro entender como foi o processo de nascimento e morte do sujeito moderno, como assim define Hall. E partindo disto, temos então que desde os primórdios, o homem assumiu a sua condição no mundo com base no poder divino, onde todos estão colocados dentro da sociedade segundo as determinações de Deus. Entre o Humanismo Renascentista do século XVI e o Iluminismo do século XVIII, acontece o nascimento do indivíduo soberano, que representou o rompimento completo com a concepção anterior de sujeito, sendo este o ponto de partida de todo o sistema social da modernidade, pois é a partir daí que temos uma mudança de paradigma do sujeito moderno, a partir do deslocamento de Deus do centro do universo e da desmistificação de Deus, a partir da instauração do Protestantismo que prega a ligação direta do homem com o seu criador.

Como é também no processo da modernidade para a pós-modernidade que temos a ruptura do ideal humanista de homem, pois as fronteiras do mundo conhecido já não sustentam mais a sua integridade. Temos expostas as somatórias da crise individual das identidades singulares e da crise coletiva das identidades nacionais. O movimento pós-moderno é a transição entre o gérmen da modernidade iniciada com o Iluminismo e a pós-modernidade iniciada na metade do século XX.

Para o pós-modernismo, o sujeito não é o centro da ação social, como também não é o agente das ações que pratica, afinal, o homem pós-moderno é fragmentado e influenciado por todas as suas identidades e todo o meio imposto pelas suas máscaras, ele não pensa, não fala e não produz, na verdade ele é pensado, é falado e é produzido, afinal, ele é o sujeito que sofre a interferência da sua sociedade ditada pelo capitalismo.

Hall argumenta que há pessoas que sustentam que as identidades modernas apresentam-se fragmentadas e que o maior efeito deste processo foi o descentramento final do sujeito cartesiano, ainda com base neste pensamento, situa outras cinco rupturas nos discursos do modernista, que contribuiriam com os descentramentos na história do sujeito moderno, sendo eles:

1. Interpretação das tradições do pensamento Marxista, onde argumenta-se que quando corretamente desenvolvida, desloca qualquer noção de individualismo, pois ao colocar as relações sociais e não uma interpretação do homem em seu sistema teórico, Marx contribuiu para o deslocamento de duas proposições da filosofia moderna, a de que há uma essência humana universal e que tal essência apresenta-se como atributo individual do seu sujeito;

2. Descoberta do inconsciente por Sigmund Freud, tal pensamento reside na busca constante da identidade e no conflito permanente entre as dualidades do homem, ou seja, no embate entre o bem e o mal, o certo e o errado, o masculino e o feminino;
3. Descentramento lingüístico baseado no trabalho de Ferdinand de Saussure, onde temos que a língua é um sistema social que preexiste a nós, ou seja, ela possui uma história e apresenta um antes e um depois, argumentando que o indivíduo nunca conseguirá fixar o significado de uma forma derradeira, incluindo o significado de sua própria identidade, pois o significado é em essência instável;
4. Desenvolvimento da teoria do Poder Disciplinar de Michel Foucault, onde tal poder preocupa-se com a regulação e com a vigilância, consiste em manter as vidas dos indivíduos sob estrito controle e disciplina, portanto, quanto mais coletiva e organizada é a natureza de uma instituição, maior será o isolamento, a vigilância e a individualização do sujeito enquanto indivíduo;
5. Impacto do movimento feminista, onde o Feminismo apresenta-se tanto como uma crítica teórica, como quanto um movimento social, abrindo uma contestação política e social acerca do papel da mulher em nossa sociedade e expandindo-se até a questão da formação das identidades sexuais e de gênero, colocando em foco que a humanidade é composta pela identidade formada por homens e mulheres como um único coletivo.

Todas estas rupturas e descentramentos selaram o fim do sujeito cartesiano, bem como, revelam o quanto o sujeito pós-moderno é fragmentado e fugaz.

A pós-modernidade abala definitivamente a idéia de sujeito integrado, não há mais como ter a centralização da identidade, só há espaço para identidades fragmentadas e descentradas, logo é inevitável que não tenhamos mais o sentido do próprio eu, pois as influências a que estamos sujeitos são tamanhas que perdemos o sentido de nós mesmos, do que somos e o que realmente queremos. É lógico que esta perda de si mesmo depende dos níveis de interferência que o sujeito sofre durante o percurso de sua vida e quantas interferências ele permite que se instalem nele, analogicamente, passamos a ser um computador, onde o usuário decide quais sistemas e programas existirão em sua memória. Portanto, analisando a situação, cada vez que sofremos um deslocamento de nossa identidade, acabamos sofrendo um deslocamento duplo, ou seja, o cultural e o social de nós mesmos, o cultural no que diz respeito a interagirmos e integrarmos outras culturas como sendo nossas,

por exemplo, quando deixamos de lado o hábito de comer arroz e feijão, para nos tornar os comedores de hambúrgueres; e no social, quando temos a compressão do tempo nos forçando a atuar em diferentes situações, onde apresentamos a cada situação específica, uma das nossas muitas facetas. E temos instaurada a dialética das identidades, que seria a necessidade de novas auto-interpretações diante do diferente, o que nem sempre se apresenta de forma pacífica, pois o fortalecimento de identidades locais pode ser visto na forte reação defensiva daqueles membros dos grupos étnicos dominantes que se sentem ameaçados pela presença de outras culturas, levando muitas vezes ao racismo cultural e exclusão de uma parte da sociedade que se apresenta fora dos padrões determinados pela identidade dominante, como exemplo deste confronto podemos citar o Apartheid.

A fragmentação do homem pós-moderno é tamanha e tão mesclada ao todo que faz com que mesmo cercado por todos os lados por milhares de pessoas e milhares de recursos de comunicação, ele consiga ser os seres mais solitários de todo o planeta. Hoje somos tão identificados por senhas, número de registro geral, CPF, prontuários, cadastros e tantos outros, que nos transformamos não mais em personalidades individuais, mas em números identificadores, que nada mais são do que uma máscara tentando disfarçar a insignificância de nós mesmos. Somos assim, muito de tudo e muito pouco de alguma coisa.

2. **As culturas nacionais, a globalização e o neoliberalismo**

Quando paramos para analisar a sociedade atual, podemos identificar grandes lapsos, por exemplo, a falta de comunicação e muitas vezes incompreensão da situação dos países em desenvolvimento por parte do G8, como Boaventura de Souza Santos coloca em seu texto **Para além do pensamento abissal**, existe a não identificação do outro, pois os que estão “deste lado da linha” não conseguem identificar a existência “do outro lado da linha”, como também não levam em consideração as suas necessidades e direitos, gerando assim o abismo da exclusão política, econômica e social, pautada na apropriação e violência.

Toda esta situação de conflito entre nações, por exemplo, faz com que tenhamos que pensar em um novo modelo de Estado, de sociedade e de economia, porém, como será que o homem pós-moderno, criado à sombra da economia capitalista neoliberal, globalizada, excludente, individualista e concentrada, conseguirá transpor todos os limites impostos por sua sociedade? Conseguirá um ser criado para ser nada mais que um objeto, um número e uma sombra, criar uma identidade pessoal e cultural que o torne novamente humano? Tenho estas dúvidas e tento buscar as respostas em meio ao mar de meias verdades e de

interrogações que nos tornam homens pós-modernos. Quem sabe quando iniciarmos novamente um contato efetivo entre humanos e deixarmos um pouco de lado o contato com as tecnologias e com a fúria insana e avassaladora, ditada pelo poder e pelo dinheiro, consigamos identificar o humano em nós e assim identificaremos também o que nos cerca e o que somos.

A globalização faz com que a fragilidade das fronteiras nacionais sejam afloradas e o que até então era uma sombra, passa a ser o universo pós-moderno, baseado no deslocamento e descentramento, não apenas do homem, mas também do mundo que ele conhece. O que identificamos como crise de identidade é a tomada de consciência deste processo de deslocamento e mesmo de fragmentação do indivíduo moderno. Na seqüência do texto, a globalização será melhor trabalhada.

As novas tecnologias também contribuem para esta crise de identidade, pois cada vez que uma nova tecnologia gera mecanismos que nos fazem “teoricamente” ganhar tempo, acabamos tendo mais um deslocamento na direção de mais uma nova função social, política, cultural ou educacional que iremos incorporar, ou seja, o que supostamente nos faria ganhar tempo acaba nos levando para uma armadilha do tempo, pois o nosso tempo real será mais uma vez fragmentado e, conseqüentemente, a nossa identidade também será fragmentada novamente, posta em mais uma nova máscara social que iremos assumir. E não que as novas tecnologias são um mal, muito pelo contrário, elas são ótimas, o que é mau é o uso que fazemos delas, pois em teoria, elas estão postas para nos auxiliar e nos transformar em seres mais livres, porém, ao invés disto, nos tornamos escravos tecnológicos, incapazes de sobrevivermos sem nos cercarmos das tecnologias existentes, ou seja, a nossa identidade tecnológica se sobrepõem à nossa identidade humana. Elas ainda são um dos principais mecanismos da Globalização atualmente, pois é com base em tanta tecnologia, por exemplo, que as grandes empresas conseguem trabalhar com o processo de “Just-in-time”.

A Globalização faz com que a fragilidade das fronteiras nacionais sejam afloradas e o que até então era uma sombra, passa a ser o universo pós-moderno, baseado no deslocamento e descentramento, não apenas do homem, mas também do mundo que ele conhece. O que identificamos como crise de identidade é a tomada de consciência deste processo de deslocamento e mesmo de fragmentação do indivíduo moderno. Na seqüência do texto, a globalização será melhor trabalhada.

Com a finalidade de um melhor entendimento e de um desenvolvimento mais prático do trabalho, os temas aqui abordados serão estudados separadamente em suas especificidades.

2.1. As culturas nacionais

Quando paramos para pensar acerca de nossa nacionalidade, temos a impressão de que ela está estampada em nossa face, marcada em nosso sangue, como se fizesse parte do nosso gene humano, porém, por mais que muitas vezes sintamos isto como uma verdade, na realidade, esta é só uma impressão, porque a nossa nacionalidade não é algo genético. A idéia de nação não representa apenas uma entidade política, ela extrapola, pois produz sentidos, ela atua como um sistema de representação cultural, logo é uma comunidade simbólica.

O termo cultura nacional é um dos dispositivos empregados na modernidade e podemos entender tal termo como sendo um discurso, uma narração, um mito, que serve como um tipo de construtor das identidades nacionais. Neste tipo de discurso, a questão das origens, da etnia, da continuidade e da intemporalidade são enfatizadas e há a invenção de toda uma tradição acerca dos costumes de um povo, podendo, desta forma, ser criado um passado histórico mais adequado e então temos o que pode ser chamado de “mito fundacional”, que nada mais é do que uma estória que serve para localizar a origem de um povo, de uma nação e de suas características enquanto caráter nacional dentro de um passado tão distante, que acaba por se perder no tempo. Segundo Stuart Hall a questão temporal acerca do “mito fundacional”, também é um tempo mítico e não um tempo real.

No mundo moderno, as culturas nacionais em que nascemos se constituem em uma das principais fontes de identidade cultural. Ao nos definirmos, algumas vezes dizemos que somos ingleses ou galeses ou indianos ou jamaicanos. Obviamente, ao fazer isso estamos falando de forma metafórica. Essas identidades não estão literalmente impressas em nossos genes. Entretanto, nós efetivamente pensamos nelas como se fossem parte de nossa natureza essencial. (HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.)

Quando pensamos na prática o que significa a palavra nação, acabamos por descobrir que chamar um povo de nação é tentar unificar tudo que há neste povo, inclusive os conflitos e com a supressão das diferenças de classe, étnicas e de gênero.

2.2. A globalização

A globalização é um dos mecanismos do neoliberalismo econômico e, portanto, é colocada como um sustentáculo econômico do Capitalismo na pós-modernidade e obviamente, não há como haver uma nova formulação da ordem mundial, sem que haja uma nova formulação econômica, entretanto, quando pensamos nos movimentos econômicos que

precederam grandes rupturas e nas inovações no seio da sociedade, veremos que todas elas tinham a formulação exata de como o homem daquela época deveria se portar, ou seja, havia uma concepção de identidade cultural sustentadora do novo projeto econômico, coisa que não vemos na pós-modernidade, pois na verdade, hoje, a identidade cultural do homem, nada mais é do que um verdadeiro mosaico e como tudo na pós-modernidade, a nossa identidade cultural é muito de tudo e muito pouco de alguma coisa.

Podemos perceber isto se tirarmos como exemplo os sistemas econômicos do passado e a imagem de homem que era moldada e adequada para tal, por exemplo, no Sistema Feudal tínhamos um sistema de organização econômica, social e política baseado nos vínculos existentes entre os homens, subordinados uns aos outros por uma hierarquia de vínculos de dependência, a identidade cultural desta sociedade era moldada com bases no fato de que a posição do indivíduo seria determinada pelo seu nascimento, havendo uma imobilidade social e uma separação bem determinada das classes, nesta sociedade havia um esquema piramidal dividido em 3 partes, no topo estavam o papa e o clero, no meio o rei e a nobreza e na base o povo (servo); politicamente, o sistema feudal embasava-se nas relações de suserania (suserano - nobre, proprietário que concedia feudos a seus protegidos através da cerimônia de investidura - fornecia proteção militar e prestava assistência judiciária aos seus vassallos; recebia de volta o feudo, caso o vassalo morresse sem deixar herdeiros; proibia casamento entre seus vassallos e pessoas que não lhe fossem fiéis) e vassalagem (vassalo - nobre que recebia feudos do suserano, prometendo-lhe fidelidade - por sua vez deveria prestar serviço militar durante certo tempo, a seu suserano); a medida que o próprio Sistema Feudal foi se modificando e propiciando as bases para o surgimento do Mercantilismo e do futuro Capitalismo, foi concomitante a mudança social do sistema servil, para o trabalhador livre e posterior desenvolvimento da burguesia; da migração dos feudos para as cidades; da transformação de uma economia agrária em uma economia comercial e da evolução cultural trovadoresca para a renascentista.

Nas sociedades modernas, temos uma grande estratificação social, porém em virtude do grande desenvolvimento tecnológico não há mais como demarcar de forma tão precisa onde uma classe começa e onde outra termina. A Globalização apresenta-se como a principal força motriz do deslocamento das identidades nacionais, tendo como conseqüência ou a desintegração das identidades nacionais, ou o reforço destas ou de identidades locais pela resistência, ou a emergência de identidades híbridas.

Colocadas acima do nível da cultura nacional, as identificações “globais” começam a deslocar e, algumas vezes, a apagar, as identidades nacionais. (HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.)

A Globalização acaba gerando a homogeneização cultural, pois todos os fluxos culturais existentes entre as nações, bem como todo o consumismo global criam possibilidades de haverem “identidades partilhadas”, por exemplo, podemos ter consumidores para os mesmos tipos de bens, podemos ter clientes para os mesmo tipos de serviços, podemos ter público para os mesmo tipos de mensagens e imagens, lembrando que pode haver este tipo de conexão entre pessoas que estão bastante distantes umas das outras no espaço e no tempo.

Torna-se impossível para as culturas nacionais manterem a sua integridade e conservar as suas identidades culturais intactas ou impedir que elas se tornem enfraquecidas uma vez que são bombardeadas e expostas diariamente às influências externas.

Quanto mais a vida social se torna mediada pelo mercado global de estilos, lugares e imagens, pelas viagens internacionais, pelas imagens da mídia e pelos sistemas de comunicação globalmente interligados, mais as identidades se tornam desvinculada - , desalojadas - de tempos, lugares, histórias e tradições específicas e parecem “flutuar livremente. (HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.)

A globalização acabou por acelerar o processo iniciado com a modernização. Considerando que a modernização criou a noção de uma moeda nacional que desfez todas as diferenças locais dentro de uma fronteira nacional, então, podemos afirmar que a globalização está desfazendo todas as diferenças entre moedas nacionais, como exemplo, podemos citar o tão bem difundido uso do “cartão de crédito”.

E a globalização mostra a sua face mais feroz e, aparentemente, sem volta como se fosse um fenômeno do capital financeiro internacional, porém, ela não é um fenômeno, ela é uma das forças motrizes do capital internacional.

E em tempos de “Just-in-Time”, constatamos que o termo mais usado da globalização se funda nela mesma, pois nada mais “Just-in-Time” do que os seus efeitos sobre as economias nacionais e internacionais, nós presenciamos hoje, mais do que nunca, estes efeitos em tempo real. Embriagados pela idéia de não haver fronteiras e guarnecidos por uma nova ordem estabelecida e fortemente marcada pela diversificação e constantes avanços das novas tecnologias – transportes, telecomunicações, informática, robótica – a globalização proporciona uma agilidade e velocidade nunca antes vista nos negócios envolvendo todo o comércio mundial em sua rede. Amparada pelo macro-capitalismo e pelo neoliberalismo,

vemos a globalização fazendo cada dia mais vítimas, por meio do impedimento da ascensão e pela intensificação da exclusão social, acusada de provocar sucessivas crises político-econômicas, que prejudicam pequenos empreendimentos, colaboradora assídua para a proliferação de uma crescente massa explorada de semi-escravos do capitalismo, por exemplo, a China e antigos países comunistas, incentivadora do crescente abismo existente entre o primeiro e o terceiro mundo, esta é a menina dos olhos, esta é a globalização que veste roupagens de um mundo livre, para esconder a sua real face absolutista e tirânica.

2.3. O neoliberalismo

O neoliberalismo surge como uma resposta à crise do capitalismo decorrente da expansão da intervenção do Estado, caracterizado pelo predomínio dos interesses financeiros, desregulamentação dos mercados, privatizações das empresas estatais e abandono do estado de bem-estar social, ele renega as formas social-democratas que acompanham o estágio intensivo do capitalismo, bem como nega a crise estrutural e histórica deste e, em sua negação, volta-se, portanto, para as próprias origens do capitalismo e por meio de uma repaginação do liberalismo, eis aí a solução e daí o nome adotado de neoliberalismo.

Para entendermos melhor o neoliberalismo e não ficarmos com a impressão de sermos atirados em um poço cheio de novos termos e novas estruturas, temos primeiro que entender o seu real surgimento e desenvolvimento, então, vamos analisar o capitalismo e os mecanismos que tornaram possível o neoliberalismo.

O início da sociedade capitalista gerou-se a partir da dissolução da ordem feudal, com o fortalecimento da burguesia e da economia das cidades, particularmente na Inglaterra e o noroeste europeu desenvolvido, nos demais países europeus a dissolução do feudalismo acabou cedendo lugar ao estado absolutista e ao desenvolvimento cada vez maior da burguesia e seu crescente acúmulo de dinheiro e poder, até o início das revoluções burguesas que serviram como um novo ponto de ruptura nas ordens econômicas e sociais.

Este processo de enfraquecimento e ruptura das relações de trabalho servil, levando ao trabalho assalariado, a modificação do sistema de acúmulo de renda e a expansão da produção de mercadorias, que tornou o desenvolvimento das cidades possível e, conseqüentemente, acabou por quebrar o isolamento dos feudos, acabou levando à formação de um mercado e ao próprio desenvolvimento do Mercantilismo e posterior Capitalismo. Destas relações acaba surgindo o gérmen e força motriz do capitalismo que é a generalização da mercadoria, afinal, tudo pode ser colocado em questão de valores, sempre procurando produzir valores de uso

enquanto valores de troca na forma de mercadorias mediante trabalho assalariado, ou seja, verificamos que o capitalismo é regulado por meio de uma relação dialética com o mercado, que faz uso dos preços para regular a quantidade produzida de uma determinada mercadoria, bem como, utiliza o mesmo subterfúgio para escolher as técnicas de produção empregadas.

A construção da ideologia liberal é pautada pela coerção, pois a sociedade burguesa esconde os mecanismos de dominação sob os ideais do interesse coletivo, da liberdade e da igualdade entre todos os indivíduos que fazem parte da sociedade, induzindo-os ingenuamente a adotarem estes ideais como seus. Em termos políticos a sociedade burguesa é representada pela democracia, se é que em um contexto onde uma classe é a dominante, onde ela dita os ideais de uma sociedade, dita a política, os meios de produção e todo um ritmo social, pode ser chamado de democracia, aliás, se pararmos para analisar bem de perto, a tal democracia parece mais com uma ditadura com roupas mais bonitas.

O que ficou conhecido como Liberalismo era a forma ideológica essencial no primeiro estágio do capitalismo, que foi caracterizado por elevados ritmos de expansão da produção. Com a exaustão do primeiro estágio de desenvolvimento, este deu lugar ao estágio de desenvolvimento intensivo, onde há um processo predominantemente voltado ao progresso técnico. No estágio de desenvolvimento intensivo, o Liberalismo cede lugar para a social-democracia como forma política e ideológica, tendo por base a elevação dos níveis de reprodução da força de trabalho, que acaba sendo necessária tanto para acompanhar os requisitos de qualificação do trabalho, quanto para acompanhar o ritmo da evolução das técnicas de produção, e assim, continuar assegurando um mercado para o escoamento da produção. Neste sentido, o âmbito de intervenção do Estado na organização da produção é ampliado.

O neoliberalismo apresenta o seu fundamento no liberalismo econômico que surgiu no século XVIII, com a revolução industrial na Inglaterra, com base nas novas tecnologias e nas novas formas de produção, este novo direcionamento global determinou novos padrões de vida e de trabalho.

Tomando como certa a concepção de que a economia é um fenômeno natural, somos levados a crer que as leis econômicas devem agir por si mesmas, portanto, sem a intervenção do Estado e é baseada nesta concepção que surge o lema do liberalismo econômico: *Laissez faire, laissez passer*, ou seja, deixe fazer, deixe passar, estimulando o livre capital.

O neoliberalismo surge no mundo moderno como uma doutrina que vai além de projeto governamental, econômico e político, basicamente propõe: a limitação da intervenção do estado na economia, a total liberdade às leis de mercado, a privatização das empresas

estatais, a abertura comercial com redução ou eliminação das taxas alfandegárias sobre as importações, a total liberdade de ação aos capitais internacionais e a eliminação de qualquer proteção ou qualquer tipo de incentivo para às empresas nacionais. Pensava-se que tais medidas serviriam para estimular o crescimento da livre concorrência, desta forma, fazendo aumentar a produtividade e acelerando o crescimento econômico.

Porém, o que vemos atualmente nos revelam algumas novidades acerca do aparente milagre neoliberal, em termos de estrutura social, continuamos mantendo a sociedade burguesa, com suas características básicas, ou seja, trabalho como mercadoria, propriedade privada, controle do excedente econômico, exclusão da maioria, educação fragmentada e direcionada para cada tipo social; em termos estruturais, a estrutura burguesa apresenta-se desgastada e sem alternativa de renovação, ou seja, o capitalismo prova que nunca foi um sistema eficaz e a crise apresentada revela que o próprio capitalismo é o gerador de seus próprios problemas.

E neste ponto, nos vemos em um beco sem saída, onde a Esfinge se apresenta com sua frase emblemática: decifra-me ou devoro-te. A Esfinge atual é a nossa forma pós-moderna de Capitalismo e a própria pós-modernidade em si, pois se para o Capitalismo, o mercado se apresenta como a causa da crise e se a maior parte das soluções encontradas para enfrentar tal crise conta exatamente com a ampliação do mercado, só podemos prever que os problemas serão agravados, bem como se para a pós-modernidade, a solução dos problemas sociais, seja no âmbito pessoal ou coletivo, pode ser dado por uma máquina, isto quer dizer que o humano se esgotou em si e não nos resta mais futuro algum.

Capítulo 2

A ética pós-moderna

Espera do teu filho o mesmo que fizeste a teu pai. (Tales de Mileto)

Duas coisas são infinitas: o universo e a estupidez humana. Mas, no que respeita ao universo, ainda não adquiri a certeza absoluta. (Albert Einstein)

Quando pensamos em sociedades e observamos a sua sistemática, talvez uma das primeiras coisas nitidamente perceptíveis aos nossos olhos sejam os códigos que mantêm tal sociedade como sendo algo coeso, ou seja, os códigos de conduta, de moral, dos costumes, de cultura e de tradição da sociedade em foco. Refletir acerca disto nos remete ao conceito de ética existente no seio de cada sociedade, afinal, o conjunto de todos os códigos de conduta, de moral, dos costumes, da cultura, da tradição é nada mais do que a ética deste povo e enquanto indivíduo pertencente a uma nação, esta ética nacional nos é ensinada e transmitida de geração para geração.

Ao analisar a origem do termo ética, constatamos que esta palavra deriva do grego *ethos* que significa caráter, modo de ser, portanto, a ética é um conjunto de valores morais que são construídos historicamente e socialmente dentro das sociedades, visando direcionar a conduta humana dos que nela vivem. A noção de ética faz com que os espaços pessoais de cada indivíduo sejam preservados, desta forma, contribuindo para o equilíbrio geral, zelando para que ninguém seja prejudicado e preservando as relações humanas sociais. Não devemos, porém, confundir ética com lei, pois a primeira está relacionada com o sentimento de justiça social e a segunda foi criada para que a justiça seja mantida, segundo o entendimento do que seja justiça para uma determinada sociedade onde tal lei é empregada.

No tocante à questão da justiça, ela está relacionada diretamente com a questão da violência e dos mecanismos elaborados por uma sociedade para tentar evitá-la, ou pelo menos controlá-la de alguma forma. Devemos também lembrar que a noção de violência pode variar de sociedade para sociedade, por exemplo, mas culturas muçulmanas, as mulheres devem preservar o seu corpo pelo uso da Burca e a justificativa para o seu uso deve-se ao fato de muitos muçulmanos acreditarem que o seu livro sagrado, o Alcorão, bem como, outras fontes

de estudos, como Hadith e Sunnah, exigem que homens e mulheres se apresentem de forma ponderada em público. Já para as culturas ocidentais, o uso da Burca é considerado uma agressão contra a mulher, tanto é assim que o seu uso foi proibido na França, em 13 de julho de 2010, pela Lei nº 524. E neste ponto entramos em uma questão muito delicada, afinal, se a ética é baseada em códigos de conduta e uma coisa pode ser certa para um e errada para outro, quem está certo? Podemos dizer que ambos, nos dois casos as tomadas de ações estão pautadas nos códigos aceitos por aquela sociedade específica.

Quando acompanhamos a história das idéias éticas, desde a Antiguidade clássica (greco-romana) até nossos dias, podemos perceber que, em seu centro, encontra-se o problema da violência e dos meios para evitá-la, diminuí-la, controlá-la. Diferentes formações sociais e culturais instituíram conjuntos de valores éticos como padrões de conduta, de relações intersubjetivas e interpessoais, de comportamentos sociais que pudessem garantir a integridade física e psíquica de seus membros e a conservação do grupo social. Evidentemente, as várias culturas e sociedades não definiram e nem definem a violência da mesma maneira, mas, ao contrário, dão-lhe conteúdos diferentes, segundo os tempos e os lugares. No entanto, malgrado as diferenças, certos aspectos da violência são percebidos da mesma maneira, nas várias culturas e sociedades, formando o fundo comum contra o qual os valores éticos são erguidos. (CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2000)

Ao consultarmos o Dicionário Aurélio Buarque de Holanda, por exemplo, temos que ética é: “1 – o estudo dos juízos de apreciação referentes à conduta humana, do ponto de vista do bem e do mal”; “2 – conjunto de normas e princípios que norteiam a boa conduta do ser humano”. Portanto, podemos então dizer que há dois tipos de ética: a ética coletiva e a ética pessoal, a primeira nos é transmitida por nossos pais, pela escola, pelos ambientes de convívio, enfim, é a ética passada pelo conjunto de instituições existentes na sociedade em que vivemos, a fim de que façamos juízo do que é certo e do que é errado, moldando o nosso caráter, este tipo de ética apresenta-se, aparentemente, mais abrangente e centrada; a segunda, seria o nosso entendimento do que vem a ser o bem e o mal segundo as nossas experiências, este tipo já é, aparentemente, mais específico e displicente, pois depende de todo o conjunto de situações que compõem a nossa vida e de como estas experiências nos moldaram naquilo que nos tornamos, este tipo de ética depende do ponto de vista pessoal de cada um.

E já que a ética é norteada por princípios, na maioria das vezes, morais, torna-se necessário definir o que vem a ser moral. Consultando novamente o Dicionário Aurélio Buarque de Holanda, por exemplo, temos que moral é: “1 – conjunto de regras de conduta consideradas como válidas, quer de modo absoluto para qualquer tempo ou lugar, quer para grupo ou pessoa determinada; 2 – conclusão moral que se tira de um fato, de uma história, de uma obra, etc. Logo, a moral diz respeito aos nossos valores, decisões, sentimentos, intenções

e julgamentos em relação ao bem e ao mal, ao que é aceito como certo ou errado, portanto, ela está diretamente ligada às relações que mantemos com outros indivíduos, logo, as nossas ações, julgamentos e sentimentos em relação ao que ocorre ao nosso redor exprimem o nosso senso moral. Já o que diz respeito às dúvidas quanto a tomar ou não uma determinada decisão, apresentam mais do que o simples senso moral, pois as nossas dúvidas colocam à prova aquilo que podemos chamar de nossa consciência moral, pois esta exige que tomemos partido acerca de algo, que decidamos o que fazer e, que além de tudo, justifiquemos a nossa tomada de decisão para nós mesmos e para os demais, apresentando as razões que nos levaram a tomar tal atitude, bem como, nos cobra a responsabilidade pela nossa escolha, fazendo com que assumamos todas as conseqüências decorrentes delas.

Nossas dúvidas quanto à decisão a tomar não manifestam apenas nosso senso moral, mas também põem à prova nossa **consciência moral**, pois exigem que decidamos o que fazer, que justifiquemos para nós mesmos e para os outros as razões de nossas decisões e que assumamos todas as conseqüências delas, porque somos responsáveis por nossas opções. Todos os exemplos mencionados indicam que o senso moral e a consciência moral referem-se a valores (justiça, honradez, espírito de sacrifício, integridade, generosidade), a sentimentos provocados pelos valores (admiração, vergonha, culpa, remorso, contentamento, cólera, amor, dúvida, medo) e a decisões que conduzem a ações com conseqüências para nós e para os outros. Embora os conteúdos dos valores variem, podemos notar que estão referidos a um valor mais profundo, mesmo que apenas subentendido: o bom ou o bem. Os sentimentos e as ações, nascidos de uma opção entre o bom e o mau ou entre o bem e o mal, também estão referidos a algo mais profundo e subentendido: nosso desejo de afastar a dor e o sofrimento e de alcançar a felicidade, seja por ficarmos contentes conosco mesmos, seja por recebermos a aprovação dos outros. O senso e a consciência moral dizem respeito a valores, sentimentos, intenções, decisões e ações referidos ao bem e ao mal e ao desejo de felicidade. Dizem respeito às relações que mantemos com os outros e, portanto, nascem e existem como parte de nossa vida intersubjetiva. (CHAUI, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2000)

Do ponto de vista filosófico, a ética estuda os valores e princípios morais de uma sociedade e de seus grupos, sendo assim, podemos dizer que cada sociedade e cada grupo possuem seus próprios códigos de ética, por exemplo, as touradas são comuns na Espanha e fazem parte da cultura do povo, portanto, elas são consideradas éticas para aquele povo. Na China comer carne de cachorro é um hábito quase tão velho quanto a própria cultura chinesa e isto é considerado normal para eles, pois é algo cultural considerado ético em seu país. Aqui no Brasil, em muitos lugares existe a farra do boi, no entanto todos ficam em choque ao imaginar alguém comendo carne de cachorro, só que se formos pensar de forma coerente, tanto o boi quanto o cachorro são animais, com a diferença de que um foi adotado culturalmente pela maioria das sociedades como sendo um animal doméstico e o outro não, mas se ambos são animais, por que um pode ser comida, mutilado, agredido e violentado de forma irracional e o outro não? Ou seja, matar um boi é ético e matar um cão não? Será que

esta distorção quanto ao que é certo ou errado acerca da morte de um animal, não mostra a falha de caráter existente na alma humana?

Ainda nos referindo à questão da ética específica aos grupos que fazem parte de um determinado segmento ou a relacionada com locais específicos, podemos ainda identificar, por exemplo, a ética educacional, a ética financeira, a ética trabalhista, a ética empresarial, a ética esportiva, a ética jornalística, a ética médica, a ética editorial, a ética política, ops, esta ninguém nunca viu, mas tem gente que diz que existe, podemos ver que além da ética social coletiva a qual somos imergidos e da ética pessoal enquanto indivíduos, ainda seguimos a ética dos grupos aos quais pertencemos. Antiético é o nome dado para a pessoa que não segue a ética da sociedade em que vive.

E a questão ética na pós-modernidade? Quando pensamos em pós-modernidade, a primeira coisa que nos vem a cabeça é a mais completa e pura liberdade, sem culpas, sem remorsos, uma liberdade a qual o mundo pós-modernista deu asas, deixando-a livre de todos os medos, todas as repressões e punições, porém, todo este *laissez faire*, entra em choque com o mundo real, gerando uma crise direta com tudo o que tenta tolher o vôo desenfreado da liberdade.

Retomando o nosso passado histórico, podemos verificar que os nossos desejos e vontades, habitualmente, sempre foram tolhidos ora pelas convenções sociais, ora pelos compromissos assumidos, isto quando não é algo ainda mais taxativo ou que nos proíbe os impulsos e cerceia todos os atos, algo considerado maior e de valor incontestável como a ética, a moral, a idoneidade, a honestidade, a religião, a lealdade, a amizade, a família, e frente a tantos carrascos não havia como o homem se libertar das correntes que o prendiam.

Muitas das nossas aflições e inquietações são o reflexo de nosso passado histórico, pois, de certa forma, sempre fomos tolhidos enquanto indivíduos, impulsionados pelos nossos medos e nossas angústias, atormentados pelas séries de obrigações e compromissos, moldados segundo todos os costumes incontestáveis das sociedades, para então sermos lançados no limbo pós-modernista aos gritos de “Deus está morto”, sendo deslocados para mais completa e desconcertante realidade, partindo de um ponto cheio de referenciais e chegando a outro onde o referencial é não ter referencial nenhum. Assim está refletida a figura do homem pós-modernista, muito parecido com um quadro de Picasso, onde as peças parecem recortadas e fora do encaixe, tão desconexas e tão fortes em sentidos, porém sem as cores e a perspicácia do mestre que criou **Guernica**.

Temos hoje a ética do incompreensível, onde liberdade virou sinônimo de libertinagem, sem nunca ter sido. Temos a queda dos valores e símbolos de sustentabilidade

das sociedades, a pós-modernidade não matou apenas Deus, matou também a religiosidade, a moral, a honra, a amizade, o companheirismo, a confiança, o amor, a fidelidade, a dignidade, o respeito, a credibilidade, tudo o que sempre serviu de norte parece ter sido lançado ao chão. Temos então a germinação de uma sociedade criada à sombra dos excessos, buscando sempre a fluidez e o efêmero, onde tudo acaba se transformando em um simples objeto de consumo, a reflexão deixa de ser acerca do que é certo ou errado, para dar lugar ao que é conveniente ou inconveniente, vemos uma sociedade hedonista e hipernarcisista onde os princípios morais tomam por base apenas a busca do prazer e a concretização dos desejos individuais, em nossa ânsia de buscar algo que nos satisfaça, estamos sendo lançados ao vazio absoluto da incerteza.

Segundo Weber, seus contemporâneos não passam de "especialistas sem espírito, sensualistas sem coração; e essa nulidade caiu na armadilha de julgar que atingiu um nível de desenvolvimento jamais sonhado antes pela espécie humana". Portanto, não só a sociedade moderna é um cárcere, como as pessoas que aí vivem foram moldadas por suas barras; somos seres sem espírito, sem coração, sem identidade sexual ou pessoal - quase podíamos dizer: sem ser. Aqui, como nas formas futuristas e tecnopastorais do modernismo, o homem moderno como sujeito - como um ser vivente capaz de resposta, julgamento e ação sobre o inundo - desapareceu. Ironicamente, os críticos do "cárcere de ferro", no século XX, adotam a perspectiva do carcereiro: como os confinados são desprovidos do sentimento interior de liberdade e dignidade, o cárcere não é urna prisão, apenas fornece a uma raça de inúteis o vazio que eles imploram e de que necessitam. (BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987)

Apresentamos, de uma forma desnudada, as inversões de valores e o certo agora é fazer o errado, o "caxias" nunca antes foi tão perseguido, o certo tem que lançar a sua voz às escondidas, ele é aquele que se esconde para ninguém saber que existe, pois corre o risco de não ser mais aceito em nossa sociedade.

Prova disto é a própria profissão do professor e a inversão de valor que ela sofreu, pois em teoria, o profissional designado para educar uma nação deveria ser super valorizado, afinal, é ele que está transmitindo valores e conhecimentos, está direcionando os indivíduos para serem reflexivos e criativos, porém o que vemos é a desvalorização do professor, a começar pelo aligeiramento de sua formação, pelos seus salários mal pagos, pelo posicionamento da sociedade em se colocar à parte da escola, e paralelamente, temos que, a não muitos anos atrás, se alguém falasse que tirar a roupa para a Playboy ou ser jogador de futebol seria considerado algo de maior prestígio do que ser professor, todos fariam que a pessoa estava louca, porém, temos os dias de hoje para provar que a loucura tomou conta de tudo e, ao mesmo tempo que, o pobre professor é uma das classes mais agredidas e desvalorizadas, vemos expostas na mídia pessoas que obtêm status de semi-deuses sem que tenham direito a tal mérito, afinal, tirar a roupa ou jogar futebol, independentemente do valor

que isto agregue à sociedade, não deveria fazer com que as pessoas virassem objeto de louvação.

Podemos então nos perguntar o que se tornou a ética pós-moderna, e ao fazer tal questionamento ouviremos os urros do agora, na busca desenfreada de criar um novo mundo, onde não haja referências, restrições, religiões, tradições, o homem pós-moderno acabou trocando a sua história e o seu contemplar do futuro apenas pelo seu momento presente, o imediatismo passou a vigorar como um objetivo máximo da sociedade, a desenfreada ânsia de subjetivismo levou à destruição do objetivismo, criando uma nova ordem moral, baseada no hedonismo e deturpada por natureza, seguindo cegamente o mantra do agora, propiciando a formação de uma resistência contra todo esforço de impor limites à liberdade e à realização pessoal do indivíduo. Esta nova ordem moral está no cerne da sociedade pós-moderna.

Os únicos valores que parecem ainda sustentar o pós-modernismo, são os referentes às questões políticas, econômicas e trabalhistas, afinal, se o homem pós-moderno só pensa no agora e no saciar incessante de todas as suas vontades, obviamente, as relações políticas, econômicas e trabalhistas têm que se manter fortes, para abastecer o mercado altamente consumidor de nossas sociedades.

Nitidamente, identificamos uma crise de identidade e uma crise de autoridade no seio desta ética pós-modernista e tal crise está diretamente envolvida com o conceito do que são as instituições mantenedoras de nossa sociedade, ou seja, família, estado, igreja e escola, afinal, mesmo na desordem, há uma ordem e, talvez, esta seja a crise mais severa, pois lutou-se tanto para não ter ordem alguma e a própria desordem tem uma ordem.

Segundo Gilles Lipovetsky, filósofo francês, o pós-modernismo não propõe um caos moral, ele apenas redireciona as preocupações éticas mediante uma promessa fraca, efêmera e indolor, dotadas com valores que em nenhum momento interferem na liberdade pessoal do indivíduo. Essa mistura de dever e de negação frente ao dever existente dentro da ética pós-modernista torna-se imprescindível porque o individualismo absoluto acabaria destruindo as condições necessárias para facilitar a busca e obtenção de prazer e realização individual.

Temos, portanto, estipulada uma contrariedade aos limites da liberdade ao invés de valores, vemos hoje um esforço em proibir tudo o que possa restringir os direitos individuais. Porém, uma máxima do pensamento humano é “não faça ao próximo aquilo que não deseja para você mesmo”, então como encontrar o limite entre o meu individualismo e tudo o que eu desejo e o individualismo do próximo, uma vez que eu entendo que o meu individualismo não deve ser invadido?

E é aí que está exposta a grande chaga pós-modernista, pois o que é válido em nossa sociedade é a aparência, ou seja, perdemos o respeito e a compreensão do que é o bem e o mal, pois o embate entre o certo e o errado mostra as nossas falhas enquanto indivíduos e se vivemos em uma sociedade que busca a realização de todas as nossas vontades e desejos, não queremos ser mostrados como um homem falho, mesquinho, cheio de paranóias e dependente de um consumismo que não é real e que não produz nada além da insanidade de comprar, consumir, usar, desperdiçar e seguir adiante no enraizamento deste círculo vicioso.

Temos posta uma sociedade marcada por uma ética baseada não em ideologias, mas em aquisições financeiras, que cultua a riqueza como premissa para a felicidade, que julga como verdade tudo o que é posto na tela de um microcomputador, que coloca o culto à imagem à frente do culto ao pensamento, que transforma as relações pessoais em algo ultra impessoal, fraco e distante, em comunicação sem compromisso, feita à distância e viabilizado pela tecnologia, fazendo com que o ser humano perca a única coisa que faz com que ele permaneça humano que é o contato com outros seres humanos, pois se uma coisa é certa, é que só aprendemos com o acerto e o erro, mas como queremos aprender, se ao primeiro desacordo ou contrariedade, desligamos a conexão e nos mantemos no nosso pequeníssimo mundinho de faz de conta, afinal, hoje as pessoas só sabem falar de si mesmas, elas perderam a capacidade de ouvir os outros ou de perceberem o que se passa ao seu lado.

A alienação tomou conta de tudo o que se mova sob a pretensão de ser um ser pensante e parece que já foi instaurada a Ditadura Pós-modernista, pois tudo o que chama a atenção para as atrocidades e insanidades que ocorrem hoje é taxado de preconceito, por exemplo, vivemos em um Brasil nitidamente mestiço e foi instituída em universidades públicas a vaga para afro-descendentes, porém olhando para os lados, constatamos que não há mais uma pessoa que não seja mestiça de alguma forma, logo, somos todos praticamente descendentes de africanos no Brasil, agora me digam, não é mais preconceito discriminar uma raça inteira junto a um sistema de ensino, não seria mais justo nivelar o ensino e cobrar educação de qualidade para todos, independentemente de sua cor, credo ou status social?

A cultura da independência, do divertimento e da liberdade de expressão surge como sendo algo sagrado e temos a valorização do que parece ser o real, acima dos conceitos do que vem a ser o bem e o mal, o certo e o errado.

A ética pós-modernista gerou uma moralidade cínica, pois temos posto um individualismo sem regras, nos mostrando diariamente a sua face mais cruel, estampada na mais completa crise familiar, na descrença da instituição familiar, na deturpação do que significa família, na formação de famílias sem pais, no endividamento familiar decorrente da

satisfação pessoal do indivíduo que não consegue se ver como parte de um grupo, no analfabetismo funcional, no número absurdo de pessoas marginalizadas pelos mais diversos motivos, no desamparo a parcelas da sociedade, na estereotipação e discriminação dos indivíduos, no crescimento galopante do uso de drogas, na violência urbana que invade tudo, na falta de respeito pelos mais velhos, na delinqüência juvenil, na exploração do trabalho, na exploração sexual, na corrupção política e econômica, no apego incondicional e sem escrúpulo ao poder, na queda absoluta do homem enquanto imagem e semelhança de Deus.

Paralelamente a nova ordem apresentada, vemos estampada a mais completa hipocrisia com um tom nitidamente dissimulado e enrustido sob um ar de über-moralidade, sempre disposta a denunciar toda contrariedade feita contra a liberdade humana e aos direitos da autonomia individual, como se ela prestasse um grande serviço à liberdade humana. Tal moralidade mostra-se muito preocupada com o ser humano, porém apenas aparentemente, uma vez que só trata de paliativos e não das questões que realmente geram o problema social a ser tratado, demonstra preocupação com as questões éticas relacionadas aos direitos humanos, cria instituições destinadas à proteção de animais, defende a ecologia como uma causa imprescindível e de real importância e fala da necessidade de se preservar os ecossistemas, lançam campanhas de auxílio contra a fome, contra o frio, contra a miséria, criam campanhas altamente superficiais contra o aborto, o trabalho infantil, a exploração sexual de menores, o trabalho escravo, o uso de drogas, a prevenção de doenças sexuais, a pornografia, a pirataria, a corrupção e a discriminação, fala da preocupação do assédio sexual nas mais diversas esferas, demonstra muito pesar pelos erros ocorridos no passado e todas estas supostas tomadas de ação servem para garantir a falsa idéia de trabalho cumprido, pois a imagem que fica é a de que todos foram avisados de que determinada coisa não deveria ser feita.

E a euforia em se manter isento de culpa aparece estampada nos mais variados tipos de movimentos de ajuda aos desabrigados, socorro aos refugiados, assistência aos pobres, mutirões de ajuda ao cidadão e prestação de serviços de saúde, auxílio jurídico, campanhas de doação de sangue, de doação de agasalhos, de doação de comida, doação de livros, etc, tudo para preservar a imagem de que somos humanos, contudo, não podemos dizer que não há mais pessoas que façam as coisas e que trabalhem realmente visando o bem maior, sim, elas ainda existem, mas, já que a pós-modernidade prega o culto à imagem, a imagem que fica é que fazemos donativos e participamos de campanhas apenas para obter a imagem de que somos bonzinhos aos olhos da sociedade, mesmo que esta bondade seja quase uma desumanização do humano em nós, frente a superficialidade de bondade apresentada e,

lógico, para que ninguém possa nos cobrar algo depois. Porém, não devemos pautar as nossas ações na realidade do possível e sim na superação do possível, afinal, mostrar apenas a imagem de um indivíduo ético, por mais que possa agradar aos demais e manter a nossa consciência livre de pesares, a imagem é apenas uma representação de uma ação e não a ação consciente em si.

A pós-modernidade apresenta uma moralidade hedonista cheia de contrariedades em si, temos de um lado indicações positivas, incitando o indivíduo a ter uma vida ativa, praticar esportes, comer de modo saudável, manter sua aparência, combater as rugas, apresentar-se sempre com distinção, valorizar o lado espiritual, desenvolver atividades de lazer, ser bem-sucedido, zelar pela educação, controlar o comportamento violento, e do outro lado, o desregramento moral e cívico, na busca incessante da promoção do prazer e da vida fácil, a exoneração completa das responsabilidades, a exaltação do consumismo, a falsa idéia de beleza e saúde às custas de cirurgias plásticas, a preocupação exagerada com a imagem, a anorexia como imagem de cultuação da beleza, a valorização do corporal em absoluto detrimento do espiritual, logicamente, com tantas contrariedades povoando as nossas mentes e almas, o homem pós-moderno desenvolveu doenças relacionadas com o casulo, aparentemente perfeito, em que ele se colocou e junto a sua alma atormentada, enjaulada na compressão pós-modernista do tempo, o indivíduo descobriu os seus amigos inseparáveis: a depressão, a solidão, o medo, a síndrome, o vazio, a estafa, o stress, a culpa, a corrupção, a desesperança, a violência, a apatia, a conformidade, o cinismo, em sua redoma repleta de vácuo, o homem descobriu que se Deus está morto, ele está morto porque a alma do homem também está.

Capítulo 3

Retrospectiva histórica da Educação no Brasil

Nos indivíduos, a loucura é algo raro - mas nos grupos, nos partidos, nos povos, nas épocas, é regra. (NIETZSCHE, Friedrich. **Para Além do Bem e do Mal - prelúdio a uma filosofia do futuro**. 2ª ed. São Paulo: Martin Claret, 2003.)

Não há como realizar um trabalho acerca do papel do professor sem que falemos da educação no Brasil e não há como falar da educação no Brasil sem que façamos uma retomada histórica de nossa formação enquanto nação e uma retomada dos passos que a educação foi trilhando até os dias de hoje, pois todos os sistemas educacionais adotados em solo brasileiro foram decisivos, não apenas para determinar o tipo de educação que seria desenvolvida, mas também como ela seria empregada como um instrumento doutrinador para a formação do pensamento nacional, bem como ela seria manipulada para ser a castradora do livre pensar e do desenvolver.

Logicamente, não podemos ser tão ingênuos a ponto de pensar que a educação age por si só e que possui a sua finalidade nela mesma, se vivêssemos em um mundo ideal, quem sabe a educação poderia cuidar apenas de assuntos educacionais, porém vivemos em um mundo cheio de distorções, dominado pela política e suas vontades.

No mundo pós-moderno, mais do que nunca, a educação é uma arma para doutrinação, dominação e manipulação de massa, por exemplo, para comportar as necessidades do mercado e do mundo capitalista, cada vez mais são lançados cursos de curta duração. Tais cursos são vendidos com base na falsa mensagem de que eles fazem com que o indivíduo ganhe tempo, porém nada é comentado sobre a perda de profundidade dos conteúdos ou da real contemplação ao mercado que precisa de profissionais preparados para profissões mal remuneradas e sem perspectiva de crescimento, ou seja, doutrinados pela máxima de que “tempo é dinheiro”, dominados e manipulados pelas artimanhas do capitalismo, muitos acabam comprando a idéia de que tais cursos são realmente a solução de um problema e não a causa de produção de tantos outros, como a má qualificação profissional, a falta de oportunidade de crescimento e o puro comprometimento mercadológico em detrimento do educacional.

Nas mãos da política, o pensamento mercadológico voltado para a educação cria as supostas metas educacionais, que mais parecem com os programas de gerenciamento empresarial, agem de forma doutrinante e contribuem para o avanço excludente do espírito crítico e do livre pensar. Como homens pós-modernos, costumamos nos vangloriar de possuir uma livre expressão do nosso pensamento e crítica, de ter o conhecimento aos nossos pés e, ingenuamente, nos esquecemos que o livre pensar e o espírito crítico é algo apenas lapidado no curso de nossas vidas com base em nossas experiências e direcionado por nossas famílias e pela escola, bem como, nos esquecemos que muito do conhecimento que nos é transmitido chega até nós pela escola, portanto, o homem pós-moderno precisa de muita determinação e garra para se ver livre das correntes que a política lança como metas educacionais, muita obstinação para buscar o conhecimento por si mesmo e ultrapassar as barreiras do mesmismo e aceitação compulsória de um conhecimento limitado e pautado para nos manter na rele superfície do saber.

Como a educação é a base fundamental de qualquer sociedade, ela acaba por determinar os rumos da mesma e, conseqüentemente, determina como seguirão todos os demais sistemas, ou seja, o político, o econômico, o social e até religioso, ela estrutura o pensamento nacional, desta forma, deixando as suas marcas, não apenas na escola, mas também em toda a sociedade de uma maneira geral.

Assim, quando analisamos a história da educação no Brasil, acabamos nos deparando com o modelo paternalista que nos cerca desde os primórdios de nossa colonização. Dito isto, temos que a educação no Brasil, infelizmente, até os dias atuais, não é encarada de uma forma verdadeiramente séria, pois como paternalistas que somos, ao invés de ensinarmos a pessoa como pensar por si só e desenvolver-se integralmente como um cidadão, preferimos passar a mão na cabeça do pobre coitadinho que deve ser sempre guiado e protegido do mundo cruel que o cerca, sem ao menos refletir acerca do que sucederá com as futuras gerações que não sabem nem o que é um livro, o que dirá consultar algum assunto em um, prova disto é a aprovação compulsória que ocorre em muitas escolas em nosso país nos ensinos fundamental e médio, onde a unidade escolar recebe pouca verba, não apresenta condições de ambiente físico adequado, sofre com falta de professores, acolhe alunos de comunidades carentes e famílias desestruturadas, além dos problemas agregados à nossa sociedade pós-moderna como a violência, uso de drogas e gravidez na adolescência. Tais escolas são colocadas na situação de prover uma educação adequada, contornar os problemas de falta de verbas e suprimentos, suprir a falta de professores da melhor forma possível, minimizar as diferenças sociais e entender a sociedade a qual está inserida para tentar solucionar os problemas de violência,

drogas e gravidez, porém, como fazer isto sem que a escola e a sociedade sofram, visto que as condições apresentadas são extremamente precárias e os problemas são cumulativos e graves? A solução muitas vezes é aprovar os alunos com base no mínimo possível, o que provoca ainda mais exclusão para aqueles que já se encontram, como Boaventura de Souza Santos diria, “do outro lado da linha”.

A situação crítica de nosso sistema educacional, logicamente, é um reflexo da formação de nosso país, da forma como ele foi colonizado, explorado e moldado, afinal, como podemos comprovar pelos livros de história, os países que foram colonizados com a intenção de ser o lar daqueles que o colonizaram, já logo nos primeiros anos de vida fundavam dois pilares básicos existente em todas as sociedades, que seriam a escola e a igreja. Já no caso do Brasil, como desde sempre fomos considerados um país de exploração por parte de todos que aqui vinham, não houve por parte dos colonizadores a intenção de criar uma escola que servisse para educar um futuro cidadão. Desde a fase colonial, a noção de educação e a escola foram usadas para implantar a mentalidade servil e reforçar os instrumentos de desigualdades importados além mar de nossos colonizadores. Os conteúdos abordados eram inapropriados e serviam apenas como catequizadores e doutrinadores de uma fé cristã e não preparadores de um ser humano que deveria ser desenvolvido plenamente em sua capacidade, prova disto é que as Missões acabavam por transformar os índios em sedentários, o que contribuía para a captura destes pelos colonos, transformando-os em mão-de-obra escrava para a produção agrícola exploratória e o conseqüente envio de bens de consumo para a colônia e para a sua Metrópole.

Quanto à metrópole, esta estava preocupada em reproduzir seu próprio modelo educacional onde quer que fosse colonizado, desta forma, evidenciando não apenas a falta de preocupação com a educação local, mas também a despreocupação com as peculiaridades da colônia, desconsiderando as habilidades dos indígenas, sua cultura e a importância que cada elemento humano constituía na formação do novo território.

Como se já não bastassem todos estes componentes desarmonizadores de um bom desenvolvimento, fosse educacional, fosse humano, fosse enquanto nação, contávamos ainda com a prepotência dos colonizadores em julgar tudo o que lhe fosse estranho como sendo algo não civilizado, logo, também não humano, como por exemplo, taxar os índios como sendo pecadores, pelo simples fato destes não terem conhecimento dos ensinamentos católicos, ou seja, será que o fato deles não serem católicos os tornariam menos humanos? E já que pecado é uma das bases do catolicismo e tendo em vista que os índios nunca foram católicos até aquele momento de submissão, não estaria certo dizer que pecado não existia para eles? Em

minha opinião o pecado não existia para eles, porém, não foi este pensamento que imperou, uma prova disto é que os índios foram submetidos ao ensinamento do idioma do colonizador e convertidos ao catolicismo que era a religião do colonizador, sempre com a bela desculpa de salvar aquelas almas pecadoras e levá-las ao caminho certo. E já vemos aí um sinal inicial do paternalismo existente até hoje, pois os índios eram vistos como crianças ignorantes, e, nesta condição, eles deveriam ser guiados, conduzidos como seres desprovidos de vontades e pensamento, sendo, portanto toda a cultura e costumes indígenas colocados de lado em prol da cultura colonizadora cheia de falsos pudores e severas repressões.

Quando os jesuítas aqui chegaram, em 1549, eles trouxeram toda a sua moral, os costumes e a religiosidade européia, bem como os métodos pedagógicos, evidentemente desenvolvidos com base em objetivos catequéticos, uma vez que o catolicismo estava sofrendo em função da Reforma Protestante e da expansão do luteranismo na Europa. O trabalho desenvolvido pelos jesuítas foi pautado na pregação da fé católica e no trabalho educativo, para tanto, ensinaram os índios a ler e a escrever, pois não seria possível converter os índios à fé católica sem que estes não soubessem ler e escrever. A educação jesuítica, portanto, prestava-se a multiplicação dos católicos.

A política educacional jesuítica baseava-se, simultaneamente, na edificação da escola e da igreja, empregavam métodos diversos como o teatro, a música e a dança, facilitando, desta forma, a compreensão de seus ensinamentos a todos os níveis de idade.

O método pedagógico adotado pelos jesuítas era o chamado *Ratio Studiorum*. Este código de ensino adotado era composto por um conjunto de regras, que iam desde a organização escolar e orientações pedagógicas até o cumprimento rigoroso das regras estipuladas pela doutrina católica. Este método pedagógico de estudo era configurado como tradicional, baseava-se no trinômio estudar, repetir e disputar, para tanto, empregava o uso de exercícios escolares, onde havia, e preleção, lição de cor, composição e desafio. O objetivo central deste tipo de educação era levar à formação de um homem perfeito e bom cristão, o ensino era baseado em um currículo voltado para a educação literária e humanista da elite colonial. No Brasil os colégios jesuíticos ofereciam praticamente com exclusividade a educação secundária.

A educação jesuítica permaneceu como um tipo de mentora da educação no Brasil durante aproximadamente 210 anos, até que foram expulsos de todas as capitâneas pelo Marques de Pombal, que foi primeiro-ministro de Portugal de 1750 até 1777. Os atritos entre o governo Português e os Jesuítas se deu devido às divergências de opinião perante as funções estabelecidas pelas escolas da Companhia de Jesus, pois se os jesuítas serviam aos interesses

da fé, o Marquês de Pombal pretendia organizar uma escola que servisse aos interesses unicamente do Estado. Quando da expulsão os Jesuítas tinham 25 residências, 36 missões e 17 colégios e seminários, além de seminários menores e escolas de primeiras letras instaladas em todas as cidades onde a Companhia de Jesus havia se instalado. Após a expulsão dos jesuítas, a educação brasileira vivenciou a primeira de suas rupturas históricas educacionais, visto que os Jesuítas já haviam implantado e consolidado um modelo educacional.

A disposição ao expulsar os jesuítas possuiu um cunho político e econômico, pois, Pombal tinha a intenção de suprimir o domínio dos religiosos na fronteira brasileira, conforme estipulado no Tratado de Madri, onde estavam situadas as sete missões jesuíticas. Dito isto, temos que o interesse do Estado entrou em conflito com a política protecionista dos jesuítas. O objetivo principal da ação de expulsão era assegurar um crescimento populacional que garantisse o controle do interior, junto às fronteiras, para tanto, a tática empregada foi libertar os índios da tutela religiosa e, assim, favorecer a miscigenação. Para ele, o afastamento dos jesuítas assegurava o futuro da América Portuguesa através do povoamento estratégico destas regiões, pois era mais fácil promover o crescimento populacional em solo brasileiro, do que esperar uma emigração européia.

A expulsão dos jesuítas significou a destruição do único sistema de ensino existente no país. Em 28 de junho de 1759, através do Alvará Régio, o Marquês de Pombal expulsou os jesuítas de Portugal e de suas colônias, suprimindo as escolas e colégios jesuíticos. Pelo mesmo alvará criou as aulas régias ou avulsas de Latim, Grego, Filosofia e Retórica, que substituiriam os extintos colégios jesuítas e criou o cargo do Diretor Geral dos Estudos, responsável por nomear e fiscalizar a ação dos professores.

O modelo jesuítico foi substituído pela introdução de aulas régias e de leigos exercendo o trabalho de professor. Inicialmente houve a implantação das aulas régias de Latim, Grego e Retórica, cada aula régia era autônoma e isolada, com professor único e elas não eram articuladas entre si. Naquela época não havia um preparo para os professores e eles costumavam ser improvisados e muito mal pagos. Para exercer a função de professor, a pessoa ou era nomeada por indicação, ou assumia o cargo sob concordância de bispos, ao se tornar um professor, o mesmo ficaria vitalício em seu cargo e seria dono de suas aulas régias.

Historicamente, tanto a origem, quanto o desenvolvimento da educação pública no Brasil estão ligados diretamente as ações reformistas do Marquês de Pombal durante o seu governo de Portugal e possessões no período colonial. Tais Reformas atingiam os planos econômico, administrativo e educacional, tanto na Metrópole, Portugal, bem como, em suas colônias e, obviamente, tinham a intenção de transformar Portugal em uma metrópole

capitalista, tal qual já o era a Inglaterra, além de adequar suas colônias, às novas necessidades econômicas portuguesas e, com este intuito, reorganizou a exploração das riquezas dentro das mesmas, visando o aumento dos ganhos portugueses. Todas as ações realizadas pelo Marques de Pombal, portanto, tratavam-se de manobras voltadas ao fortalecimento do estado absolutista português.

A política educacional do Marques de Pombal objetivava, acima de tudo, o desenvolvimento e crescimento, de igual para igual, das relações econômicas anglo-portuguesas. E uma vez que, os jesuítas foram expulsos e os seus colégios extintos, o governo teria que suprir esta ausência educacional, tanto portuguesa como colonial.

Como já era de se esperar, obviamente, a reforma pombalina não foi implementada nas colônias no mesmo momento e da mesma forma que na Metrópole. No Brasil, o Estado português levou trinta anos para assumir o controle pedagógico da educação, desde a expulsão dos jesuítas e do desmantelamento de seu aparelho educacional, até a nomeação de um Diretor Geral dos Estudos que, em nome do Rei, deveria nomear professores e fiscalizar a ação dos mesmos na colônia.

Inspirado no iluminismo português, as reformas refletiam os ideais encontrados nas obras de Luís Antonio Verney e de Antonio Nunes Ribeiro Sanchez, que propunham uma educação leiga, voltada ao progresso científico e à difusão do saber. Para tanto, era necessário propagar uma cultura de base, com o ensino da leitura, da escrita e do cálculo, além, logicamente, das obrigações religiosas e civis. A primeira fase da reforma teve início com a reformulação dos Estudos Menores, que correspondiam ao ensino primário e secundário e abrangiam os estudos das primeiras letras e das cadeiras de humanidades. A Metrópole enviou para a colônia Instruções quanto às tarefas de planejar, executar e controlar os professores, o cumprimento de tais instruções ficava a cargo do Diretor de Estudos. A seleção ao cargo de professor que era feita de uma forma arbitrária e operada no interior das congregações religiosas, passou a ser feita por meio de um exame ou concurso, com provas escritas e orais, porém não eram exigidos nenhum tipo de diploma.

Com o fracasso na implantação da primeira fase e visando a manutenção do esquema educacional implantado, foi criado em 1772, o chamado subsídio literário, que nada mais era que um imposto específico, que incidia sobre a carne, o vinho, o vinagre e a aguardente, com o objetivo de financiar as reformas em andamento no campo educacional. Porém, como este imposto não apresentava uma obrigatoriedade de pagamento, visto que não havia uma estrutura adequada de coleta e fiscalização, obviamente, também não havia como realizar a

cobrança devida do mesmo e, em decorrência disto, não havia como efetuar os pagamentos referentes à dita reforma.

No Brasil, o resultado da expulsão dos jesuítas e das mudanças educacionais realizadas por Pombal foi que, no início do século XIX, a educação brasileira estava reduzida a quase nada, havia sumido praticamente. O trabalho jesuítico foi desmantelado, sem que ao menos fosse substituído por algo que pudesse chegar próximo do que havia ou algo que fosse organizado para dar continuidade a um trabalho educacional e tudo perpetuou neste estado até a chegada da família real ao Brasil em 1808, que foi quando a situação começou a ser modificada.

Todo o desmazelo apresentado, apenas revelava que em um país nitidamente agrícola e considerado unicamente uma colônia de exploração, não tinha como possuir, aos olhos de seus colonizadores, o direito a uma educação baseada no conhecimento, aliás, ela era considerada um fator totalmente supérfluo, visto que, para um trabalhador braçal e rural, para um índio cativo ou, futuramente, um escravo, ela não oferecia nenhuma mudança de status e nenhum conhecimento considerado necessário ao desenvolvimento de suas funções. Pior não é constatar este tipo de pensamento retrógrado e desumano instaurado desde a mais tenra idade de nossa nação, o pior mesmo é ver que ainda hoje, em pleno mundo digital, globalizado e supostamente desenvolvido, vemos pessoas que ainda lidam com a questão educacional como se fossem os colonizadores, os donos das capitânicas, os senhores de engenho, a diferença é que hoje o discurso é mascarado e distorcido em um neoliberalismo que se auto-intitula salvador dos tempos modernos, tal qual uma cobra serpenteando a sua presa antes do golpe final, por exemplo, podemos citar a crescente privatização do ensino superior, que em um país onde temos um salário mínimo que serve para afastar o indivíduo da linha de miséria, adotar a medida de privatizar tal ensino significa limitar cada vez mais as condições das camadas mais pobres na aquisição de um diploma universitário.

O século XVIII foi marcado por importantes transformações, desencadeadas pela Revolução Francesa e pela Revolução Industrial iniciada na Inglaterra, tais mudanças no contexto mundial, abriram o caminho para o desenvolvimento e avanço do capitalismo. No início do século XIX, a hegemonia mundial inglesa na área econômica já dominava todos os velhos mercados conhecidos e partia em busca da conquista de novos mercados, o que seria conhecido como o Neocolonialismo. A França, pós Revolução Francesa, sob o comando de Napoleão Bonaparte, buscava a conquista dos demais países europeus, inclusive Portugal. Em 1808, a família real portuguesa transferiu-se para o Brasil, fugindo dos ataques Napoleônicos.

Com a chegada da Família Real em terras brasileiras, inicia-se o Período Joanino e temos uma nova ruptura, não apenas no quadro educacional, mas em todos os seguimentos, inclusive social, cultural e econômico. A presença da corte portuguesa no Brasil, exigia todo um aparato em sua manutenção, proporcionando o desencadeamento de transformações efetivas na vida da colônia, por exemplo, a abertura dos portos brasileiros ao comércio exterior, levando ao fim do monopólio português e ao desenvolvimento de toda uma rede de comércio e serviços no Brasil.

Mesmo não havendo efetivamente um sistema educacional implantado no Brasil, a chegada de Dom João VI, proporcionou a abertura de Academias Militares, das Escolas de Direito e Medicina, da Biblioteca Real, do Jardim Botânico e do Museu Nacional do Rio de Janeiro e, finalmente, houve o surgimento da imprensa em 1808, a Imprensa Régia, com a impressão sendo feita em Londres, do Correio Braziliense, sendo este o primeiro jornal em língua portuguesa a circular no Brasil, seguido pela impressão do primeiro periódico do Brasil, a Gazeta do Rio de Janeiro. Estas mudanças geraram um salto antes inimaginável, visto as nossas condições coloniais, porém, a educação continuou mantendo o seu caráter doutrinário e permanecendo como algo de importância secundária.

A distância da Família Real de Portugal acabou gerando atritos entre a Metrópole e a colônia, tais atritos culminaram com o enfraquecimento econômico e político português, isto, junto com a nova ordem econômica mundial e o descontentamento brasileiro frente as ações lusitanas favoreceu a Independência do Brasil, em 7 de setembro de 1822, que nada mais foi do que uma série de acordos políticos de interesse da classe senhorial brasileira que buscava o seu quinhão junto ao capitalismo. Com o intuito de oferecer uma aparência liberal, a primeira Constituição do Brasil foi outorgada no dia 25 de março de 1824 e empreendeu a divisão de poderes políticos entre Legislativo, Executivo e Judiciário, inspirada na Constituição Francesa também de cunho liberal, nela o artigo 179 dizia: “instrução primária e gratuita para todos os cidadãos”. Em 1826 um Decreto instituiu quatro graus de instrução, sendo eles: Pedagogias (escolas primárias), Liceus, Ginásios e Academias. A Lei Áurea da educação elementar, de 15 de outubro de 1827, foi a que primeiro estabeleceu exames de seleção para mestres e mestras, propõe a criação de pedagogias em todas as cidades e vilas e propunha ainda a abertura de escolas para meninas. Essa lei em seu artigo 7º dispõe que:

Os que pretenderem ser providos nas cadeiras serão examinados publicamente perante os Presidentes em conselho; e estes proverão o que for julgado mais digno e darão parte ao governo para sua legal nomeação.

Em 1834, um Ato Adicional atribuiu às províncias a criação e a manutenção do ensino

primário e secundário, seguindo os padrões europeus. Na segunda metade do século, em 1879, a reforma de Leôncio de Carvalho instituiu a liberdade de ensino, o que possibilitou o surgimento de colégios particulares católicos, protestantes e positivistas.

Mesmo parecendo que durante este período houve uma real mudança nas condições educacionais brasileiras, até a Proclamação da República, em 1889, pouca coisa havia sido feito de concreto pela educação no Brasil. O desenvolvimento da instrução popular esbarrava nas condições reais do nosso país, no suposto discurso ideológico governamental, novamente digo que qualquer semelhança não é mera coincidência, que dizia estar preocupado com a instrução do povo, porém, não providenciava os recursos necessários para criar condições para a existência das escolas e para o trabalho efetivo dos professores.

Durante todo o período imperial, a presença do Estado na educação era algo praticamente imperceptível e deixando ainda mais evidente a contradição existente entre a realidade cotidiana e as leis existentes em nosso país para defender a educação, pois a lei defendia a educação primária para todos, mas o que ocorria na prática acabava provando que isto não era a verdade, afinal, estávamos diante de uma sociedade escravocrata, autoritária e formada para atender a uma minoria encarregada do controle sobre as futuras gerações, ou seja, era óbvio que não haveria como colocar a lei em prática, pois desde que o mundo é mundo, a maior arma criada para dominar e escravizar sociedades é a falta de conhecimento, enquanto educação, pois uma sociedade desprovida de uma educação, fica sujeita somente às tradições e consensos populares adquiridos, que podem até agregar muito valor enquanto cultura local, mas não tornam o indivíduo mais capaz e competitivo dentro da sociedade, por exemplo, no caso de uma pessoa analfabeta, ela pode ser muito inteligente, ser bem articulada, mas a deficiência provocada pela falta de alfabetização faz com que ela fique à margem da sociedade, uma vez que boa parte de nossas produções são escritas. No mesmo caso da pessoa analfabeta, se ela for assinar um contrato, por exemplo, terá que confiar que o que está sendo dito, também está escrito, uma vez que ela não pode conferir por si mesma o documento.

O governo imperial pretendia manter a estrutura de latifúndio escravocrata e preservar os privilégios da elite rural, porém, diante de todas as mudanças provocadas com o crescente desenvolvimento do Capitalismo, as pressões Inglesas em busca de um mundo sem escravidão, com vistas aos futuros consumidores livres, com o surgimento do protecionismo industrial, bem como, todas as mudanças que o Brasil vinha sofrendo com o surgimento da indústria nacional e o desenvolvimento dos meios de transportes, da rede ferroviária e a navegação a vapor, o país se vê forçado a proteger e incentivar as poucas indústrias nacionais

visando a manutenção do mercado interno, para tanto, era necessário o desenvolvimento de uma mão-de-obra especializada e escolarizada, porém a base econômica brasileira ainda era agrária e, portanto, não havia mão-de-obra especializada, conseqüentemente, nosso país não estava atingindo as exigências comerciais do sistema capitalista e, portanto, perdendo espaço dentro dos mercados e se tornando muito pouco competitivo, sem falar em atrasado, comparado a outras nações.

No Oeste Paulista as fazendas de café estavam transpondo os limites rurais para se transformarem em verdadeiras empresas de café, avançando para a mecanização da produção, o que futuramente propiciaria a busca de mão-de-obra especializada e o incentivo para a vinda de estrangeiros ao Brasil. Nas regiões produtoras de açúcar, os velhos engenhos, foram sendo substituídos aos poucos por usinas mais modernas.

A crise do sistema escravista, a lenta substituição do trabalho escravo para o trabalho assalariado, o desenvolvimento constante das grandes cidades e o surgimento nas cidades de inúmeras indústrias, a partir da década de 1870, gerava um grande clima de instabilidade, o que fazia com que os conflitos entre os escravocratas e os republicanos aumentassem cada vez mais.

Mesmo denunciando problemas, tais como a diferença de raças, as desigualdades sociais e econômicas e a manutenção dos privilégios da elite em relação à sociedade, os republicanos não pretendiam alterar a ordem das coisas, mas sim, atrair cada vez mais adeptos às suas idéias para, desta forma, fortalecer a causa republicana, justificando-se desta forma a falta de discussão acerca de assuntos polêmicos, tais como da Abolição da Escravatura.

Portanto, a inadequação do regime imperial frente à nova realidade brasileira e à crise econômica que atingiu o Brasil em 1877, contribuiu para que os ideais republicanos fossem fortalecidos, o que cada vez mais acentuava o antagonismo entre os tradicionais senhores de terra que governavam o país e os representantes dos novos interesses comerciais e políticos.

Em 13 de maio de 1888 foi sancionada a Lei Imperial nº 3.353, mais conhecida como Lei Áurea, ela declarou extinta a escravidão no Brasil e foi assinada pela Princesa Isabel, selando definitivamente o golpe final ao Império Brasileiro. A sociedade brasileira sofria mudanças bruscas, o latifúndio e a sociedade escravista que serviam de justificativa para a presença de um imperador enérgico e autoritário, agora viravam sombra, não havendo mais necessidade de um sistema monárquico. Após a Lei Áurea, o setor cafeeiro, que somava a perda dos escravos e a perda de dinheiro investida neles, rapidamente se uniu aos idealistas do Partido Republicano. Os militares selaram o golpe final ao império em 15 de novembro de 1889, quando o Marechal Deodoro da Fonseca, com o apoio dos republicanos, demitiu o

Conselho de Ministros e seu presidente, proclamando a República no Brasil e instalando um governo provisório. E assim, a República tem início em um golpe militar, reafirmado com a proclamação civil de integrantes do Partido Republicano, na Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro.

Nas questões educacionais, se bem que não apenas em questões educacionais, mas de uma forma geral, desde os primórdios de nosso país, tudo o que é considerado civilizado e digno de respeito, obviamente, é importado, mais uma vez somos embalados pelo sopro europeu no período republicano. Em meados do século XIX, na Europa, do ponto de vista pedagógico temos as formulações de Pestalozzi e Froebel e, na filosofia, de Bacon e Locke.

Logicamente, seguindo a tendência européia, no Brasil, estes autores e as suas novas idéias servem de inspiração para a formulação do método intuitivo, como se ele fosse o instrumento pedagógico capaz de transformar o ensino escolar, até então muito inapropriado e praticamente uma fábula, em algo eficaz, afinal, se levarmos em consideração que os professores incumbidos de trabalhar com tal método foram educados sob a orientação da antiga tradição escolar e, que isto apresenta, conseqüentemente, uma dificuldade à implantação prática do mesmo, pois o professor tem que redimensionar todo o seu esquema de aula e, literalmente, levar o conhecimento aos alunos. A crítica que pode ser feita a este método é quanto à posição passiva que o aluno assume no processo de assimilação dos conhecimentos transmitidos, pois as operações efetivas são executadas somente pelo professor ou por um algum aluno chamado diante da classe. Contudo não devemos entender que o método seja ruim, pelo contrário, pois principalmente nas séries iniciais, ele pode ser muito bem empregado e obter sucesso, pois é baseado no que podemos chamar de “lição das coisas”, sempre acompanhadas de exercícios de linguagem para chegar ao desenvolvimento de idéias claras. O método é caracterizado por oferecer dados sensíveis à observação, partindo do particular até chegar ao geral, do concreto ao racional, chegando por esse caminho aos conceitos abstratos.

Foram desenvolvidos manuais de orientação para o uso dos novos materiais na prática pedagógica, tal qual acontece no Brasil de hoje, estes “novos materiais pedagógicos” foram elaborados partindo do princípio de que o professor tem pleno domínio das práticas destinadas à boa aplicação do método, infelizmente, não é comum encontrar dentro das escolas brasileiras uma situação adequada, visto que muitos professores não possuem o domínio necessário do método a ser aplicado, bem como, muitos métodos não são apresentados adequadamente aos professores.

No período republicano, houve uma série de tentativas de reformas educacionais,

porém, a educação brasileira não sofreu uma evolução que pudesse ser considerada marcante em termos de modelo ou sistema, a única modificação perceptível foi a influência da filosofia positivista, sobretudo na reforma Benjamin Constant, de 08 de novembro de 1890, conforme Decreto nº 981, da 2ª República, expedido pelo Chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, o Generalíssimo Manoel Deodoro da Fonseca. Baseando-se nos ensinamentos de Augusto Comte, Benjamin Constant elaborou uma reforma de ensino positivista, defendendo uma ditadura republicana científicista e voltada para a educação como prática minimizadora das tensões sociais, sendo assim, possuía a intenção de formar alunos para os cursos superiores e substituir a predominância literária pela científica. Tal reforma tinha princípios voltados para a liberdade e o ensino laico, bem como, a gratuidade da escola primária, seguindo, portanto a orientação presente na Constituição Brasileira. Ela foi bastante criticada pelos positivistas, pois mesmo apresentando bases nos ensinamentos de Comte e no pensamento positivista, ela não seguia os seus princípios pedagógicos.

Quando falamos em ensino público no Brasil, acabamos vendo a repetição das mesmas velhas falhas, no passado como agora as peculiaridades de nosso país não são levadas em consideração, não há uma reflexão acerca das suas diferenças regionais, cada vez mais constatamos o catastrófico quadro de evasão escolar, de insuficiência quantitativa e a baixa qualificação dos professores.

A Reforma Caetano de Campos, ocorrida logo no início do período republicano tinha a intenção de formar professores capacitados para o ensino. As contínuas imitações aos sistemas educacionais Europeus e Estado Unidenses evidenciava ainda mais a completa falta de comprometimento e percepção da realidade social no Brasil, prova disto, foram os estudos apresentados por Rui Barbosa, em 1882 e 1883, chamados de “Pareceres”, propunham reformas educacionais pouco ajustadas às realidades regionais encontradas no Brasil, na verdade, apresentavam elementos sociais inspirados na Inglaterra, na Alemanha e nos Estados Unidos.

A cada nova tentativa de reforma implantada, a realidade do país novamente era colocada de lado, cedendo lugar as inovações filosóficas e aos novos sistemas a serem imitados, ou o que ainda parecia pior, eram feitas tentativas de se modificar a realidade apresentada em nosso país, por intermédio das reformas educacionais propostas, logicamente, havia uma grande chance de fracasso, pois se há um problema, temos primeiro que achar o que está provocando tal problema, chegar a raiz da questão e não apresentar o resultado final já pronto, no intuito de moldar o problema a ele.

Em termos legais, durante o período compreendido entre 1889 até 1925 várias

reformas educacionais foram promovidas com o objetivo de melhor estruturar o ensino primário e secundário, porém, quando analisamos a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, datada de 24 de fevereiro de 1891, constatamos que ela instituiu o sistema federativo de governo e consagrou a descentralização do ensino, conforme podemos verificar no Capítulo IV – Das Atribuições do Congresso, artigo 35, segundo o inciso II, a união deveria “animar no País o desenvolvimento das letras, artes e ciências, bem como a imigração, a agricultura, a indústria e comércio, sem privilégios que tolham a ação dos Governos locais”, no inciso III, competia à União “criar instituições de ensino superior e secundário nos Estados” e, segundo o inciso IV, “prover a instrução secundária no Distrito Federal”, ou seja, temos aí posta uma Constituição omissa quanto às suas responsabilidades com o ensino primário, afinal, como criar um ensino superior e secundário nos Estados, se nem era dado conta do ensino primário, assim, fica mais do que claro que para darmos um segundo passo adiante, nós temos primeiramente que ter dado o primeiro passo.

O período que compreendido entre os anos de 1889 até 1930 é conhecido como Primeira República, ou República Velha, abrangendo o período que foi desde a Proclamação da República até a revolução de 1930. A partir de 1894, a mesma Primeira República passa a ser conhecida também pelo nome de República do Café-com-Leite, devido ao domínio político exercido no cenário nacional pelos Estados de São Paulo, representado pelos paulistas produtores de café, e Minas Gerais, representado pelos mineiros pecuaristas, que faziam um revezamento na presidência do país. A República café-com-leite foi nitidamente marcada pelo movimento Coronelista, que determinava o controle político local pelos latifundiários (coronéis) através do uso de violência, fraudes e da compra de votos.

A educação nacional durante a República Café-com-Leite era voltada prioritariamente para a formação dos filhos das elites, mesmo porque a maior parte da população brasileira encontrava-se fora dos bancos das escolas. Baseada na pedagogia tradicional, disseminava uma visão burguesa de mundo, o ensino estava centrado no professor e na transmissão lógica dos conhecimentos por meio de aulas expositivas e do uso de livro didático.

A 1ª Grande Guerra Mundial, ocorrida no período compreendido entre 1914 e 1917, proporcionou ao Brasil um grande processo de crescimento e diversificação industrial, uma vez que, estando a Europa inteira em guerra, não havia como ser produzido o que quer que fosse, em quantidade suficiente para manter o mercado consumidor abastecido, desta forma, forçando o nosso país a substituir suas importações por produtos nacionais. Logicamente, a consequência deste crescimento industrial foi o crescente aumento no número de trabalhadores nas fábricas, dando início a um fluxo cada vez maior de imigração e a um

processo de urbanização.

A década de vinte foi marcada pelas mudanças das características políticas brasileiras e pela organização agrária, tais mudanças trouxeram repercussões na organização educacional, estaríamos prestes a ver o maior blefe de todos os tempos, o paternalismo exacerbado. O Estado, tal qual o “Big Brother” de George Orwell no livro **1984**, passa a ser o tutor do povo brasileiro, porém, o que o povo não nota é o preço desta tutela, que culminará primeiramente em um golpe estadista de Vargas e posteriormente em um Golpe Militar que assolará definitivamente qualquer indício de vida pensante em solo brasileiro.

A Revolução de 30 foi o marco inicial para que o nosso país entrasse no mundo capitalista de produção e da exploração total, passando a exigir uma mão-de-obra qualificada, o capitalismo acaba determinando de vez uma separação social de classes econômicas remanescente até os dias atuais. Nesta época iniciam-se os investimentos na educação profissionalizante, não podemos negar que para um Brasil tão defasado educacionalmente, este era um grande passo, porém o que estava por trás disto era a completa segmentação da sociedade.

A instabilidade política era constante neste período conhecido como Segunda República e a partir do golpe de estado, dado por Getúlio Vargas, fica instaurado o Estado Novo e, juntamente com a nova situação política, foi proclamada uma nova Constituição. A orientação político-educacional neste período, como já foi dito anteriormente, foi voltada nitidamente para os fins capitalistas e há uma grande ênfase no ensino profissional, visto que o capitalismo determinaria tudo e um pouco mais neste mundo em crescimento e, já que era assim, era também necessário um maior contingente de mão-de-obra adequada para as novas atividades abertas pelo mercado.

Mais do que nunca, temos a demarcação exata da separação de classes sociais, já que o trabalho intelectual ficou estabelecido para as classes mais favorecidas e o trabalho manual, com ênfase no ensino profissionalizante, foi destinado às classes menos favorecidas, pois fica claro que somente as classes menos favorecidas enviariam os seus filhos para as escolas profissionalizantes. Eis aí uma situação que nos segue até os dias de hoje, que nos acorrenta à servidão, pois ainda atualmente, é comum vermos as classes desfavorecidas procurarem cursos de formação profissionalizante para a rápida inclusão no mercado de trabalho e, desta forma, o filho poder contribuir para a renda familiar, bem como, também vemos as classes mais favorecidas iniciarem a sua vida profissional tardiamente em virtude dos anos dedicados aos estudos acadêmicos, afinal, os mesmos podem se dar ao luxo de apenas se dedicarem aos estudos, sem terem que se preocupar em ajudar as suas famílias.

Com o fim do Estado Novo, temos uma nova Constituição que determina a obrigatoriedade do cumprimento do ensino primário e a União passa a legislar acerca de diretrizes e bases da educação nacional. A educação que já possuía um cunho político, passa assim a ser determinada pela política, deixando à mercê a sua função pedagógica.

Em 1964, um golpe militar, literalmente, aborta todas as iniciativas de revolucionar a educação brasileira. Todo e qualquer tipo de pensamento que viesse de encontro àquela ideologia militar, era taxado de comunista e subversivo. Temos aí o que poderíamos chamar de “Era das Trevas” no cenário nacional, afinal, pensar e contestar era algo extremamente perigoso, visto que o exercício do pensar levaria provavelmente à contrariedade do regime instaurado. E foi no período mais cruel da ditadura que tivemos instituída a Lei 4.024, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, na intenção de que a educação contribuísse para o aumento da produção brasileira.

Quando pensamos em Ditadura Militar no Brasil é sempre importante lembrar que a implantação da ditadura não se deu unicamente com o apóio militar, antes de tudo a implantação da mesma ocorreu pelo mesmo motivo que move o mundo desde sempre, “o fator econômico”, não é o homem que faz política, e sim a política que dita as regras ao homem e ela é sempre torneada pelo poder do dinheiro e, neste sentido, a ditadura também representava a parcela da burguesia que buscava o alinhamento da economia brasileira ao capital internacional, ou seja, tivemos uma ditadura de cunho civil-militar. Obviamente, que o tal sistema político não seria benéfico para todos, principalmente, porque como em todo acordo deste cunho, apenas uma facção da sociedade seria privilegiada em detrimento de todo o restante. E, neste sentido, a ditadura procurou exterminar de vez com toda e qualquer forma de agitação revolucionária presente em nossa sociedade, tendo sido dado o golpe derradeiro com o AI-5 (Ato Institucional nº 5), de dezembro de 1968.

Com a instauração do AI-5, a resistência à ditadura passou a ser encabeçada pela esquerda armada, com as ações das guerrilhas urbanas e rurais, representadas, por exemplo, pelo MR-8 (Movimento Revolucionário Oito de Outubro), VPR (Vanguarda Popular Revolucionária), ALN (Ação Libertadora Nacional), entre outras, que acabaram adentrando a década de 1970, e com o passar dos anos e o endurecimento da ditadura, foram sendo paulatinamente aniquiladas pelas forças militares.

No campo educacional, as ações e projetos governamentais seguem em direção ao alinhamento, ao capital internacional. Foi também durante o período da ditadura militar que foram assinados os Acordos entre o MEC (Ministério da Educação e Cultura) e a USAID (United States Agency for International Development), sendo que a equipe técnica da USAID

participou diretamente na estruturação e reorganização do sistema educacional brasileiro. Estes acordos abriram precedente para todos os demais acordos e intervenções estrangeiras dentro de nossos sistemas educacionais e, obviamente, o objetivo central nunca foi propriamente oferecer educação digna e formar um cidadão íntegro, o objetivo dos acordos era criar cada vez mais uma massificação da educação, buscando a especialização em uma determinada área, formando assim técnicos qualificados e preparados para trabalhar e produzir os mais diversos produtos para o mercado consumidor, para que estivéssemos preparados para nos tornar o fundo de quintal subdesenvolvido e explorado dos países desenvolvidos, uma vez que muitas empresas multinacionais instalaram-se no Brasil neste período, buscando a maior lucratividade com base em impostos reduzidos e mão-de-obra barata e qualificada, sempre buscando o bem maior do mercado e a preservação do capitalismo sem freios.

A política educacional existente durante os vinte e um longos anos do regime militar abrangeu todos os níveis de ensino, alterando definitivamente a sua fisionomia e provocando mudanças significativas no papel do professor, no status referente a ele e, principalmente, gerou uma mudança nas questões salariais, pois até então o professor era identificado como um profissional liberal acadêmico, que possuía um trabalho diferenciado e ganhava bem em virtude disto, durante a ditadura, tudo isto mudou, pois para atender aos acordos educacionais firmados com os grupos estrangeiros, o governo teve que criar escolas para a grande massa populacional que ficava à margem educacional, ou seja, passamos da qualificação para a quantificação, logicamente, não havia um número suficiente de professores para atender ao grande número de escolas que estavam sendo abertas, e a solução foi criar cursos de formação rápida que preparasse minimamente um profissional para estar dentro da sala de aula, pois é, como podemos verificar a ditadura fez história e ela é repetida até os dias de hoje, provando diariamente que uma das coisas que não têm e nunca teve a menor importância para o governo brasileiro é a bendita e famigerada educação. A dupla, falta de preparo e arrocho salarial, foi o casal feliz que criou o monstro que é alimentado até hoje e que nos parece sem controle em plena era da informatização.

Possuindo as bases firmes na repressão e controle, o Estado Militar editou políticas e práticas educacionais que privilegiavam o tecnicismo, que se vangloriavam da expansão quantitativa da escola pública de 1º e 2º graus sem se incomodar de jogar as futuras gerações no abismo do mais absurdo e completo rebaixamento da qualidade de ensino, zelavam pelo cerceamento e controle das informações e atividades acadêmicas no interior das universidades públicas e privadas, e incentivavam a expansão da iniciativa privada no ensino superior.

A escola passou a ser um instrumento panfletário de propaganda política do Estado Militar, ela foi totalmente instrumentalizada como aparelho ideológico do Estado. E a mesma ditadura que oprimiu, perseguiu, humilhou, prendeu, torturou e matou os que foram contra a bestialização que ela provocou em nosso país, foi a mesma ditadura que criou um sistema educacional que a favorecia, sendo a escola um dos meios mais eficazes de difusão da ideologia que a mantinha.

Amparada e embalada ao som do Milagre Econômico, a ditadura vinculou o sistema educacional ao modelo autoritário de modernização das relações capitalistas de produção, para tanto foram implementadas duas reformas jurídicas no âmbito educacional, sendo elas: a Lei n. 5.540, de 28 de novembro de 1968, que fixou normas de organização e funcionamento do ensino superior e a sua articulação com a escola média; e a Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971, que fixou diretrizes e bases, para o ensino de 1º e 2º graus, reorganizou a estrutura do ensino primário e ginásio, criando o mecanismo que ficou conhecido como ensino de 1º e 2º graus, ou seja, foi feita a junção dos quatro anos do ensino primário com os quatro anos do ginásio, criando-se um ciclo único de oito anos, o chamado 1º grau, que então, passou a ser obrigatório, e ao três anos do antigo ensino colegial, passou a ser chamado de 2º grau.

Tais reformas educacionais serviram para reconfigurar a profissão do professor público de 1º e 2º graus. A Lei n. 5.540, em seu Capítulo I, no artigo 30, estabelecia que:

A formação de professores para o ensino de segundo grau, de disciplinas gerais ou técnicas, bem como o preparo de especialistas destinados ao trabalho de planejamento, supervisão, administração, inspeção e orientação no âmbito de escolas e sistemas escolares, far-se-á em nível superior.

E, a mesma Lei, em seu inciso 1º, fala que a formação dos professores e especialistas previstos neste artigo realizar-se-á, nas universidades mediante a cooperação das unidades responsáveis pelos estudos incluídos nos currículos dos cursos respectivos.

As leis citadas acima ajudam a entender o quadro formado pela combinação entre crescimento quantitativo, formação acelerada e arrocho salarial, sendo aí lançados os precursores da deteriorização do trabalho do professorado nacional, da formação de professores, de seu status social e das próprias condições de trabalho.

Em contrapartida, se analisarmos do ponto de vista do impacto social, que tais mudanças ocasionaram as novas condições apresentadas para a categoria dos professores resultou, em duas vertentes da estrutura de classes da sociedade brasileira contemporânea. A primeira foi constituída por aqueles que sofreram um processo de mobilidade social decrescente, ou seja, pertenciam a certas camadas da burguesia ou das altas classes médias

que foram proletarizados econômica e socialmente durante o curso imposto pelos processos de produção capitalistas. A segunda vertente originou-se de determinadas frações das classes médias baixas ou das camadas dos trabalhadores urbanos que se beneficiaram da expansão da educação universitária, e acabaram sofrendo uma mobilidade ascendente na pirâmide da estrutura social, ou seja, as vertentes em questão sofreram trajetórias diferentes, a segunda realizou uma trajetória social inversa da primeira, enquanto uma teve a sua ascensão em seu status social, a outra teve a sua queda paulatina, bem como, a própria profissão do professor em si.

As políticas educacionais advindas da ditadura militar provocaram sobre a categoria docente um efeito devastador e, infelizmente, como erva daninha se proliferou, tais políticas devastadoras tiveram seqüência dentro das políticas neoliberais adotadas até os dias atuais.

Com o fim do Regime Militar e a abertura política, com a eleição indireta de Tancredo Neves, a partir de 1986, ficou bem clara que a discussão acerca de questões educacionais haviam perdido totalmente o sentido pedagógico e, já não escondiam, que haviam assumido um caráter genuinamente político, e nada mais natural que obter um resultado destes, visto que todos os educadores e pensadores haviam sido cassados, exilados ou mortos durante o período ditatorial. A educação passa a ser definitivamente um negócio, ela passa do status de sabedoria para mercadoria.

Analisando um pouco de nossa história, por mais que a política econômica do regime militar no Brasil já indicasse uma mudança significativa nos rumos que tomariam o desenvolvimento capitalista nacional, foi efetivamente durante o final dos anos 80 e no início dos 90 que tais mudanças foram instituídas de fato, com o processo de readequação do Estado brasileiro junto aos mandos do capitalismo internacional.

Seguindo o fluxo do crescente do Neoliberalismo, a concepção produtivista de educação acabou resistindo contra todas as críticas que recebeu na década de 1980. Já com o contexto Neoliberal consolidado, vemos tal concepção educacional ser acionada como um instrumento de ajuste da educação às demandas do mercado numa economia globalizada.

O que poderíamos então chamar de ajustes neoliberais, cria na verdade mecanismos capazes de permitir uma realocação de toda a riqueza nacional, com a finalidade do pagamento de juros, amortizações e demais serviços da dívida externa brasileira, favorecendo as constantes necessidades de expansão e acumulação do capital financeiro internacional. Esta ação faz com que fiquemos atrelados aos credores internacionais. E organismos tais como o FMI e o Banco Mundial, entre outros, agem como viabilizadores de empréstimos e fiscalizadores das regras que garantem que os compromissos financeiros sejam honrados aos

credores, bem como, a garantir que os países subdesenvolvidos, tal qual o Brasil, continuem a administrar suas dívidas.

Economicamente falando, tais práticas incentivam a privatização do patrimônio público, tornando o Estado nacional mais fraco; e com base nos acordos referentes à dívida externa, fica clara toda a subordinação que sofremos frente ao capital financeiro internacional, bem como, explicita a perda da autonomia nacional no controle dos gastos públicos, visto que devemos prestação de contas aos organismos internacionais.

Por mais que a discurso Neoliberal tente dizer que ele possibilita a ampliação da capacidade de investir em políticas sociais em virtude do reparo fiscal do Estado, o que na verdade ocorre é a perda de espaço das políticas sociais em função da necessidade de transferir tais ações para a esfera do capital privado, gerando ainda a transferência de recurso público para as mãos de empresas. O Estado acaba agindo como um simples observador das normas ditadas pelo capital e transformando concessões historicamente conquistadas por meio das lutas sociais das classes trabalhadoras em meras mercadorias e serviços, tais como quaisquer outras coisas vendáveis e servindo unicamente aos mandos e desmandos das leis de mercado. Em contrapartida, esta situação implica na adoção do Estado de políticas assistencialistas, que acabam assumindo um caráter caritativo, implicando que o governo passa a ser apenas um gestor e avaliador de serviços, implicando ainda na transferência de responsabilidades, na medida em que deixa de financiar tais atividades diretamente, como o é no caso da educação.

O princípio (liberal) que fundamenta esse tipo de escola (...) é o do oferecimento formal de oportunidades educacionais para todos, permitindo que pela livre concorrência os talentos se manifestem de acordo com as aptidões individuais isoladas das condições materiais de sua produção (NORONHA, Olinda M. **Políticas neoliberais, conhecimento e educação**. Campinas, São Paulo: Ed. Alínea, 2002.)

E foi em meio a esta reestruturação do Estado, que a educação vê ser lançado o Projeto de Lei da nova LDB encaminhado à Câmara Federal, pelo Deputado Octávio Elisio em 1988. No ano seguinte o Deputado Jorge Hage envia à Câmara um substitutivo ao Projeto e, em 1992, o Senador Darcy Ribeiro apresenta um novo Projeto que consegue aprovação oito anos após o primeiro encaminhamento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, sendo ela promulgada em 20 de dezembro de 1996. A formulação da LDB seguia uma concepção produtivista de educação, tendo em vista a necessidade de mercado e ela acabou orientando, com base nos mesmos preceitos, o que mais tarde culminou na aprovação da Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001, que regulamenta o novo PNE - Plano Nacional de Educação.

Entre as Diretrizes do PNE temos nitidamente postas as expectativas advindas do mercado capitalista e é apresentada a universidade uma difícil missão de promover a pesquisa e extensão, reduzir os desequilíbrios regionais e sociais, dentro da máxima qualidade e cooperação internacional, porém, como conseguir promover pesquisa e extensão se para os países desenvolvidos não é interessante que os subdesenvolvidos desenvolvam tecnologias próprias e substituam as já existentes por alternativas nacionais; como reduzir adequadamente os desequilíbrios regionais e sociais se nos voltamos para uma educação mercantil? ; e como dizer que tal cooperação internacional visa à melhoria educacional, quando um de nossos maiores financiadores é um banco? Ele ainda fala da questão da autonomia universitária, que, conseqüentemente, encontra dificuldades de ser colocada em prática visto a tendência mercantil do ensino superior. Abaixo, segue o trecho do documento em questão:

O sistema de educação superior deve contar com um conjunto diversificado de instituições que atendam a diferentes demandas e funções. Seu núcleo estratégico há de ser composto pelas universidades, que exercem as funções que lhe foram atribuídas pela Constituição: ensino, pesquisa e extensão. Esse núcleo estratégico tem como missão contribuir para o desenvolvimento do País e a redução dos desequilíbrios regionais, nos marcos de um projeto nacional. Por esse motivo, estas instituições devem ter estreita articulação com as instituições de ciência e tecnologia - como aliás está indicado na LDB (art. 86).

No mundo contemporâneo, as rápidas transformações destinam às universidades o desafio de reunir em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, os requisitos de *relevância*, incluindo a superação das desigualdades sociais e regionais, *qualidade e cooperação internacional*.

A diretriz básica para o bom desempenho desse segmento é a autonomia universitária, exercida nas dimensões previstas na Carta Magna: didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial.

O mesmo documento ainda apresenta no item 4.3, como objetivos e metas, algumas propostas que vêm bem ao encontro dos rumos políticos e econômicos internacionais, como por exemplo, a expansão de oferta de vagas para todo o país, visando o aperfeiçoamento de mão-de-obra; empregar o EAD como subterfúgio de equiparação; a implantação das chamadas avaliações de instituição e de cursos, visando orientar as demandas de mercado e ampliar a possibilidade de cursos de curta duração, modulares e seqüenciais; estimula o desenvolvimento da pós-graduação, visando justificar o incentivo à pesquisa; garante a participação de conselhos com a associação da comunidade e de entidades da sociedade civil organizada, visando que a universidade absorva as questões problemáticas dos desníveis sociais e educacionais e busque soluções para resolvê-las. Abaixo seguem os itens em questão:

- a) Estabelecer uma política de expansão que diminua as desigualdades de oferta existentes entre as diferentes regiões do País.

- b) Estabelecer um amplo sistema interativo de educação à distância, utilizando-o, inclusive, para ampliar as possibilidades de atendimento nos cursos presenciais, regulares ou de educação continuada.
- c) Institucionalizar um amplo e diversificado sistema de avaliação interna e externa que englobe os setores público e privado, e promova a melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão acadêmica.
- d) Estender, com base no sistema de avaliação, diferentes prerrogativas de autonomia às instituições não universitárias públicas e privadas.
- e) Estabelecer sistema de credenciamento periódico das instituições e reconhecimento periódicos dos cursos superiores, apoiado no sistema nacional de avaliação.
- f) Diversificar o sistema superior de ensino, favorecendo e valorizando estabelecimentos não-universitários que ofereçam ensino de qualidade e que atendam clientelas com demandas específicas de formação: tecnológica, profissional liberal, em novas profissões, para exercício do magistério ou de formação geral.
- g) Estabelecer, em nível nacional, diretrizes curriculares que assegurem a necessária flexibilidade e diversidade nos programas de estudos oferecidos pelas diferentes instituições de educação superior, de forma a melhor atender às necessidades diferenciais de suas clientelas e às peculiaridades das regiões nas quais se inserem.
- h) Diversificar a oferta de ensino, incentivando a criação de cursos noturnos com propostas inovadoras, de cursos seqüenciais e de cursos modulares, com a certificação, permitindo maior flexibilidade na formação e ampliação da oferta de ensino.
- i) Estimular a consolidação e o desenvolvimento da pós-graduação e da pesquisa das universidades, dobrando, em dez anos, o número de pesquisadores qualificados.
- j) Promover o aumento anual do número de mestres e de doutores formados no sistema nacional de pós-graduação em, pelo menos, 5%.
- k) Criar políticas que facilitem às minorias, vítimas de discriminação, o acesso à educação superior, através de programas de compensação de deficiências de sua formação escolar anterior, permitindo-lhes, desta forma, competir em igualdade de condições nos processos de seleção e admissão a esse nível de ensino.
- l) Garantir a criação de conselhos com a participação da comunidade e de entidades da sociedade civil organizada, para acompanhamento e controle social das atividades universitárias, com o objetivo de assegurar o retorno à sociedade dos resultados das pesquisas, do ensino e da extensão.

E no item 4.4, como Financiamento e Gestão da Educação Superior, novamente as propostas são alinhadas de acordo com os rumos políticos e econômicos internacionais, onde temos a vinculação de financiamento relacionada não à qualidade de ensino, mas à quantidade de oferta; incentiva a titulação dos docentes, transformando as universidades em vitrines de diplomas, sem levar em consideração a relevância de tais titulações; repassa para as universidades a função social de identificação das carências da sociedade; estimula a adoção de programas assistencialistas, como fonte de nivelamento escolar e minimizador de diferenças sociais, sem levar em conta que a falta de nivelamento social ultrapassa a questão educacional e visa a uma real reestruturação das condições salariais e trabalhistas de nosso país, além da necessidade latente de reestruturação, principalmente, do sistema educacional fundamental e médio. Abaixo seguem os itens em questão:

- a) Estabelecer um sistema de financiamento para o setor público, que considere, na distribuição de recursos para cada instituição, além da pesquisa, o número de alunos atendidos, resguardada a qualidade dessa oferta.
- b) Oferecer apoio e incentivo governamental para as instituições comunitárias sem fins lucrativos, preferencialmente àquelas situadas em localidades não atendidas pelo Poder Público, levando em consideração a avaliação do custo e a qualidade do ensino oferecido.
- c) Estimular, com recursos públicos federais e estaduais, as instituições de educação superior a constituírem programas especiais de titulação e capacitação de docentes, desenvolvendo e consolidando a pós-graduação no País.
- d) Estimular as instituições de ensino superior a identificar, na educação básica, estudantes com altas habilidades intelectuais, nos estratos de renda mais baixa, com vistas a oferecer bolsas de estudo e apoio ao prosseguimento dos estudos.
- e) Estimular a adoção, pelas instituições públicas, de programas de assistência estudantil, tais como bolsa-trabalho ou outros destinados a apoiar os estudantes carentes que demonstrem bom desempenho acadêmico.

Temos então que a educação superior foi transformada em mero serviço de consumo, portanto, perdendo a sua finalidade básica que é ensinar, afinal, se o que é válida é a regra de mercado, a educação terá que se sujeitar a ela, isso implica na massificação sem qualidade, baseada na expansão indiscriminada do setor de ensino privado; e na manutenção de um ensino de relativa qualidade na rede pública, mas devidamente limitado e incapaz de suprir a demanda histórica do ensino superior em nosso país. Junto às camadas mais pobres, a necessidade da empregabilidade acaba estimulando a procura pelo ensino privado, que se torna mais acessível à medida que é um bem de consumo.

O indivíduo é um consumidor de conhecimentos que o habilitam a uma competição produtiva e eficiente no mercado de trabalho. A possibilidade de obter uma inserção efetiva no mercado depende da capacidade do indivíduo em ‘consumir’ aqueles conhecimentos que lhe garantam essa inserção. (GENTILI, Pablo. **Três teses sobre a relação trabalho e educação em tempos neoliberais**. In: LOMBARDI, J. et al. (Orgs.) *Capitalismo, Trabalho e Educação*. Campinas, São Paulo: Autores Associados, HISTEDBR, 2002.)

Sob a égide Neoliberal, o ensino superior no Brasil nos anos 90, nos governos FHC e Lula, vê o surgimento de políticas educacionais mercadológicas que podem ser consideradas através de dois eixos principais: as políticas do MEC para a educação superior e as políticas do MARE no âmbito da Reforma do Estado.

As políticas implantadas pelo MEC - Ministério da Educação para o ensino superior nos anos 90, conta com a continuidade dos projetos educacionais dos governos que se seguiram ao regime militar. Apresenta como estratégia a reforma aos poucos, buscando centrar esforços naquilo que o MEC considera como pilares da educação, ou seja, avaliação, autonomia, financiamento e modelo de ensino, desta forma, compondo um conjunto de diretrizes integradas. No que diz respeito aos conceitos de avaliação e de autonomia, devem ser entendidos junto ao contexto das diretrizes gerais, desta forma, envolvendo uma concepção de educação superior e de organização educacional geradora de propostas de diversificação da oferta e diferenciação institucional.

O Plano Diretor da Reforma do Estado, elaborado pelo MARE - Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado, aprovado em 21 de setembro de 1995, especificamente voltada para o ensino federal, temos que a educação é colocada no plano das atividades não-exclusivas de Estado e, portanto, podem ser transferidas e executadas pelo setor público não-estatal. Nesse processo, poderiam ser organizadas as instituições de ensino tradicionais sob uma nova forma jurídica, conhecida pelo nome de organizações sociais, que atuam por meio de contratos de gestão com um Estado. Tal ação reduz o papel do Estado de prestador direto de serviços, mas mantém o seu papel de regulador, provedor e promotor.

Segundo Marilena Chauí, em **A universidade hoje**, tal processo implica na descaracterização da noção de direito e da afirmação da educação enquanto um serviço privilegiado. E as conseqüências deste tipo de política educacional se dão por meio de uma reestruturação de conceitos, que passam a fazer parte dos discursos pró-reforma e, que por fim, são incorporados pelos textos legais. Estes tais novos conceitos educacionais, como a avaliação, a autonomia, a diferenciação, a flexibilização etc., passam a ser um instrumento de introdução na educação da lógica específica da organização do mercado e da produção capitalista.

Como pudemos verificar com base na história de nosso país, a educação nacional sempre foi um joguete nas mãos da política e da economia, e se ainda pararmos para analisar a fundo todas as medidas tomadas nos âmbitos educacionais, constataremos que em nosso país, a educação é confundida com tais manobras político-econômicas. Porém temos que nos lembrar que tanto o direito ao voto, ou o direito ao posicionamento político, quanto o direito à educação estão preservados em nossa Constituição e que estes direitos são independentes, portanto devemos parar de encarar a educação com os olhos político-econômicos e começar a encará-la com os olhos pedagógicos e educacionais, para quem sabe em um futuro, nossas crianças e jovens tenham o direito de entrar em uma escola para aprender e queiram verdadeiramente apreender todo conhecimento que lhes for passado.

Temos ainda que lembrar que dentro da atual forma histórica do capitalismo, o papel do Estado, bem como, todas as posições relacionadas às políticas educacionais adotadas pelo mesmo, devem ser analisadas e compreendidas em um contexto globalizado do capitalismo, como também devemos levar em conta a grande influência que as organizações internacionais, tais como Banco Mundial, FMI - Fundo Monetário Internacional, BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento, UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina, UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância, entre outras que influenciam os rumos educacionais no Brasil e nos demais países em desenvolvimento.

É na escola que o ser humano desenvolve todas as primeiras noções de cidadania, respeito, ética, moral, civilidade, nacionalismo e consciência, porém, infelizmente, vista a situação da escola no Brasil hoje, torna-se importante uma reflexão sobre as questões éticas desenvolvidas no espaço escolar.

Capítulo 4

A formação do professor universitário na pós-modernidade

Educai as crianças, para que não seja necessário punir os adultos. (Pitágoras)

O homem não é nada além daquilo que a educação faz dele. (Immanuel Kant)

Desde que a humanidade começou a dar um valor a tudo o que existe, muitos filósofos e educadores falaram que a única coisa que não teria preço seria a educação, porém, com o desenvolvimento da sociedade, o passar dos anos e a consolidação absoluta do capitalismo, juntamente, com tudo o que diz respeito ao homem iniciar a sua jornada rumo ao crivo político para poder ter seqüência enquanto condição humana, logo vimos que, infelizmente, não haveria como a educação ficar à margem da valorização monetária e possuir o seu valor real enquanto instrumento de lapidação humana.

E já que o capitalismo dita as regras e as regras são políticas, nada mais justo do que iniciar este capítulo fazendo uma análise das práticas relacionadas ao financiamento do ensino superior no Brasil, visto que não apenas a formação do professor universitário na pós-modernidade, bem como toda a questão da educação dentro de seus níveis, é muito mais uma ação político-econômica do que uma ação educacional.

Porém, primeiramente, vamos situar o que é capitalismo na visão de Florestan Fernandes, em sua obra **Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento**, ele fala de capitalismo e busca situá-lo de uma forma muito específica: se convertermos a noção de capitalismo em uma categoria elástica, ela deixará de ser útil à explicação sociológica, e realmente, quando situamos o capitalismo, ele possui uma função muito específica e mercadológica, e mesmo quando este tende a ser empregado em questões de cunho social, por exemplo, quando uma empresa destina uma fração de seus ganhos para alguma entidade beneficente, esta o faz, não porque aquele grupo empresarial ficou “benevolente”, mas sim, para obter algum tipo de privilégio junto aos impostos e dimensionar a sua marca no mercado.

Partindo da afirmação feita por Florestan, temos que buscar compreender as relações de classes presentes no desenvolvimento capitalista ocorrido no Brasil, tomando por base as aspirações de frações das classes dominantes locais, subordinadas às estrangeiras, mas com forte poder de dominação e articulação com os demais agentes econômicos privilegiados, pois são estas articulações que determinam as ações políticas que acabam interferindo em todas as demais ações governamentais.

Neste momento, creio ser importante fazer uma breve discussão sobre a formação do Estado brasileiro e de suas políticas sociais mais recentes. Como todo Estado capitalista, e o Estado brasileiro não é diferente, tem suas estruturas e ações orientadas para atender, prioritariamente, aos interesses gerais das classes dominantes e em menor escala aos interesses gerais de todas as demais classes da sociedade. Portanto, o Estado nada mais é do que o reflexo de todas as contradições existentes dentro da sociedade em que ele está situado, ao mesmo tempo que, também atua sobre esta mesma sociedade por deter certa autonomia em relação às classes sociais, visto que, de certa forma, o Estado é uma instituição e não um ser físico. E é esta autonomia que se torna necessária para que o Estado seja uma entidade governamental legítima perante as classes dominadas.

O Estado brasileiro possui determinadas particularidades muito bem definidas ao longo de nossa história, o que provoca uma inclusão de fatores bem variados na divisão do capital, do trabalho e do poder, isto, devido à nossa formação paternalista, ao protecionismo e às práticas patrimonialistas dos ocupantes de cargos públicos, autoritarismo exacerbado como forma de herança da ditadura militar, falta de concepção, estruturação e visualização das demandas prioritárias das classes médias e pobres, e subordinação aos centros capitalistas (EUA, Japão, Europa Ocidental), ou seja, nós somos os muito bem doutrinados, forjados no seio capitalista para servir e ser explorado, os capitalistas agrários e fornecedores de matéria-prima e de mão-de-obra barata e especializada, meio colônia e meio país em eterno desenvolvimento.

Durante a nossa história, para financiarmos nossos investimentos e conseguirmos fazer a máquina do Estado funcionar, constantemente recorreremos aos organismos internacionais do capital, especialmente ao Banco Mundial – BM, ao Fundo Monetário Internacional – FMI e a Organização Mundial do Comércio – OMC, pois de outra forma, sem uma fonte de financiamento, acabaríamos sendo ameaçados pelos fantasmas da crise econômica e, fatalmente, levaríamos o Estado a sucumbir.

Entretanto, o que vemos nos jornais, em debates sobre os novos rumos da sociedade global e a principal ideologia que está sendo lançada para as novas gerações é de que somos

uma “aldeia global”, que temos que “superar fronteiras” e zelar pela “homogeneização do planeta”, que as ações de um repercutem no todo, que estamos interconectados, e se levarmos tais falas em consideração, portanto, seria imprescindível termos no mundo atual o papel de um estado nacional forte, que conseguisse manter uma consolidação política, econômica, social e ideológico-cultural em equilíbrio.

Porém, os mesmos países que eram considerados primeiro mundistas e que são os curadores dos institutos mundiais de empréstimos bancários ao terceiro mundo, ao mesmo tempo que falam de igualdades e homogeneização, continuam infligindo as suas políticas neoliberais, que torna os Estados fracos e leva a sufocante subjugação econômica. Daí, poderíamos perguntar se devemos seguir o que nos é dito, ou se devemos seguir o que nos é mostrado? Afinal, há uma real dicotomia entre a fala e a ação e é sempre muito fácil estar em posição de mando e subjugar as suas imposições aos menos afortunados.

Neste ponto, recaímos em uma velha problemática, afinal, é obvio que ações falam mais que palavras e o correto seria seguirmos na manutenção de um Estado forte, mas como conseguir isto sendo um país dependente, e o que é pior, dependente dos mesmos hipócritas que fazem uma lavagem cerebral no planeta com idéias de “aldeia global”, “superação de fronteiras” e de “homogeneização do planeta”? Quem sabe os países ricos queiram mesmo isto tudo, desde que eles possam somar cada vez mais riquezas e não dividi-las com mais ninguém, principalmente com quem os mantêm no patamar de soberanos dentro de seus pequenos feudos, chega a ser engraçado que mesmo diante de todas as mudanças ocorridas em nossa sociedade, as questões relacionadas ao poder político e econômico ainda pareçam medievais.

Apesar de toda a ideologia do mercado, dos acordos feitos em prol do livre comércio liderados pela OMC, e entre outros sujeitos políticos do capital, vivemos, mais do que nunca, em uma era de intervenções estatais que possuem como único objetivo sustentar o meio de vida burguês, ou seja, os séculos passam e a ideologia continua sendo a mesma.

Uma prova cabal disto é a privatização de diversos setores estratégicos dos vários países da periferia do capitalismo, afinal, quando o Estado opta pela privatização, ele está optando por garantir o movimento do capital internacional. Privatizando, temos uma injeção de capital, a curto prazo, dentro do país, porém, temos um órgão que deixa de ser administrado pelo Estado, tornando assim, o mesmo em um Estado mais fraco e com menos poder de barganha interna.

E é exatamente neste contexto, marcado pelo processo de globalização do capital, da centralização dos Estados Nacionais como apenas gestores legislativos e judiciários que se

apresenta no Brasil o discurso do Governo Neoliberal de FHC e que apenas se aprofundou no Governo Lula.

Analisando as ações das políticas governamentais acabamos percebendo que elas estão muito mais preocupadas em seguir o que nos ditam os órgãos internacionais de empréstimo de dinheiro e, para eles, o principal é que continuemos com os pagamentos das dívidas públicas interna e externa, as reais condições e necessidades sociais do país ficam em segundo plano, ou seja, o pagamento da dívida pública é realizado em detrimento da alocação de verbas públicas para o financiamento das políticas sociais que podem, a longo prazo, gerar um benefício muito maior para toda a sociedade, infelizmente, gerar melhorias sociais em nosso país não deixará nenhum rico mais rico, logo, ela não é prioridade.

Contudo, não seria uma atitude nem sensata e muito menos adequada parar de pagar as dívidas, mesmo porque uma atitude deste porte poderia prejudicar de forma crucial as relações mercadológicas internacionais, além de provocar sanções que poderiam ainda ser piores que o pagamento da dívida em si, mas pagar as dívidas também não deve ser sinônimo de um estancamento por completo das condições de crescimento adequado do país até que a dívida seja saldada.

Antes de seguirmos adiante, e para que não fiquemos em “dívida” quanto ao que está sendo dito, torna-se necessário fazer a distinção entre dívida pública, dívida externa e dívida interna. Por dívida pública entendemos a soma de tudo aquilo que todos os órgãos do Estado brasileiro devem, sendo incluídos a esta soma o governo federal, os governos estaduais, os municipais e as empresas estatais. A dívida pública pode ser dividida em dois tipos mais comuns: a primeira é a dívida interna, ou seja, é aquela dívida que pode ser paga em moeda nacional; e a segunda é a dívida externa, que é aquela dívida que deve ser paga em moeda estrangeira. Ambas possuem causas e conseqüências distintas, embora possam ter implicações uma sobre a outra.

Devemos ainda lembrar que o Estado também é um grande credor dentro de todas as esferas da sociedade, portanto, emprestando dinheiro tanto para os órgãos públicos quanto para as entidades privadas, logo, o conceito de dívida líquida traduz de forma mais clara a posição financeira do setor público, segundo o glossário do Banco Central, dívida líquida trata-se do correspondente ao saldo líquido do endividamento do setor público não-financeiro e do Banco Central com o sistema financeiro (público e privado), o setor privado não-financeiro e o resto do mundo, portanto, entende-se por saldo líquido o balanceamento entre as dívidas e os créditos do setor público não-financeiro e do Banco Central.

Bom, e o que a dívida pública brasileira tem a ver com a questão educacional? Simplesmente tudo, pois se a prioridade do país sempre foi pagar a dívida pública, logicamente que não sobra muito dinheiro para os investimentos sociais necessários, ou seja, isto implica que acaba faltando dinheiro para a educação, saúde, segurança, habitação, transporte e desenvolvimento.

No Brasil, o pagamento da dívida externa sempre foi uma questão conturbada, afinal, as amortizações que fazemos não amenizam a dívida a ponto de ficarmos em uma situação de conforto. Por outro lado, o empréstimo é necessário para que tenhamos capital de giro suficiente para fazer a máquina do Estado funcionar, principalmente em um país que não é produtor de uma boa parte dos produtos que consome, desta forma, somos reféns de um círculo vicioso.

O início de nossa dívida externa data da época de nossa independência, se é que uma jogada política, praticamente golpe de estado, por parte da elite dominante e de um regente pretendendo manter a situação dentro de um nível controlável de estabilidade política e econômica pode ser chamada de independência, pois bem, seguirei o conto de fadas adotado pelos livros didáticos e estudantis, dito isto, temos que o primeiro empréstimo externo Brasileiro foi obtido em 1824, no valor aproximado de 2 milhões de libras esterlinas e, tal empréstimo, ficou conhecido como “empréstimo português”, pois ele foi destinado para cobrir as dívidas relativas ao período colonial brasileiro, contraídas por Portugal junto à Inglaterra, como se para tanto já não bastasse tudo o que havia sido extirpado de nossa terra.

Tal dinheiro adquirido via empréstimo, acabou nunca saindo da Inglaterra, só serviu como estratégia de uma transferência de dívida ativa e, de fato, acabou simbolizando um pagamento a Portugal pelo reconhecimento de nossa independência. A aceitação por parte do Brasil do pagamento da “indenização” aos Portugueses está ligada diretamente aos vínculos mantidos com tal país, afinal, era interessante manter as estruturas brasileiras como estavam, bem como, tal ação foi incentivada pela Inglaterra, que visava aos seus interesses de expansão de mercados. Ambos, Portugal e Inglaterra, somente reconheceram a soberania brasileira após a asseguarção de seus interesses por meio do acordo entre Brasil e Portugal.

Em questões de estruturas sócio econômicas a independência não proporcionou modificações, restringindo-se apenas a um movimento político muito limitado, com a manutenção do regime monárquico e do herdeiro português no trono, aliado aos latifundiários conservadores sob o comando de José Bonifácio.

Os anos subseqüentes foram marcados por mais empréstimos, e não havia como ser diferente, afinal, se enfocarmos o desenvolvimento de nosso país, teremos que o Brasil nasceu

como uma colônia de exploração e, como a história prova, tais colônias acabaram sendo fadadas ao desenvolvimento exploratório de seus recursos naturais até a exaustão, seguindo por políticas de economia agrária e escravocrata, cerceada em sua maioria por governos ditatoriais e a uma industrialização tardia. Obviamente, tendo este cenário como pano de fundo, ficaria muito difícil fugir à determinante predestinação ao subdesenvolvimento, que, aliás, sempre foi muito conveniente e necessário ao engrandecimento e enriquecimento dos países desenvolvidos.

O Regime Militar no Brasil serviu, como na maioria dos locais onde este tipo de governo imperou, para produzir dívidas, massacrar parte da população que não compactuava com as suas idéias e alienar os demais que não queriam ver ou se envolver com o que estava acontecendo.

O endividamento brasileiro, após o golpe militar de 1964, apresentou dois estágios determinados. O primeiro estava relacionado propriamente com os governos de Costa e Silva (1967-1969) e de Médici (1969-1974), este período que vai de 1969 até 1973 ficou conhecido como o “milagre econômico”. Neste período, foram feitos diversos empréstimos que foram usados para a compra de praticamente tudo, na intenção de colocar o Brasil na rota do progresso. Com a entrada de empréstimos do exterior e a retomada dos investimentos internos, foram gerados milhões de empregos no país e iniciaram-se construções de grandes obras, viadutos, redes de energia, além de construções faraônicas, tais como a Rodovia Transamazônica e a Ponte Rio-Niterói.

Todo esse desenvolvimento e aparente crescimento teve um custo altíssimo para o nosso país, a tomada dos empréstimos estrangeiros geraram, inevitavelmente, uma dívida externa elevadíssima para o Brasil. Como consequência de tais ações político-econômicas e em decorrência do enxerto de dinheiro nas indústrias, temos que o PIB brasileiro crescia a uma taxa aproximada de quase 12% ao ano durante o período de 1968 até 1973, paralelamente a isto, como se pode observar na Tabela 1, a inflação medida pelo Índice Geral de Preço (IGP), declinou de 25,5% para 15,6% durante o mesmo período, segundo Fernando A. Veloso, André Villela, Fabio Giambiagi em seu estudo denominado **Determinantes do “Milagre” Econômico Brasileiro (1968-1973): Uma Análise Empírica.**

Tabela 1 – Brasil: Indicadores Macroeconômicos Seleccionados - 1968-1973

Indicadores Seleccionados	1968	1969	1970	1971	1972	1973
Taxa de crescimento do PIB (%)	9,8	9,5	10,4	11,3	11,9	14,0
Inflação (IGP,%)	25,5	19,3	19,3	19,5	15,7	15,6
Taxa de crescimento das exportações em US\$ (%)	13,7	22,9	18,5	6,0	37,4	55,3
Taxa de crescimento das importações em US\$ (%)	28,7	7,4	25,8	29,5	30,3	46,3
Saldo da Balança Comercial (em US\$ milhões)	26	318	232	-344	-241	7
Saldo em Conta Corrente (em US\$ milhões)	-582	-364	-839	-1.630	-1.688	-2.085
Dívida Externa Líquida/Exportação de Bens	2,0	1,7	1,8	2,3	1,8	1,4
Saldo do Balanço de Pagamentos (em US\$ milhões)	97	531	534	537	2.538	2.380

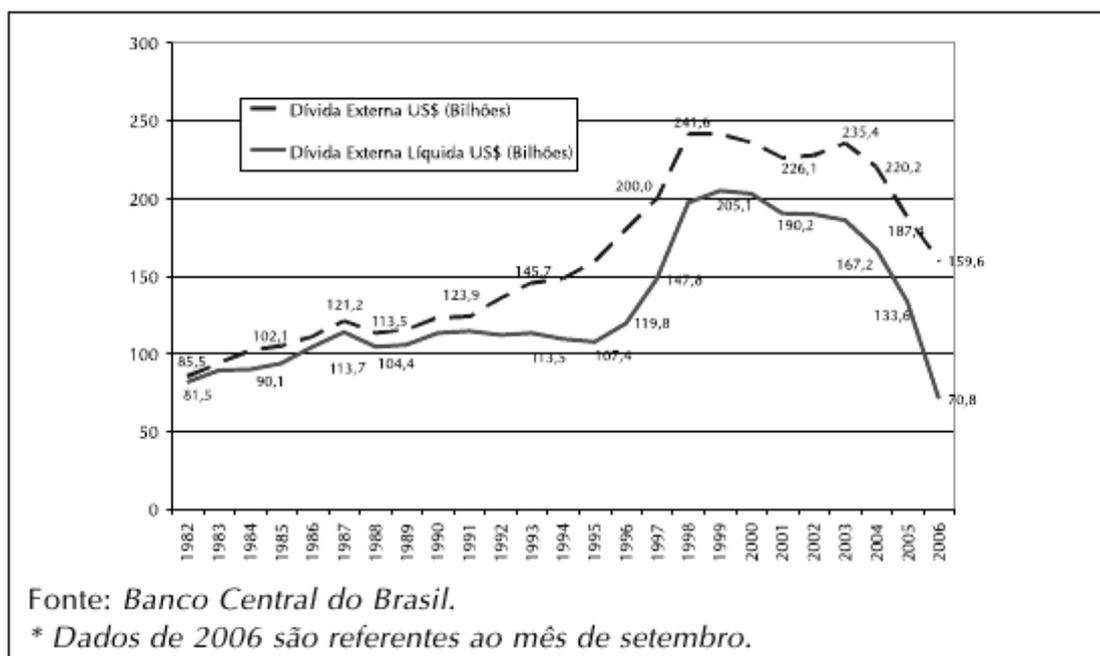
Fonte: Apêndice Estatístico em Giambiagi et alii (2005).

Fonte: GIAMBIAGI, Fábio; VILLELA, André; VELOSO, Fernando A. **Determinantes do “Milagre” Econômico Brasileiro (1968-1973): Uma Análise Empírica**. Revista Brasileira de Economia. vol.62 no.2 Rio de Janeiro Abril-Junho 2008.

A segunda fase do endividamento do Brasil começou no governo do general Ernesto Geisel (1974-1979). Toda a euforia surgida a partir do suposto milagre econômico havia se estabilizado e, com a estabilização, a cruel realidade começou a aparecer a partir de 1974. A indústria de bens de consumo duráveis, liderada pelas indústrias automobilísticas, começou a encalhar, em grande parte devido à crise mundial do petróleo, que acabou repercutindo na elevação das taxas de juros. Como podemos ver, as consequências das economias globais haviam chegado ao Brasil, porém como um país subdesenvolvido, o nosso país não possuía os subterfúgios econômicos e a influência política dos países desenvolvidos para poder se manter erguido em suas próprias pernas.

E em 1982 tivemos declarada a falência do modelo brasileiro de desenvolvimento e o país não tinha outra alternativa a não ser recorrer ao FMI para solicitar empréstimo e ao final do governo Figueiredo, governo este que iniciou o processo de abertura política e encerrou o período da ditadura militar, a dívida externa total e líquida brasileira já estava caminhando para a casa dos \$100 bilhões de dólares, segundo o Banco Central do Brasil.

Gráfico 1 – Dívida Externa Total e Líquida – 1982 até 2006* - Em US\$ bilhões



Fonte: FILHO, Ernani Teixeira Torres; PUGA, Fernando Pimentel Puga. **Investimento na Economia Brasileira: A Caminho do Crescimento Sustentado**. Rio de Janeiro : BNDES, 2007.

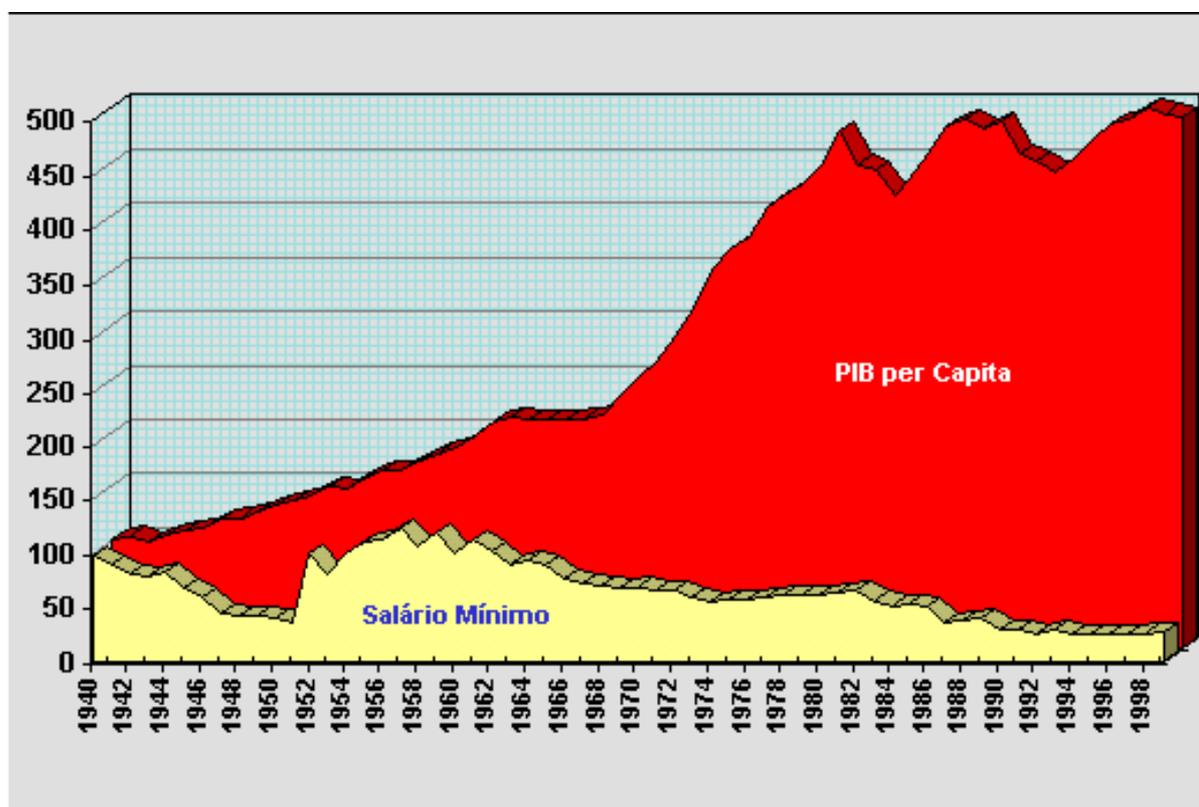
Ao longo de nossa história pudemos constatar que todas as ações político-econômicas desenvolvidas no Brasil tiveram como principal instrumento o arrocho salarial, como, aliás é prática comum não apenas aqui, mas também em todos os países onde o Capitalismo é o Capitalismo. Tal prática fez com que a sociedade de uma forma geral tivesse uma perda significativa em seu poder de compra, bem como em seu status social, sendo esta uma das principais causas da desastrosa má distribuição de renda no Brasil e das altas taxas de empobrecimento.

Apenas para elucidar melhor como tal ação influencia em nossas vidas, apresento abaixo o gráfico 2, com a evolução do salário mínimo e do PIB *per capita*. Se vivêssemos em condições de uma boa distribuição da riqueza existente no país, o valor do salário mínimo estaria praticamente equiparado ao valor do PIB *per capita*, porém, como o gráfico 2 mostra, esta realidade é bem diferente, e isto implica dizer que há uma fração da sociedade que detém uma grande parcela de renda e uma maioria que detém uma parcela muito pequena.

Pior é que tal sistemática de arrocho salarial continuou e ainda continua ocorrendo até os dias atuais, mesmo que hoje a situação entre o PIB e PIB *per capita* esteja mais equilibrada, a desvalorização que sofremos em nossos salários reais continua sendo assustadora e, enquanto isto, o pagamento da dívida pública continua sendo um dos principais gastos dos governos brasileiros atuais.

Gráfico 2 - Evolução do salário mínimo e do PIB *per capita*

Brasil de 1940-1999



Fonte: DIEESE; IBGE.

Elaboração: DIEESE.

E daí pode surgir uma pergunta: o que é que o arrocho salarial tem a ver com a questão do financiamento para a educação? O arrocho salarial influencia na questão do financiamento educacional na medida em que um país onde o custo de vida é extremamente elevado e os salários extremamente baixos, a educação passa a ser um item facultativo e, em casos extremos até dispensável, para uma sociedade que tem por prioridade itens de primeira necessidade, tais como comida, habitação e vestuário.

Quando a educação passa do quesito de item necessário, para o de item facultativo, isto implica que quem tem o domínio acerca das regras educacionais, dita o que será feito e de que forma, desde que tais regras sejam as mais convenientes possíveis aos seus interesses, sejam eles políticos, econômicos ou ideológicos.

No Brasil, educação sempre foi vista como algo não prioritário, como vimos acima no Capítulo 3 - Retrospectiva histórica da Educação no Brasil, e a partir do momento onde a situação econômica passa a ser extremamente difícil, composta por arrocho salarial, alto

índice de impostos, crises de desemprego e inflação, isto cria um cenário mais que favorável para que a educação seja colocada de lado, afinal, a prioridade é viver, ou melhor, sobreviver.

E no Brasil, tal situação não foi diferente, e a educação veio sofrendo com a queda da qualidade paulatinamente desde 1964, pois para o governo militar era interessante ter uma escola que doutrinava as pessoas para não serem contestadoras e com o auxílio da televisão, um dos recursos mais dinâmicos e rápidos de massificação de opinião, uma vez que ele consegue entrar em praticamente todos os lares e vender de forma brilhante aquilo que é pago para estar sendo mostrado, independentemente do compromisso com a verdade, já que o trabalho desenvolvido pelos meios de comunicação também possui como objetivo o lucro, portanto, a televisão contribuiu para a prática de alienação coletiva, que passou a ser regra, afinal, com tantos livros subversivos sendo caçados, tantas instituições sendo repreendidas e fechadas, tanta gente sumindo e tão pouca liberdade para expressar o pensamento livre, o melhor e mais seguro era assistir à alienante Rede Globo com suas notícias pró-governo, seus programas e suas novelas sem teor contestador.

Durante o período que vai de 1964 até 1974, além da característica marcante do autoritarismo, vimos também a realização de reformas institucionais na educação por meio da Lei nº 5.540/68 que se refere propriamente à Reforma do Ensino Superior e fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e a Lei nº 5.692/71 que se refere à Reforma do Ensino de 1º e 2º graus e fixa diretrizes e bases. Porém, como a nossa história provou, durante este período o governo está mais do que nunca disposto a impor os seus mandos e se fazer obedecer a qualquer custo, e neste sentido, tais reformas educacionais serviram a este intuito, pois elas serviam de propaganda política quando falavam da extinção do analfabetismo e serviam como instrumento de cerceamento para tudo o que era ensinado, bem como instrumento de espionagem quanto ao que as pessoas pensavam nas escolas visando a eliminar qualquer tipo de crítica social, política ou ideológica, proporcionando, desta forma o controle ideológico e político do ensino.

No Brasil, antes até da questão mercadológica chegar ao seio educacional, a Ditadura promoveu a separação entre a educação e o social, para transformá-la em a educação e a política. Durante os anos de ditadura, toda tentativa de discussão acerca dos rumos educacionais do país foram perseguidos, até chegar ao ponto das políticas educacionais serem traçadas por pessoas que não faziam parte da área educacional. Daí para termos a ligação entre a educação e o mercado, bastou apenas a ação do tempo.

Após o fim dos governos militares e o início da abertura política, o Brasil é direcionado definitivamente ao Neoliberalismo. Se de um lado o liberalismo político colocou

a educação entre os direitos do homem e do cidadão, por outro o neoliberalismo, aborda a educação no âmbito puramente mercadológico e das técnicas de gerenciamento, substituindo, desta forma, um direito do cidadão pelo direito do consumidor. E já que o mercado impera, temos implantados no seio educacional, expressões como produtividade educacional, como se o homem e o seu desenvolvimento enquanto ser humano fosse agora algum tipo de matéria prima destinada a ser transformada dentro da fábrica escola.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, temos em seu artigo 213 lançadas as bases que incentivavam a iniciativa privada para que esta comercializasse o produto Educação da forma mais adequada e conveniente, seu texto diz:

Art. 213. Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei, que:

I - comprovem finalidade não-lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação;

II - assegurem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao Poder Público, no caso de encerramento de suas atividades.

§ 1º - Os recursos de que trata este artigo poderão ser destinados a bolsas de estudo para o ensino fundamental e médio, na forma da lei, para os que demonstrarem insuficiência de recursos, quando houver falta de vagas e cursos regulares da rede pública na localidade da residência do educando, ficando o Poder Público obrigado a investir prioritariamente na expansão de sua rede na localidade.

§ 2º - As atividades universitárias de pesquisa e extensão poderão receber apoio financeiro do Poder Público.

Este foi um ponto de partida que deixou a abertura necessária para que os governos neoliberais transformassem de vez a educação em uma questão mercadológica, afinal, a educação poderia sair de vez das asas do Estado, sobrando orçamento para o que sempre foi prioridade, ou seja, a dívida pública.

No governo FHC - Fernando Henrique Cardoso – 1º mandato (1995-1999), 2º mandato (1999-2003), foi promulgada a Lei 9.394/96, a LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação, ela surge coroada com uma série de discursos, praticamente um colcha de retalhos, tentando agradar todas as visões pedagógicas ali colocadas, afinal, após tanto tempo sem discutir os rumos educacionais do país e sem ter esta discussão feita por pessoas ligadas à área de educação, nada mais normal que a LDB tenha tentado englobar o maior número possível de alternativas, já que, naquele ponto, a educação parecia sem alternativa adequada. Com as suas várias falas, a LDB ampliava a possibilidade do desenvolvimento das parcerias público-privadas, focarei a discussão a partir desde ponto, afinal, é a partir da promulgação da LDB e desta retomada acerca dos rumos educacionais brasileiros que constatamos as profundas

implicações da pós-modernidade, das políticas neoliberais e da globalização no trabalho do professor.

Durante a gestão do governo FHC ficou constatada a intenção do governo em acentuar a diminuição do financiamento público da educação como um todo e principalmente na educação superior, bem como, foi durante o seu governo que o investimento privado em educação superior foi profundamente ampliado, especialmente pela criação de linhas de crédito para Instituições de Ensino, lançando assim as bases para, quem sabe em um futuro próximo, acabar com as redes públicas de ensino superior e privatizá-las.

Se formos analisar o governo FHC, as ações dele foram lógicas, afinal, ele era nitidamente de cunho neoliberal e isto implica adotar um conjunto de idéias políticas e econômicas capitalistas que defendem a não participação do estado na economia. E de acordo com esta doutrina do neoliberalismo, deve haver total liberdade de comércio, ou seja, devem ser criadas as condições necessárias ao desenvolvimento do livre mercado, pois este princípio garante o crescimento econômico e o desenvolvimento social de um país.

Porém, o que a realidade nos mostra é que a economia neoliberal tende a beneficiar apenas as grandes potências econômicas e as empresas multinacionais. Os países pobres ou, os como o nosso, em “eterno” processo de desenvolvimento sofrem com os resultados de uma política neoliberal, pois, nestes países, o resultado da aplicação desta política, tem apresentado um alto índice de desemprego, que somado aos baixos salários, acaba formando um cenário completamente favorável ao aumento das diferenças sociais e, conseqüentemente, há uma crescente dependência de investimentos externos. Apenas com a finalidade de comprovar tais afirmações, basta fazermos uma análise das condições de vida da maior parte da população mundial, poderemos constatar que o neoliberalismo não consegue garantir alterações no cenário de empobrecimento e de estagnação econômica atuais.

Ao longo do governo FHC, obviamente, sob a direção dos organismos internacionais donos do capital, o desemprego e as desigualdades sociais e econômicas no nosso país foram agravadas em virtude dos cortes de verbas públicas com as áreas sociais, do aprofundamento da política de privatização, das altas taxas de juros e o constante contingenciamento do Orçamento Geral da União para o pagamento das dívidas externas e interna.

Tais organismos internacionais condicionaram o empréstimo de verbas à execução de reformas econômicas e políticas baseadas na redução da alocação da verba pública para financiamento das políticas sociais, sob a aparência de resolução de uma suposta crise fiscal do Estado. Segundo o projeto burguês de sociabilidade, o Estado periférico, deve financiar e implementar políticas focalizadas no alívio da pobreza extrema e efetivar um conjunto de

parcerias com o setor privado, visando ao financiamento e implementação das políticas consideradas como setores não exclusivos do Estado, identificadas pelo conceito de público não-estatal, esta visão de Estado está expressa no Plano Diretor da Reforma do Estado elaborado no governo FHC. O ensino superior está enquadrado neste setor de atividades não exclusivas do Estado. O governo FHC imprimiu, a partir de 1995, uma concepção de ensino superior, entendendo-a como um conjunto de instituições públicas e privadas, do qual as universidades fazem parte.

A falta de responsabilidade do Estado com a educação e, principalmente, com o ensino superior, visto que a maioria dos vetos estavam relacionados unicamente a este, foi a aprovação do Plano Nacional de Educação durante o governo FHC. Com base na análise apresentada por Kátia Regina de Souza Lima no texto intitulado “Financiamento da educação superior brasileira nos anos de neoliberalismo”, abaixo estão apresentadas as propostas vetadas para o ensino superior:

- A proposta de ampliação da oferta de ensino público, de modo a assegurar uma proporção nunca inferior a 40% do total das vagas, prevendo inclusive a parceria da União com os Estados na criação de novas instituições privadas de educação superior;
- A proposta de assegurar, na esfera federal, por legislação, a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Superior, constituído, entre outras fontes, por, pelo menos, 75% dos recursos da União vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino e destinados à manutenção e expansão da rede de instituições federais;
- O indicativo de ampliação do programa de crédito educativo, associando-o ao progresso de avaliação das instituições privadas e agregando contribuições federais e estaduais, e, tanto quanto possível, das próprias instituições beneficiadas, de modo a atender a, no mínimo, 30% da população matriculada no setor privado, com prioridade para os estudantes de menor renda;
- A ampliação do financiamento público à pesquisa científica e tecnológica, por meio das agências federais e fundações estaduais de amparo à pesquisa e da colaboração com as empresas públicas e privadas, de forma a triplicar, em dez anos, os recursos atualmente destinados a essa finalidade;
- A elevação, na década, pelo esforço conjunto da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, do percentual de gastos públicos em relação ao PIB, aplicados em educação, para atingir o mínimo de 7%. Para tanto, os recursos devem ser ampliados, anualmente, à razão de 0,5% do PIB, nos quatro primeiros anos do Plano, e de 0,6% no quinto ano;

- A garantia de recursos do Tesouro Nacional para o pagamento de aposentados e pensionistas do ensino público na esfera federal, excluindo esses gastos das despesas consideradas como manutenção de desenvolvimento do ensino;
- A orientação dos orçamentos nas três esferas governamentais, de modo a cumprir as vinculações e subvinculações constitucionais e alocar, no prazo de dois anos, em todos os níveis e modalidades de ensino, valores por aluno, que correspondam a padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos nacionalmente.

Com base nos vetos na aprovação do Plano Nacional de Educação durante o governo FHC, verificamos que a educação superior foi deixada totalmente de lado e, como consequência disto, tivemos a redução de verbas públicas para o financiamento da educação superior pública e o estímulo ao empresariamento desse nível de ensino.

O projeto de ajuste fiscal, reformas estruturais e de configuração da educação como um serviço não exclusivo do Estado foi a herança deixada pelo governo FHC e esta veio sendo intensificada no governo Lula através de uma nova geração de reformas neoliberais.

Precisamente, no que se refere à área de educação, visto que é este o foco do nosso estudo, o Governo Lula veio, ao longo dos seus mandatos, implementando a mesma pauta apresentada pelo Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional ao longo da década de 1990, ou seja, veio atuando baseado em uma ação política de investimento mínimo no combate ao analfabetismo, no financiamento da educação fundamental e do ensino médio; diversificação das fontes de financiamento da educação superior, por meio do estabelecimento de parcerias público-privadas para o financiamento e a execução da política educacional brasileira, como pode ser comprovado pelos números do Prouni - Programa Universidade para Todos, que tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior e que apenas na região sudeste, no ano de 2005 ofereceu 59.365 bolsas, segundo informações no site do Prouni; abertura do setor educacional, principalmente o ensino superior, estimulando a utilização das tecnologias da informação e da comunicação na educação, por meio da educação superior à distância, por meio de programas e ações da SEED – Secretaria de Educação à Distância e a implementação da UAB – Universidade Aberta do Brasil, segundo o site do MEC.

O governo Lula e a sua política administrativa neoliberal efetivou, durante seu primeiro ano, uma redução das verbas públicas alocadas para áreas sociais com valores menores do que aqueles alocados no governo FHC. Segundo dados do Jubileu Brasil, no período de Janeiro a Outubro de 2003, o Governo Lula destinou mais de R\$ 86 bilhões ao

pagamento da dívida externa e apenas R\$ 46 bilhões para as áreas de segurança, assistência social, saúde, educação, cultura, urbanismo, habitação, saneamento, gestão ambiental, ciência e tecnologia, agricultura, energia, transporte.

Segundo Kátia Regina de Souza, em seu artigo **Reforma da educação superior do governo Lula e a educação à distância: democratização ou subordinação das instituições de ensino superior à ordem do capital?**, a autora coloca que é em um contexto marcado pelo processo de mundialização do capital, que a chamada “democratização” da educação, na realidade, acabou escondendo a estratégia de privatização das instituições públicas de ensino superior através de uma retomada da Reforma do Estado Brasileiro, elaborada no Governo FHC e aprofundadas no governo Lula, que apenas privilegiou as parcerias público-privado, regulamentou as fundações de direito privado, propôs a autonomia universitária com base no autofinanciamento das Instituições de Ensino Superior e criou a Lei de Inovação Tecnológica, que viabilizou a transferência de tecnologia das universidades e centros de pesquisa para empresas.

Temos aqui, nitidamente configurado, o deslocamento da responsabilidade da educação estatal para a educação privada, a partir da diversificação das fontes de financiamento da educação superior pública, e a alocação de verbas públicas para as universidades privadas - Pacto de Educação pelo Desenvolvimento Inclusivo e o Programa Universidade Para Todos.

O que pode parecer uma solução a curto prazo, como querem nos fazer acreditar, nada mais é do que um problema a longo prazo, pois se já temos uma defasagem educacional enorme, medidas como estas somente ajudam a ampliar o caos em que se encontra a educação superior. Mesmo sendo um processo de privatização, no setor universitário este não ocorreu pelo leilão das instituições públicas de ensino superior, como ocorreu com algumas empresas estatais em outros setores, na educação isto foi acontecendo baseada em uma mudança cultural, centrada na legitimação da doutrina liberal, que visa implementar a lógica do mercado nos mais diversos círculos sociais.

Neste sentido, o processo de privatização da educação superior nos anos 90, foi se desenvolvendo desde a promulgação da LDB e o desenvolvimento do processo de flexibilização ocorrido na legislação educacional brasileira, que acabou por impulsionar a desvinculação da obrigatoriedade de ensino das instituições públicas e pelo forte incentivo governamental para a ampliação do setor privado.

Como podemos ver, a história da educação brasileira, desde o seu primórdio, tem sido repleta não só de falta de compromisso dos governos com a educação pública, mas também de

incentivo direto e indireto às escolas privadas, que, além de gozarem de isenção fiscal total, pelo menos desde a Constituição Federal de 1946, também receberam e recebem uma série de recursos públicos.

E como estamos observando, os governos FHC e Lula não fugiram a esta regra. O FIES - Financiamento ao Estudante do Ensino Superior Privado foi criado no Governo FHC e no Governo Lula ele foi mantido e ampliado. Cabe lembrar que mais de 80% dos empréstimos não são na forma de dinheiro vivo, mas de certificados para as instituições privadas saldarem suas dívidas junto ao INSS. De qualquer maneira, na prática representam subsídios às instituições privadas, que, sem o FIES, perderiam uma parcela importante de sua clientela e, portanto, acabariam sofrendo com uma maior ociosidade e conseqüente diminuição em seus lucros, ou seja, o foco real de tais ações não é a educação e sim o capitalismo e a geração de capital de giro em torno de toda a transação.

Podemos dizer que um outro mecanismo lançado pelo governo é o ProUni - Programa Universidade para Todos, privilégio este que acabou se mostrando muito mais útil às instituições de ensino superior privadas do que aos alunos que não tinham acesso ao ensino superior. O ProUni foi instituído em 2004 pelo Governo Lula com a proposta de oferecer aos alunos de baixa renda bolsas de estudo, sendo estas integrais ou parciais, em faculdades privadas, concedendo a essas instituições a isenção de alguns tributos fiscais. Para fazer parte do processo e ter direito a uma vaga do ProUni, o aluno terá que atingir o mínimo de 45 pontos no ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio. As bolsas são distribuídas de acordo com a pontuação do aluno no exame. Quanto melhor o desempenho, mais chances o aluno terá de escolher o curso e a instituição de ensino que pretende estudar.

Com o aspecto de ser uma grande inovação, temos aí nada mais do que a transferência de recursos públicos para as instituições de ensino superior privadas. Além disso, os beneficiários teriam que ter cursado o ensino médio completo em escola pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral ou ser portador de necessidades especiais, nos termos da lei.

A condição para que um curso possa participar do ProUni é ser considerado suficientemente adequado em três avaliações consecutivas pelo SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, que é o substituto do Provão. Caso contrário, o curso será desvinculado do ProUni, mas, mesmo assim, a instituição não sairá perdendo, pois as bolsas do curso desvinculado serão redistribuídas para os demais cursos da mesma instituição.

O contexto que nos é apresentado configura o completo sucateamento do ensino superior, pois, os recursos que deveriam ser utilizados em instituições públicas acabam sendo

transferidos para as instituições privadas, na forma de planos mirabolantes que mascaram a real situação da falta de vagas e de infraestrutura nas instituições públicas.

Portanto, ao invés de solucionar o problema, os últimos governos preferiram criar novos problemas, pois ao incentivar o crescimento das instituições privadas, eles acabam gerando um número enorme de vagas inativas que, muitas vezes, só conseguem ser preenchidas com o emprego de financiamentos públicos, além, é lógico, de lesar o bolso dos contribuintes, afinal a divisão da dívida do mau planejamento e mau uso das verbas públicas arcará para todos os membros contribuintes e pagadores de impostos da sociedade brasileira. Isto, sem nos esquecermos que estamos vendo surgir um legado governamental onde o pressuposto básico para a área educacional é que a educação está inserida no setor de serviços não exclusivos do Estado.

Ainda durante os governos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva – 1º mandato (2003-2007), 2º mandato (2007-2011), além de uma nítida ampliação quantitativa da rede pública federal de ensino superior, foram lançados programas de desenvolvimento, como o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, instituído pelo Decreto Presidencial nº 6.025, de 22 de janeiro de 2007 e, dentro dele, o subprograma Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, de 24 de abril de 2007, que prevê ações no sentido de identificar e solucionar os problemas que afetam diretamente a Educação em nosso país, prevendo ainda ações de combate a problemas sociais que inibem o ensino e o aprendizado com qualidade, por meio de outros programas paralelos. Para que tais ações sejam desenvolvidas adequadamente, elas deverão ser desenvolvidas em um trabalho conjunto entre União, estados e municípios. Só que o que acaba sendo feito é novamente a implantação de programas assistencialistas, focados nas necessidades imediatas e criando oportunidades adicionais de desvio de recursos públicos para fins privados, quando na verdade o que deveria ser promovido é a melhoria do sistema educacional como um todo.

Parece que entra ano e sai ano e os problemas apenas se amontoam, sem que nenhuma solução seja implementada a contento, pois o que deveria ser realmente modificado e simplesmente não conseguimos chegar a nenhuma mudança ou melhora efetiva é a questão da desvalorização do cidadão enquanto trabalhador, estudante, contribuinte e, acima de tudo, humano.

E sendo desta forma, nada mais lógico do que constatarmos que o que deveria ser uma solução de um problema, no fim das contas, acaba gerando um novo problema bem maior, pois as ações são previstas, mas ou há o mau uso dos recursos, ou o que é pior, não há a previsão de novos recursos para a educação. A única coisa que os governos estão deixando

previsto e de forma bem clara é a continuidade de políticas baseadas em parcerias público-privadas para alcançar objetivos que prevalecem certamente a iniciativa privada, ao custo de onerar toda uma nação.

Baseados nas análises das metas educacionais propostas nos últimos anos pelo governo, percebemos que a intenção do Estado de promover uma reestruturação da educação superior brasileira implica, unicamente, na deterioração das condições de estudo e de trabalho dentro da comunidade acadêmica. E se tivermos em conta, como já foi dito anteriormente, que os nossos financiamentos educacionais, bem como a forma de empregá-los, passam pelo crivo de organismos internacionais, onde, muitos dos quais visam a favorecer o fortalecimento do Capitalismo, deixando nítida a intenção mercadológica, ficam claras as catastróficas condições do ensino superior.

O financiamento da educação situa-se em proporções vergonhosamente baixas e que projetos como o REUNI - Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais são apenas tentativas para manter o congelamento de verbas com ampliação de atribuições, tanto é assim que todos vimos a ampliação em quantidade da rede federal de ensino superior, porém a ampliação foi apenas em quantidade. O que é impressionante e acaba atestando a completa displicência é abrir universidades sem que seja destinada verba para a contratação de professores, materiais e infraestrutura adequada, isto é brincar de fazer educação, não é por menos que a questão do ensino superior no país está do jeito que se encontra, prova disto são os IFES abertos no estado de São Paulo, por exemplo, onde temos estruturas adaptadas de antigas escolas técnicas, com os mesmos espaços físicos e mesmos laboratórios, munidos no máximo com alguns servidores novos, para trabalhar com uma realidade de novos cursos e uma quantidade de alunos bem maior do que a infraestrutura adaptada agüentaria.

A partir desta situação, nada mais normal que constatarmos que a formação de professores no Brasil é inadequada, afinal um país que trata a sua rede de ensino desta forma é até de se admirar que ainda formemos professores para ministrar alguma coisa. Como também não é de se admirar que o referencial de professor nos cursos de licenciatura ainda seja baseado apenas no giz, lousa e livros dadas à burocracia e à escassez de recursos.

Obviamente, que ao falar de recursos, mesmo que mal aplicados, surge sempre a dúvida de onde vem tal recurso. O recurso vem do PIB. O cálculo para fazer a verificação de quanto de investimento é gasto em determinada área social e, bem como, para avaliar a prioridade que o país confere às áreas, é determinado pelo PIB, pois os investimentos dos países são referendados ao PIB.

E já que a referência para investimentos é o PIB, ao analisarmos o PIB do Brasil e os investimentos feitos na educação perceberemos que o investimento brasileiro vem decrescendo na área educacional e, de fato, a média de tal investimento manteve-se abaixo dos 4% do total do PIB, ficando claro que a proporção de financiamento nesta área está abaixo das possibilidades do país e, infinitamente, abaixo do necessário, já que nos níveis médio e superior, o sistema educacional como um todo continua em expansão, desta forma, precisando de investimentos constantes e, no que diz respeito à educação básica, além da expansão, enfrentamos uma situação mais crítica, pois há a necessidade urgente de primeiramente resgatar a qualidade de ensino, para que depois possam ser tomadas outras ações.

Segundo a recomendação do Banco Mundial a porcentagem do PIB destinada ao Investimento Público Direto em Educação deveria ser de 7%, lembrando que este percentual de investimento não iria mudar tudo de uma vez, ele serviria primeiro para fazer uma nivelção. Porém, para chegarmos a algo que possa ser considerado um nível adequado de sistema educacional, primeiramente, deveríamos manter um constante índice de investimento, logicamente, aliado a anos seguidos de trabalho junto às diretrizes educacionais, para então podermos estabilizar os investimentos e começarmos a colher os frutos deste esforço.

Gráfico 3 – Percentual de Investimento Público Direto em Educação em relação ao PIB, para todos os Níveis de Ensino PIB 2000-2009

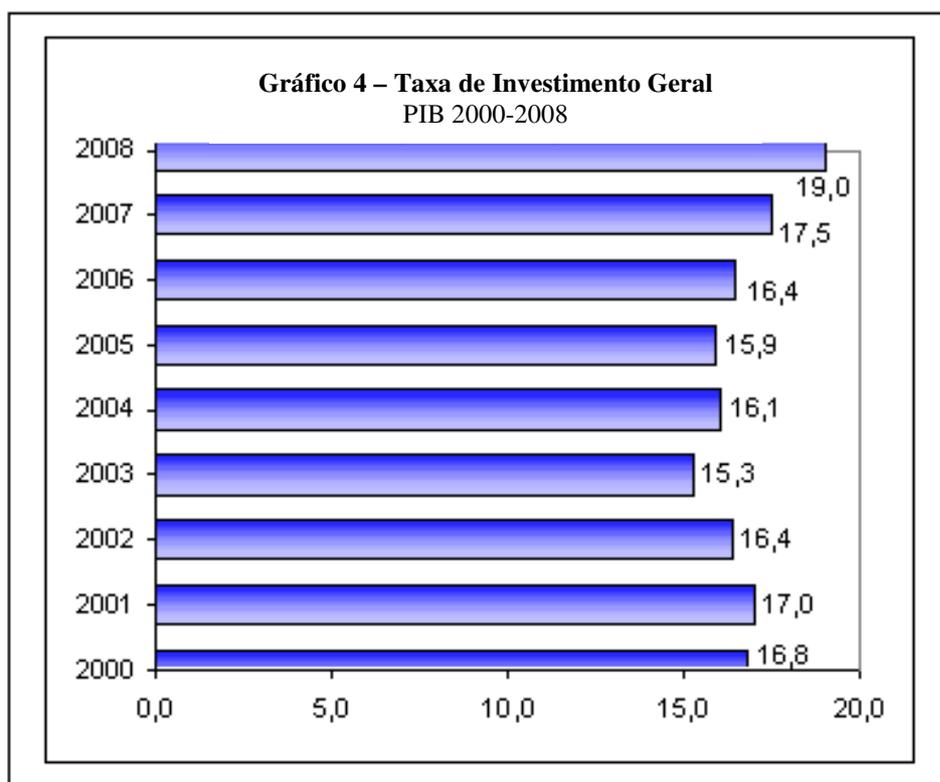


Fonte: INEP / MEC. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/estatisticas-gastoseducacao-despesas_publicas-p.a._precos.htm

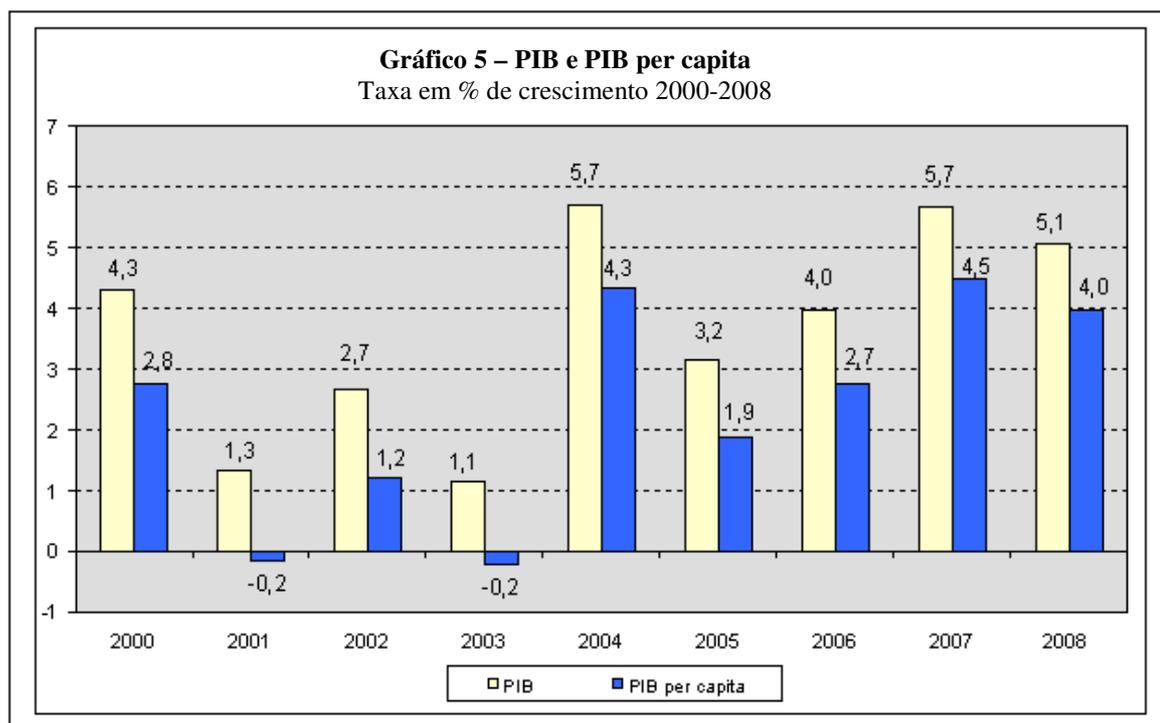
Olhando ainda para os gráficos, analisando o gráfico 4, abaixo, podemos verificar que, mesmo com as variações existentes na taxa de Investimento Geral do PIB, há um crescimento efetivo na taxa de investimento de 2000 até 2008. E somente no ano de 2008 foi de 19,0% do PIB, sendo a maior desde o início da série iniciada em 2000.

Analisando o gráfico 5, também abaixo, observamos que ele nos mostra que nos últimos anos houve a aproximação entre a percentagem da taxa do PIB e do PIB per capita, ou seja, nestes dois últimos gráficos constatamos que o nosso país pode efetivamente produzir mais riqueza e que os níveis de distribuição de renda estão mais equiparados nos últimos anos.

Então, isto nos leva as seguintes perguntas: por que então a educação continua sendo a prima pobre de toda a história? Por que mesmo estes dados sendo facilmente encontrados nos documentos oficiais do governo, a população, que é a maior prejudicada com a situação educacional de nosso país não cobra uma modificação postural por parte do Estado em relação a educação?



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Voltando um pouco na questão da pós-modernidade, bom, exatamente por estarmos inseridos nela, sofremos os efeitos da Globalização, isto quer dizer que não apenas as informações chegam com uma enorme rapidez a todos os cantos do mundo, como também as iniciativas políticas e tendências governamentais, isto implica que se um esquema econômico, político, cultural, habitacional e educacional está funcionando em alguma parte do mundo, logo ele estará sendo alastrado para o mundo todo, basta ver as ações estipuladas pelo Banco Mundial para os países do terceiro mundo.

E ainda se compararmos os investimentos brasileiros com os investimentos internacionais, tomando por base as análises do Banco Mundial, podemos dizer que o mito de que o Brasil investe muito em educação e que o problema real seria a aplicação incorreta dos recursos acaba sendo desfeito, pois os recursos destinados à educação são mínimos, ainda no caso do ensino superior.

Que há uma aplicação dos recursos, no mínimo equivocada, isto é verdade, porém se pegarmos dados de 2007, por exemplo, veremos que no projeto de Lei do Orçamento da União está previsto o comprometimento de 59,5% dos recursos da União para o refinanciamento, amortização ou pagamento dos juros da dívida pública. Portanto, não restam dúvidas de que a prioridade do governo tem sido o pagamento dos encargos da dívida pública, externa e interna.

Vale ainda registrar que o governo, juntamente com a ação de pagamento da dívida, vem adotando uma política de contingenciamento de recursos, concentrando a execução dos programas e ações no final do ano, com a finalidade de garantir o superávit primário e, assim, passando a mensagem aos credores que o governo possui intenções de economizar.

A principal contradição que podemos identificar na política governamental é que segundo a UNESCO, investir em educação significa pensar em médio e longo prazo, visando as estratégias sustentáveis de desenvolvimento e demonstrando que os investimentos públicos em educação devem ser uma prioridade de Estado. A partir desta constatação, é lançada uma proposta da negociação de conversão de parte da dívida externa brasileira por investimentos em educação de qualidade.

A proposta da UNESCO deixa evidente que a defesa da conversão da dívida por investimentos em educação está baseada em dois elementos centrais: a necessidade de que os países devedores, assumam, mesmo que parcialmente, o pagamento das dívidas e uma concepção de educação nos marcos tanto da produtividade econômica, como da coesão ou pacto social em torno do projeto burguês de sociabilidade.

A proposta da troca da dívida é um mecanismo inovador para ajudar os países pobres e países em desenvolvimento e pela primeira vez uma instância da ONU - Organização das Nações Unidas leva à questão da dívida para o terreno da cooperação. A resolução, aprovada por unanimidade por 96 ministros de Educação na 33ª Conferência Geral da Unesco, trata de uma vitória diplomática histórica.

Com base nas metas do Educação para Todos, a CEPAL, em parceria com a UNESCO, divulgou, recentemente, estimativas de investimentos adicionais necessários para o alcance de quatro objetivos educacionais até 2015:

- Universalização da educação infantil,
- Universalização do acesso à educação primária e à conclusão dos cinco primeiros anos do ensino fundamental,
- Elevar para 75% a taxa de escolarização no ensino médio,
- Erradicar o analfabetismo.

O tema vem sendo também objeto de discussão e apoio no âmbito da (OEA) Organização dos Estados Americanos, da Organização dos Estados Ibero-americanos OEI e do Mercosul. As tendências apontam, portanto, para um aumento no volume de ajuda internacional destinada ao desenvolvimento.

Os recursos provenientes de eventuais operações de conversão da dívida devem ser investidos de forma a provocar um choque de qualidade no ensino fundamental e tal choque

de qualidade deve visar ao aumento de eficiência do sistema educativo, gerando um círculo virtuoso de ampliação dos recursos disponíveis para novos investimentos. Face a tal cenário, faz-se fundamental criar alternativas que permitam assegurar os investimentos necessários à educação de qualidade.

O que podemos reparar é que o pano de fundo da formação de professores no Brasil vai muito além da formação em si, que a formação é deficitária, isto é inegável, porém, como obter uma melhora na formação destes professores, se há uma luta sendo travada pela manutenção da escola enquanto instituição de ensino e não como um reles mercenário do saber?

Como vimos acima existe uma gama de influências externas que acabam interferindo diretamente no processo pedagógico e, logicamente isto prejudica muito a formação dos professores no país. E para piorar, a maior parte destas influências externas, teoricamente, poderiam ser no mínimo amenizadas se houvesse uma ação governamental de valorização da educação e conseqüente valorização do professor, isto apenas para pegar dois aspectos, pois se formos a fundo nesta questão, veremos que ao desvalorizar a educação, na verdade estamos desvalorizando toda uma sociedade e condenando as aspirações das gerações futuras a serem apenas sombra e pó.

E se isto tudo não bastasse, ainda temos o ranço histórico da formação de professores para assombrar o destino dos futuros profissionais, afinal, no Brasil as licenciaturas foram criadas inicialmente nas antigas faculdades de filosofia, como conseqüência da preocupação com a regulamentação do preparo de docentes para a então escola secundária. E já que a formação de professores teve início nas faculdades de Filosofia, nada mais justo do que as disciplinas pedagógicas serem preteridas às disciplinas de conteúdo específico, onde tínhamos a divisão de um ano de duração para as primeiras e três anos de duração para as segundas, ou seja, era adotado o que conhecemos como modelo da racionalidade técnica, onde o professor é identificado como um especialista, um técnico. Somente após o domínio deste conteúdo é que o professor partiria para uma situação prática.

E muito deste tipo de modelo veio persistindo até os dias atuais, para tanto, basta assistir a uma aula dentro das grandes cátedras, veremos um festival de egos sendo expostos, onde quem tem maior valor é quem possui a maior técnica, o maior domínio de assunto específico, e só para ressaltar, ter todo este domínio acerca da especificidade de um assunto não significa que o professor está apto a transmiti-lo aos alunos, aliás, é comum ser bem o contrário.

Afinal, quem é professor sabe que a sala de aula é algo à parte de qualquer tipo de teoria que lhe tenha sido explicada, por este motivo seria de fundamental importância a concomitância do emprego do que é aprendido nas disciplinas teóricas, com a vivência da prática, é necessário que sejam apresentadas situações reais de sala de aula o quanto antes, pois por mais que a teoria seja de valor incontestável, o material trabalhado em sala de aula é humano e, neste caso, nada substitui a prática de saber lidar com ele. Além, logicamente, de poder fornecer uma integração entre o que está sendo aprendido e o que está sendo colocado em prática com os alunos em sala de aula.

Além do modelo apresentado acima, há um tipo alternativo de formação de professores chamado modelo da racionalidade prática. Neste modelo, o professor é considerado um profissional autônomo, desta forma, é ele quem toma decisões e reflete acerca das situações discutidas em sala, conseqüentemente, criando durante sua ação pedagógica, o ato de reflexão, ou seja, ele sai do patamar de mero retransmissor de informações, para ser um co-autor da dinâmica do conhecimento, lógico que esta ação é bem mais trabalhosa, afinal o professor se apresenta não como um guardador do saber, e sim como uma pessoa real que está trocando experiências com o seu aluno. De acordo com este modelo, a prática não é apenas o *locus* que serve para fazer a aplicação de um conhecimento científico e pedagógico, ela vai muito além, ela se torna o espaço efetivo de reflexão, contestação e, principalmente, criação.

O que acabamos percebendo é que as atuais políticas brasileiras voltadas para a formação dos profissionais da educação parecem estar mais consonantes com modelo da racionalidade prática. As propostas curriculares que vêm elaboradas estão, cada vez mais, rompendo com o modelo anterior, mostrando que a prática possui uma função essencial nesta preparação profissional, para tanto, o desenvolvimento da prática docente deve fazer parte dos primeiros momentos do curso de formação, propiciando que os problemas e questões reais de uma sala de aula sejam levados para discussão nas disciplinas teóricas. Desta forma, os blocos de formação deixam de ser dissonantes e passam a trabalhar articulados e concomitantemente.

Devemos, porém, lembrar que o embasamento teórico na formação de professores é imprescindível e indispensável para o bom preparo dos futuros profissionais e que o rompimento com o modelo antigo não deve supervalorizar unicamente da prática afinal, da mesma forma que não basta o domínio de conteúdos específicos ou pedagógicos para que uma pessoa já possa ser chamada de bom professor, também não é suficiente ter apenas contato com a prática. A chave para a formação de qualidade é o equilíbrio, pois basta estar em uma sala de aula para saber que a prática pedagógica não é isenta de conhecimentos teóricos e que estes adquirem novos significados quando estão diante da realidade escolar.

Não há dúvidas que as atuais mudanças nas estruturas jurídicas e legais da educação brasileira deixam clara a necessidade da criação de um projeto pedagógico para a formação de professores nas instituições de ensino superior. Como também há a necessidade de ficarmos muito atentos para que as recentes políticas educacionais não acabem transformando a questão da formação de professores nas já tão conhecidas práticas de improvisação, aligeiramento e desregulamentação.

Por mais que as novas Leis e Diretrizes ainda estejam longe de serem perfeitas, é inegável que as mudanças estão ocorrendo, basta agora saber identificar quais mudanças são boas e devem ser mantidas e melhoradas.

Capítulo 5

A pós-modernidade e o papel do professor

A escola é uma instituição financeira que vende diplomas, o aluno é o consumidor interessado em comprar o diploma e o professor é o cara que quer atrapalhar as negociações.
(George Bernard Shaw)

Como vimos anteriormente a pós-modernidade produziu mudanças mais do que significativas na forma com que o homem vê o mundo e até como ele vê a si mesmo. Tais mudanças geraram graves conflitos de identidade e, no galope desenfreado que a Globalização vem assolando a tudo somado a constante adequação do Capitalismo a todas as modificações causadas por suas incisivas práticas, logicamente que só temos uma prévia do fosso onde estamos metidos, pois enquanto contemporâneos pós-modernos, podemos analisar as conseqüências finalizadas ou ainda em processo de observação desde o surgimento da modernidade, bem como, as suas modificações e transformação dentro de um período já considerado pós-moderno, porém não temos dimensão completa do Titã que estará dominando o mundo em um futuro ao qual nem poderíamos imaginar, dadas as metamorfoses que o vírus capitalista é tão perito.

Em meio a toda a turbulência deste vôo sem destino fixo está a educação, sendo pautada por diretrizes político-econômicas, pensadas sempre com base na quantidade de votos, no maior lucro e na melhor forma de dominação. Daí temos uma vasta gama de exemplos de como as ações político-econômicas aniquilam a função educacional, por exemplo, muitos entendem que a distribuição de merenda nas escolas é algo fundamental, assim como a proliferação de programas assistencialistas, sem se atentarem que esta é uma manobra político-econômica que serve para mascarar a perda salarial real do trabalhador ao longo dos anos, que mascara o assombroso arrocho salarial que toda a classe trabalhadora vem sofrendo, o que aparentemente é uma coisa boa, que irá ajudar as famílias mais pobres na manutenção de seus lares, nada mais é do que uma artimanha sórdida que ajuda na perpetuação da pobreza, pois não são paliativos que ajudarão o país a ter uma melhor distribuição de renda e sim ações reais de valorização do trabalhador, do aluno, da família e do humano.

O cidadão deve ter o direito de poder escolher o que coloca dentro de sua casa, com o auxílio apenas de seu esforço próprio, provido pelo seu trabalho digno e, não ser transformado em um brinquedo submisso aos mandos e melindres políticos, submetido ao que supostamente é uma ajuda governamental, afinal, tal ajuda serve muito bem às diversas campanhas eleitorais que vemos estampadas em nosso país, manchando de vergonha um ato que deveria ser apenas cívico e que deveria servir como prova da soberania e liberdade de um povo.

Porém, para discutir melhor a pós-modernidade e o papel do professor, precisamos primeiramente discutir um pouco acerca da universidade e dos rumos que esta instituição vem tomando nos últimos anos, afinal, professores são formados nas instituições de ensino superior, portanto é fundamental falarmos das mudanças que elas andam sofrendo. Nas palavras de Marilena Chauí, em **A universidade pública sob nova perspectiva**, temos que:

A universidade é uma instituição social e como tal exprime de maneira determinada a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade como um todo. Tanto é assim que vemos no interior da instituição universitária a presença de opiniões, atitudes e projetos conflitantes que exprimem divisões e contradições da sociedade. (CHAUÍ, Marilena. **A universidade pública sob nova perspectiva**. Revista Brasileira de Educação. São Paulo: 2003)

Portanto, temos que universidade é um micro-cosmos da nossa sociedade, englobando, desta forma, os seus valores, princípios e especificidades, como também, os seus problemas e deficiências sociais, logo, ela é uma instituição social e, conseqüentemente, também está inserida dentro do contexto da pós-modernidade, influenciado pelo Neoliberalismo e pela Globalização.

Em seus textos **A universidade entre o sim, o não e o talvez** e **Educação superior no século XXI: discussão de uma proposta**, Sérgio E. M. Castanho coloca as instituições de ensino superior como uma entidade formada por todos os seus participantes, deixando de manter o professor num grau de isolamento e, neste aspecto, é fundamental que o professor seja visto como uma das partes integrantes do processo educacional, pois é somente a partir da agregação do professor a todos os componentes que tornam o ensino possível é que podemos entender o papel que o professor ocupa na sociedade e o quanto a sociedade e suas instituições interferem na questão educacional.

Também é apresentada a questão da incerteza universitária, que parece atualmente ser um pouco da incerteza que assola toda a humanidade, pois atualmente nos vemos imersos nesta vastidão de dúvidas de posicionamentos, afinal na era da veneração da imagem, ter uma

imagem inadequada é quase suicídio. Porém, como criar uma imagem se não se sabe ao certo o que se quer, o que se é e a que veio?

E é exatamente nesta dúvida de não saber a que vieram que as instituições de ensino superior se encontram, cercadas por abismos, que começam não nas universidades, mas na sociedade, só que se formos analisar o material que as instituições de ensino superior trabalham, seria incoerente pensar em uma instituição isenta de crise, pois o humano evolui pela contestação, pelo embate, pela crítica, pela constante luta entre os antagonismos existentes em sua alma, pelo eterno duelo entre o certo e o errado, entre o bem e o mal, e como ser isento de crise, se é a crise que nos move e nos direciona, afinal, a universidade é uma instituição social e enquanto social ela é influenciada por todos os aspectos que envolvem o humano e as suas necessidades, pois como o próprio autor diz, as principais características acerca das universidades são a criticidade e a criatividade, e segundo Castanho: elas referem-se precisamente a seu núcleo de crise. De fato, criticidade, até etimologicamente, é a capacidade de pensar a crise. E criatividade não é senão a capacidade de inventar soluções para as crises.

Portanto, tal qual outras instituições seculares como a família, o Estado, a Igreja, a sociedade, o trabalho, a propriedade, a universidade sofreu e sofre inúmeras transformações e rupturas durante o percurso de seus mil anos de existência, contudo, há uma linha de continuidade e, como praticamente tudo no curso da história, ela se amolda às diferentes configurações sociais apresentadas para se redefinir.

E em países subdesenvolvidos, como é o caso do Brasil, as realidades que a universidade tem que enfrentar são aterradoras, afinal, ela não trabalha apenas com as questões educacionais, ela trabalha com as questões da exclusão social e política de uma boa parte da sociedade, a pobreza e o desnivelamento educacional, violência urbana, falta de recursos, analfabetismo funcional, entre outras que acabam denunciando que não podemos e nem devemos achar que as instâncias educacionais trabalham separadas, muito pelo contrário, a defasagem e despreparo que vemos muitas vezes em nossas universidades hoje, é o reflexo da mesma defasagem e despreparo dos níveis de ensino fundamental e médio.

Como vimos nos capítulos anteriores, toda esta nova conjectura mundial, propiciou, particularmente dos anos 90 até os dias atuais, uma significativa reforma do Estado, bem como, uma reforma junto às suas estruturas, que ao definir os setores que o compõem, designou um desses setores como fazendo parte daqueles não exclusivos do Estado e, nesta situação foram colocadas a educação, a saúde e a cultura. Tratar a educação como fazendo parte de um setor de serviços não exclusivos do Estado implicou que:

- a) que a educação deixou de ser concebida como um direito e passou a ser considerada um serviço;
- b) que a educação deixou de ser considerada um serviço público e passou a ser considerada um serviço que pode ser privado ou privatizado. (CHAUÍ, Marilena. **A universidade pública sob nova perspectiva**. Revista Brasileira de Educação. São Paulo: 2003)

A reforma do Estado ainda acabou definindo a universidade como uma organização social e não como uma instituição social, isto implica que enquanto organização, a universidade fica limitada, uma vez que ela será entendida como uma empresa, sendo sujeita a avaliações por índices de produtividade e regulamentada por contratos de gestão, busca estratégias e programas voltados para a eficácia da organização, transformando o desenvolvimento de pesquisa em apenas mais uma mercadoria, que segue as exigências de mercado imposta por seus financiadores, ou seja, deixamos de ter a universidade para fundar a “empresa universitária”, podendo ser denominada, segundo Marilena Chauí, como universidade operacional.

Toda esta situação faz com que a “empresa universitária” seja imposta, por exemplo, a ter uma grande quantidade de publicações científicas que expressem qualidade e inovação, afinal, como em qualquer empresa, ela está sujeita ao processo de avaliação, que no caso da universidade está condicionado à produção acadêmica, ao comparecimento em congressos e simpósios, que por sua vez influencia diretamente na profissão do professor, no que diz respeito à conservação do emprego, ascensão na carreira e obtenção de financiamento de pesquisa, afinal, na avaliação do “funcionário” professor, todo o desenvolvimento científico dele influenciará no resultado da avaliação. O professor passa a ter metas estipuladas dentro do desenvolvimento do seu trabalho, porém, estipulá-las e até cumpri-las não significa que o papel educacional da universidade foi cumprido.

Outro fator levantado por Marilena Chauí é a questão apresentada por David Harvey em **Condição pós-moderna**, denominada como “compressão espaço-tempo”.

A compressão espaço-temporal produz efeitos também nas universidades: diminuição do tempo de graduação e pós-graduação, do tempo para realização de dissertações de mestrado e teses de doutorado. A velocidade faz com que, no plano da docência, as disciplinas abandonem, cada vez mais, a necessidade de transmitir aos estudantes suas próprias histórias, o conhecimento de seus clássicos, as questões que lhes deram nascimento e as transformações dessas questões. Em outras palavras: a absorção do espaço-tempo do capital financeiro e do mercado da moda conduzem ao abandono do núcleo fundamental do trabalho universitário, qual seja, a *formação*. (CHAUÍ, Marilena. **A universidade pública sob nova perspectiva**. Revista Brasileira de Educação. São Paulo: 2003)

Ainda mais do que um abandono da formação como núcleo fundamental do trabalho universitário, tal situação revela uma completa superficialidade educacional à medida que partes importantes da formação acadêmica são deixadas fora dos currículos universitários em nome da lucratividade e ganho de tempo. Porém, como podem afirmar que tal situação produz um ganho de tempo se o indivíduo foi desprovido de um ganho em conhecimento, que fatalmente influenciará em uma deficiência frente à competitividade do mercado.

Há a necessidade de uma mudança postural frente à educação por parte do Estado, ele precisa parar de entendê-la como um gasto, para entendê-la como um investimento, pois dinheiro investido em educação representa ganho social, político, cultural, tecnológico e educacional. Ao analisá-la como gasto, o Estado apenas cria mais mecanismos de segregação e discriminação social, pois ela acaba se tornando um privilégio para poucos e não um direito adquirido para todos, para tanto, devemos defender a educação pública e a sua universidade, lutar contra a privatização do ensino público superior e romper com os modelos propostos e implantados pelos órgãos internacionais no Brasil, que ao invés de solucionar os problemas, apenas faz com que eles sejam aprofundados, uma vez que o dinheiro público que deveria ser empregado nas instituições públicas é direcionado para instituições privadas, gerando, com algumas exceções, uma queda de qualidade e profundidade de ensino.

Devemos trabalhar para desfazer o lapso ocorrido entre massificação e democratização do ensino superior, pois não há como democratizar se não modificarmos as estruturas e, para tanto, a universidade deve articular com os demais níveis de ensino, portanto, é necessário que sejam feitas severas modificações no ensino fundamental e médio públicos, pois de outra forma, continuaremos apoiando a exclusão social e cultural das camadas mais pobres de nossa sociedade. A real democratização do ensino público somente é possível a partir de uma reforma dos níveis de ensino fundamental e médio, baseada na retomada da qualidade educacional.

A relação democrática entre Estado e universidade pública depende do modo como consideramos o núcleo da República. Este núcleo é o fundo público ou a riqueza pública e a democratização do fundo público significa investi-lo não para assegurar a acumulação e a reprodução do capital – que é o que faz o neoliberalismo com o chamado “Estado mínimo” –, e sim para assegurar a concreticidade dos direitos sociais, entre os quais se encontra a educação. É pela destinação do fundo público aos direitos sociais que se mede a democratização do Estado e, com ela, a democratização da universidade. (CHAUÍ, Marilena. **A universidade pública sob nova perspectiva**. Revista Brasileira de Educação. São Paulo: 2003)

A docência e o papel do professor precisam ser repensados e revalorizados, assegurando que os professores tenham uma formação aprofundada e de qualidade. Garantir

que as instituições de ensino ofereçam condições de trabalho adequadas, tanto de infraestrutura, quanto de segurança e bem estar, e propiciar boas condições salariais, que possam permitir ao professor que se dedique à docência e à pesquisa, contribuindo, desta forma, para que ele continue aprimorando os seus conhecimentos.

Como também há a necessidade de ser restabelecida a autonomia das universidades quanto à definição de suas linhas de pesquisa e prioridades. A questão da valorização da pesquisa exige que sejam desenvolvidas políticas públicas de financiamentos próprios para tal finalidade.

E em meio a todos os questionamentos lançados acerca de como a universidade é e como ela poderia ser, temos o professor, tentando transmitir o conhecimento para uma sociedade que já nasceu cercada por todos os tipos de coerções, uma sociedade que se ilude e troca o seu livre pensar e refletir pelas mais novas tecnologias, que acredita em tudo aquilo que vê na televisão, sem ao menos questionar os porquês de uma notícia estar sendo veiculada ou não, que não lê mais um livro, afinal, para que se o resumo está a apenas uma busca na internet, sem se atentar que o resumo não traz a riqueza de detalhes, não o projeta no meio da história, não lhe dá vazão ao questionamento e formulação do raciocínio próprio.

Uma sociedade que se priva do trabalho de descobrir as coisas em nome da praticidade, da agilidade, da rapidez e julga tudo o que não participa de bits e bytes como sendo algo velho, sem se atentar que o novo só existe porque o velho existiu e desvendou os caminhos que guiaram as futuras gerações até uma nova descoberta, a uma nova invenção, a uma nova tecnologia, a uma nova teoria, a uma nova jornada. Chega mesmo a ser ilógico e muito irônico como uma geração que diz zelar tanto pelo seu ícone computador, que aliás possui como premissa de seu desempenho conseguir transmitir as informações por uma cadeia sequencial, lógica e contínua, esta mesma geração não consegue fazer sozinha uma seqüência lógica e contínua de pensamentos, julgamentos e reflexões.

E o professor, algumas vezes também fruto desta geração doutrinada e dominada pela máquina, tem que trabalhar empregando aquele livro considerado velho, com recursos limitados ao giz e à lousa, tendo que empregar dos mais diversos subterfúgios para apreender a atenção de quem, em muitos casos, vê na educação superior apenas a oportunidade da obtenção de um diploma, sem no entanto nem cogitar a hipótese de que a universidade seja o local ideal de adquirir conhecimento.

É inegável que a condição pós-moderna contribui ainda mais para a intensificação dos problemas sociais e, juntando esta conjectura as ações governamentais sempre engajadas apenas no que é melhor no plano político-econômico, acaba por colocar o sistema educacional

e o professor na condição de qualquer outro tipo de serviço ou trabalhador, ou seja, a educação perde a sua essência e o professor vira apenas um mero repetidor de tarefas e executor de metas de qualidade, quando na verdade ele deveria ser o incentivador do desenvolvimento daqueles alunos, instigador de atos reflexivos e exemplo para ações de engrandecimento humano.

Incrível é saber o quanto este trabalho deveria ser rico e único, porém transformaram o professor em apenas uma engrenagem estática e substituível na máquina estatal. Esta situação é lamentavelmente cruel, afinal, quando temos um desenvolvimento adequado das atividades intelectuais, temos a possibilidade de dar asas ao homem, fazendo com que ele saia da condição comum. Afinal, a mente em um corpo atrofiado consegue desenvolver trabalhos importantíssimos, como, por exemplo, o do escultor, entalhador e arquiteto brasileiro Antônio Francisco Lisboa, mais conhecido como Aleijadinho, ou do cientista, físico teórico e cosmólogo britânico Stephen Hawking, ou do compositor alemão Ludwig van Beethoven, porém o corpo, mesmo estando em pleno e perfeito estado físico, sem a mente, é apenas um corpo.

O nosso cérebro é tão fundamental que é ele que transmite todas as ações e funções que devem ser desenvolvidas pelo nosso corpo inteiro e tal qual todo o restante do nosso corpo, ele também deve ser exercitado para que não se atrofie e não há melhor exercício para manter um cérebro saudável do que o conhecimento, o desvendar de novas atividades e coisas, estudar, ler, refletir e desenvolver as suas próprias idéias.

O mais incrível é que hoje, em virtude das novas tecnologias, temos muito mais tempo e recursos para desenvolver qualquer tipo de atividade, inclusive a cerebral, porém, como acontece desde os primórdios, isto é uma questão de escolha individual de cada um, cabendo unicamente ao próprio indivíduo escolher dispor do seu tempo para executar uma atividade que leve ao seu desenvolvimento cerebral.

Pior ainda é que a pós-modernidade com toda a sua tecnologia, globalização, futilidade e consumismo, facilidades, robotização, acaba levando o homem, sem que ele perceba, ou sem que ele queira perceber, a ser cada vez mais uma pessoa dependente de todos estes recursos, o homem se torna um viciado tecnológico, um viciado em consumo e mínimo esforço, um doente incapaz de sanar o mal que o assola, afinal extinguir o mal é extinguir tudo o que o identifica enquanto homem pós-moderno.

A pós-modernidade cria acima de tudo um homem baseado unicamente no mais do mesmo, ela forja a mesmificação e o pior é que as facilidades que ela apresenta são colocadas

em embalagens tão bonitas que praticamente todos acabam comprando a idéia e se acostumam com o mal que lhes mata, mas não lhes causa dor.

Temos então que o sistema educacional e o professor estão acuados entre as suas inúmeras obrigações e a isenção de seus direitos, eles têm que lutar contra políticas de manipulação, inadequação das condições de formação, exploração de trabalho, falta de recursos e tecnologias, condições adversas dos alunos em questões sociais e educacionais. Isto sem contar que, em uma boa parte dos casos, mesmo lutando e tentando fazer algo frente a todas estas contrariedades, o professor é acusado de ser o culpado pela falência educacional, afinal, um único culpado, no caso a classe do professorado, é algo mais fácil de executar do que tentar mudar todo um sistema baseado em manipulações políticas, econômicas e mercadológicas.

Temos, então, que o professor universitário brasileiro sabedor de todas as contrariedades que enfrenta tem que tomar a decisão de encarar a educação não apenas como uma coleção de conhecimentos que deverá ser passado aos alunos, ele deve, antes de tudo, encarar a educação como sendo um agente social, capaz de lançar idéias, de incentivar a crítica e reflexão, transformar o mundo pela apropriação de consciência.

Isto me faz lembrar o filme **Sociedade dos Poetas Mortos**, onde o professor apresenta ter plena consciência do papel educacional. Ele leva os alunos a pensarem, refletirem, contestarem e a tomarem as suas ações a partir deste pensar, refletir e contestar, lógico, que os fatores externos e a pressão da sociedade levam muitos a ignorar a necessidade de uma tomada de consciência acerca de tudo o que há ao nosso redor, porém o fato dele conseguir atingir alguns alunos com as suas idéias, fatalmente modificará a vida daqueles atingidos para sempre, pois a partir do momento em que temos a noção reflexiva das nossas ações e tomamos consciência delas, não há como voltar a um estágio de ignorância.

E é este o papel do professor universitário, é levar o indivíduo a conscientização, instigá-lo a refletir acerca de tudo, forçar o questionamento e, desta forma, contribuir para a constituição de um indivíduo e não apenas mais um indivíduo.

Eu sei que esta tarefa não é fácil, pois para levar alguém a ter consciência, primeiramente temos que adquirir a nossa, desenvolvê-la, tornar a nós mesmos os primeiros reflexivos e contestadores, buscarmos saber o que realmente nos torna mais do que carne e ossos, lógico que este é um exercício para toda uma vida, porém é um exercício que seguramente nos levará a sermos melhores.

Muitos diriam que ser professor é como ser celibatário, outros diriam que é só possuir técnica, outros que deve ter dom, eu diria que é ter um pouco de consciência acerca de onde se vive, de que condições temos em mãos, de quem somos e de quem poderemos ser.

Capítulo 6

Conclusões Finais

Podemos facilmente perdoar uma criança que tem medo do escuro. A real tragédia da vida é quando os homens têm medo da luz. (Platão)

A vida é uma pedra de amolar: desgasta-nos ou afia-nos, conforme o metal de que somos feitos. (George Bernard Shaw)

A morte não é a maior perda da vida. A maior perda da vida é o que morre dentro de nos enquanto vivemos. (Pablo Picasso)

Ao verificar a formação de professores no Brasil é inevitável que façamos parâmetros com outras profissões que ainda mantêm o status de outrora, porém a máxima que observamos em relação à formação de professores e a classe do professorado brasileiro não é apenas a perda salarial, a perda de status ou a displicência com a formação destes profissionais, acabamos verificando algo ainda pior, temos exposta em chagas a completa displicência e desinteresse coletivos acerca da questão educacional no Brasil.

Analisando a educação superior de uma forma geral, constatamos que evidentemente houve uma amplificação das redes de ensino superior, bem como o número de vagas ofertadas, porém, vemos a amplificação apenas quantitativa e não qualitativa, como prova disto, e com base em dados acerca do curso de direito, fica claro o quanto grave está a situação do ensino superior no Brasil, por exemplo, são os resultados da OAB, no exame de 2009, segundo o Jornal O Estado de São Paulo – Estadão de 27 de maio de 2009, temos que:

Apenas 12% dos 18.925 candidatos do Estado inscritos na prova foram aprovados para a segunda etapa do exame. Com esse resultado, São Paulo ficou à frente de apenas dois Estados, Amapá, com 11,6%, e Mato Grosso, com 11,8%. Sergipe ficou em primeiro lugar, com 33% de aprovação. O índice médio de todo o País foi de 17%, para um total de 59.834 inscritos. (Fonte: Jornal O Estado de São Paulo – Estadão de 27 de maio de 2009)

O que os dados revelam é que 88% de formandos em direito dentro do Estado de São Paulo e 83% de formandos em todo o país, não possuem conhecimentos suficientes para serem aprovados no exame da ordem.

A porcentagem de reprovados apresentada no estado de São Paulo é uma coisa absurda, afinal, São Paulo por ser um grande centro, teoricamente, possui condições de dispor de todos os recursos mais avançados, os professores mais bem preparados e as escolas mais renomadas, ainda pior é ter a consciência de que estas instituições de ensino possuem a falta de comprometimento educacional a ponto de colocar tais cursos no mercado e o que consegue ser definitivamente deplorável é saber que existem pessoas tão pouco preocupadas com a sua educação que se submetem a “estudar” em tais instituições, e a troco de quê? Apenas para conseguir um diploma universitário? Por favor, nestas condições seria melhor ser um não universitário do que um portador de diploma sem o conhecimento necessário para a sua área de atuação, afinal, na prática, se a escola não cobrar o conhecimento do aluno, o mercado de trabalho acabará cobrando e, conseqüentemente, temos apresentada uma situação cada vez mais comum, que é vermos uma série de graduados trabalhando em subempregos por não conseguirem colocação em suas áreas de formação.

Voltando ao professorado brasileiro, o governo do Estado de São Paulo implantou nos últimos anos uma prova de desempenho para os professores, que da forma como é empregada, acaba sendo nada mais do que um subterfúgio para se eximir da culpa pela completa desmoralização da educação estadual, pois o mesmo governo submete os professores a uma jornada dupla e muitas vezes tripla de trabalho para conseguir obter um salário que pelo menos não os submeta a total mendicância, o mesmo governo não oferece condições dignas de trabalho, pois as escolas sempre estão com um número de alunos por classe muito acima do ideal, afinal a recomendação do MEC é de 25 alunos por classe, e o que vemos na realidade de São Paulo é um número que varia de 40 até 50 alunos por sala, isto sem contar as inúmeras doenças que os professores acabam desenvolvendo em virtude das condições de trabalho, tais como rinite alérgica, em virtude da péssima qualidade do giz, stress, que é uma das principais causas de afastamentos médicos entre o professorado, tendinites, pela repetição constante de movimentos. Segundo o livro **Educação: carinho e trabalho** de Wanderley Codo, um a cada quatro educadores sofre de exaustão emocional e, ainda no mesmo livro temos que 48% dos educadores, ou seja, praticamente metade da classe, sofre com algum sintoma da Síndrome de Burnout.

Segundo a APEOESP, em pesquisa desenvolvida junto à classe do professorado no ano de 2010, dos participantes da pesquisa, cerca de 63,2% declararam ter jornada de trabalho

superiores a 36 horas semanais, 54% ministram aulas para classes com mais de 35 alunos, 75,5% declaram que a pior dificuldade em sala de aula é a dificuldade de aprendizagem dos alunos e 57,5% sofrem com a violência na escola. Com base na mesma pesquisa da APEOESP, no quesito diagnóstico confirmado de doenças junto aos entrevistados, o stress aparece em 48,5% dos professores, 36,0% desenvolveram problemas de voz, 32,8% apresentam rinite e 26,6% apresentam depressão. Em meio a tantos problemas vem o governo com uma prova para testar o conhecimento dos professores? Pior é saber que as condições apresentadas são de escolas bem localizadas, nem me atrevera a relatar as condições da periferia. Agora me digam que carrasco é este que desmoraliza, deixa o cidadão trabalhar dentro das piores condições possíveis, ganhando horrivelmente mal, sofrendo no mínimo de um grande desgaste emocional, sem tempo para se reciclar e trabalhando em dois, ou até três turnos e ao fim de um exame a culpa pela falência educacional ainda é dele?

É realmente uma coisa incrível, mas não me lembro de ter existido alguma prova que testasse a competência dos governantes e nem tentem dizer que as urnas mostram quem fez um bom mandato ou não, porque um povo que acha legal e, eu diria até conveniente, um tipo de sistema educacional que adota praticamente a aprovação compulsória com base na análise global, definitivamente este povo não está apto a votar com base em uma análise crítica da situação política.

E só para piorar um pouco, olhando para as peculiaridades da trajetória do professor e de todas as provações as quais esta classe vem sendo barbaramente subjugada, ao olhar para as problemáticas da quantificação em detrimento da qualificação e da terceirização e privatização do sistema educacional parecem até um prêmio, afinal, elas são apenas partes de um conjunto de desafios existentes dentro da relação Estado, política, economia, educação e sociedade.

A real dúvida agora é tentar saber qual será o postura adotada pelas instituições de ensino superior no desenvolvimento de nossa sociedade, qual será o grau de responsabilidade e a forma de interação da educação superior frente às novas e cada vez mais brutais exigências introduzidas pela globalização econômica e tecnológica. Qual será o seu posicionamento no combate às desigualdades sociais e à democratização do saber. E a sociedade, pretende mesmo se manter “em berço esplêndido”?

Afinal, se há um consenso em relação à formação de professores e a trajetória de trabalho do professor em nosso país, este baseia-se no crescente desestímulo dos jovens quanto à escolha do magistério como uma opção de profissão e de desenvolvimento de trabalho. E tal desestímulo nem pode ser recriminado, afinal, de uma forma geral, o que

vemos sendo associado à profissão do professor é a desmotivação, aliada à falta de tempo dos professores e à falta de incentivo por parte de seus empregadores, sejam eles governo ou iniciativa privada, na busca de aperfeiçoamento e aprimoramento profissional, vemos, diariamente, a mais completa desmoralização da classe, dadas as suas péssimas condições de trabalho, seus salários completamente defasados, sua jornada de trabalho excessiva e a incompreensível inexistência de um plano de carreira adequado. Dito isto, só podemos entender que a docência ou deve ser coisa de abnegado, ou de vocação, ou o que pode até ser o mais plausível se levarmos em consideração a questão religiosa, um expurgo de pecados.

Porém, não podemos negar que de uns anos para cá, o Brasil vem discutindo a questão da formação de professores e, realmente foi e ainda continuam sendo desenvolvidos conjuntos de leis que possuem o intuito de regulamentar tal prática, e de acordo com o que vem sendo desenvolvido, parece que há o interesse em romper com o atual modelo adotado para a preparação dos profissionais da área da educação.

Em contra partida, devemos nos manter muito atentos, pois a preparação deste profissional não deve e nem pode ser feita a “toque de caixa”, a urgência em qualificar, cada vez mais, um grande número de educadores, visando tê-los, o quanto antes, disponíveis e preparados para ensinar uma população escolar cada vez maior e que só tende a crescer, aliado à falta de investimentos financeiros adequados por parte do governo, fatalmente, poderá nos levar para o caminho da repetição dos erros já cometidos no passado, conseqüentemente, estaremos à margem de reviver os cenários de improvisação, inadequação, aligeiramento, desregulamentação e falta de preparo na formação de professores em nosso país.

Um outro aspecto recente das discussões acerca da formação deste profissional em nosso país é o consenso que os currículos de formação de professores, baseados no modelo da racionalidade técnica, provaram ser inadequados à realidade da prática profissional docente. Entre as principais críticas consideradas acerca deste tipo de modelo estão: a questão da separação entre a teoria e a prática quanto à preparação do profissional, a prioridade dada à formação teórica em detrimento da formação prática e a concepção de que a prática é o mero espaço onde os conhecimentos teóricos devem ser aplicados. Mais um equívoco acerca deste modelo é a crença de que para ser um bom professor basta possuir o domínio pertinente à área do conhecimento específico ao que se pretende ensinar, sendo que na prática, sabemos que não basta o domínio do conhecimento, sem a capacidade de transmiti-lo.

Definitivamente devemos nos conscientizar enquanto sociedade de que precisamos investir mais em educação, mas, sobretudo, precisamos e devemos investir melhor, afinal, a

educação deve ocupar lugar prioritário, não somente, na agenda e nos orçamentos nacionais, como também na vida e no dia-a-dia de cada cidadão. Afinal, a educação serve como alavanca do desenvolvimento de um país, portanto, se queremos criar um mundo melhor e tornar o nosso país um lugar que sirva de exemplo, ela deve definitivamente assumir um lugar prioritário, bem como, deve servir de instrumento para a igualdade social e democratização do saber.

Talvez eu seja um tanto quanto minimista e ingênua, porém creio que toda a solução deste grande problema que se tornou a educação e, conseqüentemente, o papel do professor na pós-modernidade, seria resolvido com a simples atitude de conscientização por parte de todos, porém ter consciência significa ter ética, ter moral e saber distinguir o que é certo do que é errado, e é aí que fica o “tendão de Aquiles” educacional, afinal ter consciência do que vem a ser ética, moral e do que é certo e errado é algo que se aprende muitas vezes na escola e como uma instituição dominada pelos mandos e desmandos de governos e governantes que só visam lucros, poderiam instruir o seu povo a ser ético, a zelar pelo certo em detrimento do errado, a promover a moralidade e os bons costumes?

Ter consciência requer reflexão e, no caso educacional, a reflexão tem que ser de toda a sociedade. Os governantes deveriam entender a educação como um instrumento de engrandecimento do homem, capaz de fazê-lo melhor e, conseqüentemente, tornando-o mais útil à sociedade, independentemente das manobras políticas que fossem melhores para “A”, “B” ou “C”.

As instituições de ensino deveriam ter a autonomia de poder ofertar e cobrar a melhor educação, mesmo que o preço fosse a repetência por parte daqueles que não obtivessem a absorção do conteúdo necessário para seguir em frente, assim, evitando a quantidade enorme de analfabetos funcionais que temos hoje em nossas universidades, afinal, é inadmissível uma criatura estar em uma universidade, ser um nativo da língua corrente e ao mesmo tempo não saber nem escrever ou expor as suas idéias.

As instituições de ensino deveriam poder tratar apenas da formação do indivíduo, sem ter que se preocupar em atingir metas, afinal o ser humano não é uma mercadoria para poder ter metas pré estabelecidas, ele pode até ser chamado de “máquina perfeita” do ponto de vista religioso, porém nunca deveria ser tratado como um objeto ou mercadoria que possui um valor de mercado, assim como a educação jamais deveria ser afastada de sua real função social que é educar, prover as condições para que o indivíduo se desenvolva completamente e transmitir conhecimento.

A sociedade deveria se identificar como um coletivo que deve lutar pelos seus direitos e deve lutar por ensino de qualidade, que antes até do que um direito, deveria ser uma obrigação, só que se conscientizar desta obrigação é assumir o quanto desleixada a sociedade vem sendo desde sempre. O indivíduo deveria zelar e cobrar cada vez mais uma educação de qualidade, afinal, ter consciência é saber o que é necessário e saber lutar pelo que é realmente importante e valoroso, porém, exigir ensino de qualidade possui a contra-partida de levar o indivíduo também ao esforço próprio, e neste sentido vejo o grande problema sendo desnudado, pois são poucos os indivíduos que estão dispostos a cobrar por algo que lhe infligirá um grande esforço próprio, mesmo que o maior beneficiado seja ele mesmo.

Ter consciência é ter ciência das suas próprias atitudes, das suas falhas e das suas possibilidades, bem como de tudo o que existe ao seu redor, para tentar transformar o todo em algo sempre melhor para o maior número possível de pessoas e é com muito pesar que eu assisto impotentemente a gestação de um mundo cada vez mais sem consciência.

Bibliografia Básica

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1998.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CAMARGO, José Márcio. UNESCO. **Dívida por educação – Efeitos sobre crescimento e pobreza**. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001493/149315POR.pdf>

CASTANHO, Sérgio E. M. **A universidade entre o sim, o não e o talvez**. In: VEIGA, Ilma P. A., CASTANHO, Maria Eugênia L. M. (orgs.). *Pedagogia universitária: a aula em foco*. Campinas, SP: Papyrus, 2000, p. 13-48.

CHAUÍ, Marilena. **A universidade pública sob nova perspectiva**. Revista Brasileira de Educação. São Paulo: 2003.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.

CODO, Wanderley (coord.). **Educação: carinho e trabalho**. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

DAVIES, Nicholas. **O financiamento da educação superior no governo Lula: uma loteria?** Disponível:
http://www.adur-rj.org.br/5com/popup/financiamento_ens_sup_lula_loteria.htm.

DEÁK, Csaba. **Globalização ou crise global?**. Disponível em:
http://www.usp.br/fau/docentes/deprojeto/c_deak/CD/3publ/01glob-cr/index.html

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de Classes e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1968.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder. Formação do patronato político brasileiro**. 7ª. ed. Rio de Janeiro: Globo, 1987.

GENTILI, Pablo. **Três teses sobre a relação trabalho e educação em tempos neoliberais**. In: LOMBARDI, J. et al. (Orgs.) **Capitalismo, Trabalho e Educação**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, HISTEDBR, 2002.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

KUHN, Thomas S. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. 3ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1990.

LEÃO, Emmanuel Carneiro. **O desafio da ética hoje em dia**. Disponível em:
<http://www.ifcs.ufrj.br/~sfjp/revista/downloads/o-desafio-da-etica-hoje-em-dia.pdf>

LIMA, Kátia Regina de Souza. **Financiamento da educação superior brasileira nos anos de neoliberalismo**. In: Silva Jr., João dos Reis, Oliveira, João Ferreira e Mancebo, Deise. (Org.). **Reforma universitária: dimensões e perspectivas**. São Paulo: Átomo e Alínea, 2006.

LIMA, Kátia Regina de Souza. **Reforma da educação superior do governo Lula e educação à distância: democratização ou subordinação das instituições de ensino superior à ordem do capital?**

Disponível em: <http://www.anped11.uerj.br/27/Katia%20Souza%20Lima.rtf>

LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna**. São Paulo: José Olympio, 2002.

MINTO, Lalo Watanabe. **O sentido histórico das reformas para o ensino superior brasileiro nos anos 90**. Disponível em:

http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_05.html

NORONHA, Olinda M. **Políticas neoliberais, conhecimento e educação**. Campinas, São Paulo: Ed. Alínea, 2002.

PILETTI, Nelson, **História da Educação no Brasil**. 6ª edição. São Paulo: Ática, 1996.

SANGENIS, Luiz Fernando Conde. Franciscanos na Educação Brasileira. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara. **Histórias e Memórias da Educação no Brasil – Vol. I – Séculos XVI-XVIII**. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

SAVIANI, Dermeval. **Educação e Colonização: as idéias pedagógicas no Brasil**. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara. **Histórias e Memórias da Educação no Brasil – Vol. I – Séculos XVI-XVIII**. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

VIEIRA, Alboni Marisa Dudeque Pianovski – PUCPR. GOMIDE, Angela Galizzi Vieira – UEL. **História da formação de professores no Brasil: o primado das influências externas**. Disponível em: http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/93_159.pdf.

XAVIER, Maria Elizabete S. Prado. **Poder político e educação de elite**. 3ª edição. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1992.

Bibliografia Complementar

Cadernos ANDES. Brasília nº 25. Agosto de 2007. **As novas faces da reforma universitária do governo Lula e os impactos do PDE sobre a educação superior. Capítulo 5 – Financiamento da educação: desfazendo equívocos e ilusões.**

Brasil. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação.** PNE / Ministério da Educação. Brasília : Inep, 2001.

Decreto nº 981 - de 08 de novembro de 1890. Disponível em:

http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/4_1a_Republica/decreto%20981-1890%20reforma%20benjamin%20constant.htm

Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constitui%C3%A7ao91.htm

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm

Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5540.htm

Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5692.htm

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diretrizes e bases da educação nacional.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm

Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm

Decreto Presidencial nº 6.025, de 22 de janeiro de 2007.

Disponível em: https://www.pac.gov.br/upload/publico/upload/Decreto6025_2007.htm

Decreto Presidencial nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm

Estatísticas do Registro Civil 2009. Disponível em:

http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1753

Lista de Tabelas

Tabela 1

Brasil: Indicadores macroeconômicos selecionados – 1968-1973.....	99
--	-----------

Lista de Gráficos

Gráfico 1

Dívida Externa Total e Líquida – 1982 até 2006* - Em US\$ bilhões.....	100
---	------------

Gráfico 2

Evolução do salário mínimo e do PIB <i>per capita</i> - Brasil de 1940-1999.....	101
---	------------

Gráfico 3

Percentual de Investimento Público Direto em Educação em relação ao PIB, para todos os Níveis de Ensino - PIB 2000-2009.....	111
---	------------

Gráfico 4

Taxa de Investimento Geral - PIB 2000-2008.....	112
--	------------

Gráfico 5

PIB e PIB <i>per capita</i> - Taxa em % de crescimento 2000-2008.....	113
--	------------